

**Fundação Oswaldo Cruz
Casa de Oswaldo Cruz
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

DANIEL GUIMARÃES ELIAN DOS SANTOS

**CIÊNCIA, POLÍTICA E SEGURANÇA NACIONAL: O “MASSACRE DE
MANGUINHOS” (1964-1970)**

**Rio de Janeiro
2016**

DANIEL GUIMARÃES ELIAN DOS SANTOS

**CIÊNCIA, POLÍTICA E SEGURANÇA NACIONAL: O “MASSACRE DE
MANGUINHOS” (1964-1970)**

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Nara Azevedo

Rio de Janeiro
2016

DANIEL GUIMARÃES ELIAN DOS SANTOS

CIÊNCIA, POLÍTICA E SEGURANÇA NACIONAL: O “MASSACRE DE MANGUINHOS” (1964-1970)

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª Nara Azevedo (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora.

Profª. Drª Moema de Rezende Vergara (Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Museu de Astronomia e Ciências Afins)

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

SUPLENTES

Profª. Drª Simone Petraglia Kropf (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. Antonio Augusto Passos Videira (Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

Rio de Janeiro
2016

S237c Santos, Daniel Guimarães Elian dos.
Ciência, política e segurança nacional: o “Massacre de Manguinhos” (1964-1970) / Daniel Guimarães Elian dos. – Rio de Janeiro: s.n., 2016.
111 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

1. História das Ciências. 2. Política 3. Ditadura. 4. Pesquisadores. 5. Brasil.

CDD 981.063

*Aos cientistas cassados do Instituto Oswaldo Cruz e suas
famílias.*

AGRADECIMENTOS

Aproveito esse espaço para agradecer a todos aqueles que contribuíram no processo de escrita desse trabalho. O interesse por esse tema nasceu a partir do contato direto com os arquivos dos cientistas, que sofreram perseguições e inquéritos nas esferas civil e militar. Como documentalista do projeto de organização de acervos do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz tive a oportunidade de conhecer a trajetória de vida pessoal e profissional de alguns desses cientistas através da leitura de ofícios, cartas, manifestos de apoio da comunidade científica, processos administrativos e depoimentos dos inquiridos para a investigação. Agradeço aos colegas de trabalho, aos funcionários do DAD/COC, em especial, Francisco Lourenço e Maria da Conceição Castro por coordenarem a execução dessa atividade de extrema importância para a realização dessa pesquisa.

Agradeço à minha orientadora, a professora Nara Azevedo, que mesmo antes de meu ingresso ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde auxiliou-me na elaboração do anteprojeto. Nossas reuniões ao longo dessa trajetória foram fundamentais para a definição de um novo objeto de pesquisa. As questões propostas em nossas discussões sobre o tema de pesquisa enriqueceram o trabalho realizado. Agradeço à Wanda Hamilton, responsável por me apresentar a história dos cientistas cassados de Manguinhos e por ser incentivadora dessa pesquisa. Aos professores Luiz Otávio Ferreira e Simone Kropf, por suas importantes contribuições no momento da qualificação. Aos demais professores do PPGHCS – Jaime Benchimol, Juliana Malzoni, Gilberto Hochman, Dilene Nascimento, Kaori Kodama, Marcos Chor, Lorelai Kury e Tamara Rangel – cujas aulas proporcionaram profícuos debates. À coordenação do curso, que soube entender as dificuldades encontradas ao longo do trabalho e por ter me dado as condições necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Aos funcionários Paulo Chagas, Sandro Hilário, Maria Cláudia e Deivison Henrique, que sempre se colocaram à disposição. Agradeço também aos funcionários da biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz.

Aos amigos de turma que pude admirar e conviver durante esses meses.

À Maria Teresa Villela Bandeira de Mello, diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), que me convidou a fazer parte da equipe do Arquivo. Sou grato pela oportunidade de dirigir a Divisão de Processamento Técnico, que assumi em 2015 no transcorrer do processo de pesquisa. Aos colegas do APERJ, que conhecem a instituição como ninguém e com os quais aprendo diariamente.

Ao Sérgio Lamarão pela revisão cuidadosa e competente dos originais.

Aos amigos que a vida me deu e que faço questão de levar sempre ao meu lado.

Ao meu padrinho, incentivador dos meus estudos. Aos meus pais, irmão, tios e avós por estarem presentes nas diversas fases da minha vida. Vocês sabem a importância que tiveram ao longo desse processo. Sem o apoio de vocês esse trabalho não seria possível. Pai e mãe, obrigado por sempre buscarem o melhor para mim. Vocês são meu orgulho!

Gratidão!

RESUMO

Esta dissertação analisa o chamado “Massacre de Manguinhos”, episódio conhecido como um exemplar do arbítrio e da violência do regime militar brasileiro. Seu objetivo é reconstruir a cassação dos cientistas, não enquanto um episódio isolado, ocorrido no ano de 1970, mas como o ápice de um processo relativamente longo, tramado pelos órgãos de segurança, com base em histórico policial anterior a 1964, e que contou, posteriormente, com a ativa participação do diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Logo nos primeiros dias dos militares no poder, dois inquéritos foram instaurados a fim de apurar supostos crimes de subversão e corrupção cometidos por funcionários do IOC. Após a conclusão dos inquéritos – que nada provaram contra os cientistas – o regime manteve o controle sobre as atividades “subversivas” ocorridas no IOC como afirmam os documentos secretos produzidos pelos diferentes órgãos de informação. O trâmite da cassação se apresentou nos bastidores, por trás das denúncias oriundas do próprio Instituto aos órgãos de segurança e informação. Procuo contrapor a essa dimensão institucionalizada da repressão à versão dos cientistas, praticamente a única existente até hoje e registrada em escritos, depoimentos e declarações à imprensa. Argumento que os atritos pessoais entre os cientistas foram consequência das discussões acerca de um projeto de ciência para o IOC e para o país. A essas divergências deve-se somar a ideologia do anticomunismo, presente como política governamental e como organizadora da prática policial a partir da década de 1930, e que fortaleceu os argumentos para a atuação efetiva dos órgãos de repressão sobre as atividades praticadas pelos cientistas dentro e fora da instituição.

Palavras-chave: cassação de direitos políticos; cientistas; Instituto Oswaldo Cruz; ditadura militar; órgãos de segurança e informação; polícia política.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the “Slaughter of Manguinhos”, known episode as an example of the will and the violence of the Brazilian military regimen. The goal of the research is to reconstruct the cassation of the scientists, not as a single episode of the year of 1970, but as a relatively long process set up by the security organs, based on police history prior to 1964, and with the active participation of the director of the Oswaldo Cruz Institute in the later period. In the early days of the military in power, two surveys – one in the civil sphere and another on military – were initiated in order to investigate alleged crimes of subversion and corruption committed by officials of the Oswaldo Cruz Institute. Upon completion of the surveys – that nothing proved against scientists – the regime maintained over control the "subversive" activities that occurred in the OCI as the secret documents produced by different information agencies. The path of cassation happened offstage, behind the complaints from the Institute of security and information bodies, in information exchange between the organs of the system. I try to counter this institutionalized repression dimension to the version of the scientists, practically the only existing until today and recorded in writings, testimonials and statements to the press. I argue that personal friction among scientists were as a result of discussions about a science project for the Oswaldo Cruz Institute and the country. Plus, the ideology of anti-communism, present as government policy and as organizer of police practice from the 1930s onwards, strengthened the arguments for the effective action of state repression agencies in controlling the activities practiced by scientists inside and outside the institution.

Keywords: cassation of politics rights; scientists; Oswaldo Cruz Institute; military regimen; security and information bodies; political policy.

LISTA DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
ABC	Academia Brasileira de Ciência
AC	Ato Complementar
AIB	Ação Integralista Brasileira
AN	Arquivo Nacional
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
Capes	Coordenação (anteriormente Campanha) de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Conselho Deliberativo
Cenimar	Centro de Informações da Marinha
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGIPM	Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CIE	Centro de Informações do Exército
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COSUPI	Comissão Supervisora do Plano de Institutos
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DAD/COC	Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DEOPS	Delegacia Especializada de Ordem Política e Social
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DGIE	Departamento Geral de Investigações
DNERu	Departamento Nacional de Endemias Rurais
Dops	Departamento de Ordem Política e Social
DPS	Divisão de Polícia Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Instituto Oswaldo Cruz
IMPA	Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada
INERu	Instituto Nacional de Endemias Rurais
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IOC	Instituto Oswaldo Cruz
IPM	Inquérito Policial-Militar
MS	Ministério da Saúde
NIH	National Institutes of Health
PCB	Partido Comunista Brasileiro

RSAS	Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informação
SSN	Seção de Segurança Nacional
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – A reconstrução da memória dos cassados	11
1.1 – Os conflitos internos no IOC: a divisão entre “os que trabalhavam” e “os que não trabalhavam”.....	11
1.2 – Os antecedentes da cassação: a disputa pelo poder institucional da década de 1940 a 1960.....	20
Capítulo 2 – A morte anunciada	37
2.1 – O Inquérito Civil instaurado no IOC.....	37
2.2 – O Inquérito Policial-Militar.....	42
2.3 – O terror cultural: o conflito velado entre os cientistas e a direção do IOC.....	49
Capítulo 3 – A ciência sob a vigilância do regime militar	65
3.1 – As polícias políticas e o controle do Estado sobre os cientistas do IOC.....	65
3.2 – O aparato de segurança e informação do regime militar.....	82
3.3 – Os bastidores do Massacre: o processo de cassação na trama dos órgãos de repressão.....	86
Considerações Finais	101
Referências	104

Introdução

O chamado “Massacre de Mangueiras” é um dos exemplos mais acabados do arbítrio e da violência do regime militar brasileiro, iniciado em 1964 com a deposição do presidente João Goulart, e encerrado em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência da República.

Em abril de 1970, o Brasil encontrava-se sob a vigência do Ato Institucional nº5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968¹, que perdurou por dez anos, e conferia poderes extraordinários ao Presidente da República, suspendendo diversas garantias constitucionais. Além de decretar o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado, este instrumento legal incluía, entre outros dispositivos discricionários, a proibição de atividades e manifestações sobre assuntos de natureza política; a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos; a cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; e a supressão da garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos ou que afetassem a segurança nacional e a ordem econômica e/ou social. Nos primeiros anos de vigência o AI-5 cassou os direitos políticos de centenas de pessoas no meio acadêmico e científico², dentre eles oito pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz: Haity Moussatché; Herman Lent; Moacyr Vaz de Andrade; Augusto Cid de Mello Perissé; Hugo de Souza Lopes; Sebastião José de Oliveira; Fernando Braga Ubatuba; Tito Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Poucos dias após a suspensão dos direitos políticos por dez anos desses cientistas, um novo decreto determinou a aposentadoria dos cassados, acrescentando à lista os pesquisadores Masao Goto e Domingos Arthur Machado Filho, que não tinham sido privados de seus direitos políticos.

Sobre eles também pesariam, alguns meses depois, as determinações do Ato Complementar nº 75, editado em 20 de outubro de 1969 pela Junta Militar³, que proibia professores, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público, punidos pelos

¹ Ato Institucional nº5 de 13 de dezembro de 1968. Disponível em : <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620>.

² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014, p. 148-153.

³ Em agosto de 1969, o mandato de Costa e Silva como presidente da República foi interrompido por uma grave doença: uma trombose. Os ministros militares assumiram o governo em caráter temporário, como junta militar, alijando o vice-presidente Pedro Aleixo do processo sucessório legal. Através da edição do AI-12, no dia 31 de agosto os ministros militares legitimaram sua atitude, invocando a vigência do AI-5 e a necessidade de dar continuidade à administração de Costa e Silva durante o seu impedimento. Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico, CPDOC/FGV. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-costa-e-silva>. Acesso em 17 de novembro de 2016.

atos institucionais, a exercer cargos e atividades em estabelecimentos de ensino e pesquisa subvencionadas pelos poderes públicos.⁴

A interpretação vigente sobre o Massacre de Manguinhos identifica sua motivação em uma perseguição pessoal movida contra esses pesquisadores por parte de Francisco de Paula Rocha Lagoa, nomeado diretor do IOC pouco depois do golpe de 1964 e antigo pesquisador do Instituto.⁵ Os próprios cientistas relataram em depoimentos sobre o período, que os conflitos se acirraram após o golpe. Contudo, as dificuldades enfrentadas pelo grupo começaram antes da posse de Rocha Lagoa. Com efeito, tão logo se tornou ministro da Saúde, em abril de 1964, Raimundo de Moura Britto exigiu a entrega das funções de chefia por parte dos pesquisadores e solicitou à Comissão Geral de Investigações a instauração de um inquérito civil a fim de investigar pesquisadores e funcionários por supostas ações subversivas e desvios administrativos. No caso do Instituto Oswaldo Cruz, o responsável pela investigação foi um ex-diretor, Olympio da Fonseca Filho. Paralelamente a esse inquérito civil, na esfera militar outro inquérito também realizou investigações para apurar a ocorrência de atividades subversivas dentro da instituição. Os Inquéritos Policiais Militares (IPM) tinham como objetivo principal apurar os crimes militares praticados contra o Estado e a Ordem Política e Social, e foram presididos por oficiais militares com o auxílio de investigadores civis e também da polícia militar. A responsabilidade do IPM instaurado no IOC ficou a cargo do general Aluízio Falcão.

Em 23 de junho de 1964, o ministro nomeou Rocha Lagoa para dirigir o IOC, que em seu discurso de posse declara que sua administração seria baseada nos valores da família e da religião, bem como dos ideais de desenvolvimento e segurança do país.⁶ Dois anos depois, em 1966, em meio a acirrados embates com os pesquisadores, Rocha Lagoa solicita ao ministro da Saúde que instaure mais um inquérito para investigar a existência de suposta célula comunista na instituição, que seria dirigida por alguns pesquisadores. Alegando que, ao se colocarem em oposição à orientação da direção do IOC, eles conspiravam contra a administração pública, Rocha Lagoa pedia o afastamento definitivo do grupo do instituto. A principal reivindicação dos cientistas era a criação de um ministério voltado para a área científica na qual o Instituto e outros órgãos de pesquisa teriam mais autonomia administrativa que permitiria a ampliação e a consolidação da produção científica nacional.

⁴ Ato Complementar nº75 de 20 de outubro de 1969. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-75-69.htm

⁵ Cf. Lent, 1978; Hamilton, 1989; Fernandes, 1990.

⁶ LENT, Herman. *O massacre de Manguinhos*. Vol. 7, Coleção Depoimentos. Rio de Janeiro, 1978.

Embora esses inquéritos não tenham conseguido concluir pela culpa dos investigados, o ambiente de desconfiança e tensão se instalou. A oposição ao diretor e aos seus aliados se ampliou diante de outras medidas reconhecidas pelos pesquisadores como arbitrárias e persecutórias, que visavam prejudicar a continuidade de seu trabalho.⁷

Esse processo, que culminou com a cassação dos direitos políticos e a aposentadoria dos pesquisadores, produziria efeitos imediatos e de largo alcance sobre a instituição. O fechamento de laboratórios de pesquisa fechados, a dispersão de pesquisadores e estudantes e a escassez de recursos para a pesquisa provocaram uma drástica redução do quadro de pesquisadores já em meados da década de 1970. Além disso, um fato concomitante à cassação dos pesquisadores amplificou a crise: o diretor Rocha Lagoa, nomeado ministro da Saúde, em 1969, criou a Fundação Instituto Oswaldo Cruz em 1970, que reunia o IOC, a Escola Nacional de Saúde Pública, o Instituto de Produção de Medicamentos, o Instituto Fernandes Figueira, o Instituto de Endemias Rurais, o Instituto Evandro Chagas e o Instituto de Leprologia.⁸

O objetivo desta dissertação é reconstruir a cassação dos cientistas, não como um episódio isolado, ocorrido em 1970, mas como um processo relativamente longo, tramado pelos órgãos de segurança, com base em histórico policial anterior ao golpe, e que contou com a ativa participação do diretor do Instituto Oswaldo Cruz no pós-64. A essa dimensão institucionalizada da repressão será adicionada e contraposta à versão dos próprios cientistas, praticamente a única existente até hoje e registrada em escritos, depoimentos, entrevistas à imprensa.

Para isso, analiso no primeiro capítulo a interpretação construída pelos cientistas sobre a cassação em 1970, episódio que marcou suas vidas pessoais e profissionais, e como eles situam suas trajetórias no Instituto Oswaldo Cruz. A partir da análise das entrevistas concedidas ao projeto “Memória de Manguinhos”, apresento como eles se inseriam na instituição, seus respectivos projetos científicos para o Instituto e para a ciência no Brasil e as relações internas existentes no IOC nas décadas de 1940 e 1950. Quanto aos motivos que os levaram a serem incursos nos artigos do Ato Institucional nº 5, os cientistas argumentaram à época das entrevistas que a tensa relação vivida entre eles e Rocha Lagoa tinha sua origem nos conflitos internos entre as áreas de produção e de pesquisa do IOC. Rocha Lagoa seria o representante daqueles que defendiam o compromisso da instituição com as demandas

⁷ Cf. Lent, 1978; Hamilton, 1989; Britto (org.), 1990.

⁸ HAMILTON, Wanda. ‘Massacre de Manguinhos’: crônica de uma morte anunciada. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*, v.1, nº1, novembro de 1989, p.17.

provenientes da saúde pública, portanto sua permanência como órgão vinculado ao Ministério da Saúde era vista como essencial para assegurar as verbas que o Instituto necessitava.

No segundo capítulo o foco passa a ser o período 1964-1970, em particular os embates travados entre os cientistas e a direção do IOC, que promoveu intervenções em suas atividades de pesquisa. Nas duas primeiras seções dedico-me à análise dos inquéritos em ambas as esferas, civil e militar, instaurados no IOC logo nos primeiros dias após o golpe militar, incluindo os motivos que levaram a sua instauração, as acusações contra os depoentes e as defesas por eles apresentadas à Subcomissão de Investigação e ao general Aluizio Falcão. Na terceira seção, a gestão de Rocha Lagoa à frente da instituição é colocada em evidência após sua ascensão ao cargo de diretor em junho de 1964. O afastamento de alguns pesquisadores dos seus respectivos cargos de chefia das divisões foi o primeiro indicativo da orientação que seria colocada em prática pela nova administração. A centralização administrativa do IOC refletiu no andamento das atividades científicas realizadas pelos pesquisadores em seus respectivos laboratórios. O corte de verbas oriundas de instituições de fomento nacionais e internacionais, destinadas a laboratórios específicos, afetou algumas das principais áreas do IOC como a hematologia e a fisiologia. Buscando novas possibilidades, os cientistas retomaram a discussão sobre a criação do Ministério das Ciências, razão pela qual foram considerados pelos órgãos de segurança e informação como subversivos por conspirarem contra o Estado.

O terceiro e último capítulo tem como objetivo traçar o processo de perseguição política do grupo de cientistas por parte dos órgãos de segurança e informação do regime militar, que se baseava, em larga medida, em registros policiais anteriores, realizados pela polícia política. Foram analisados os prontuários e as chamadas “fichas verdes” dos cientistas cassados produzidos pelos órgãos da polícia política. Essa documentação deixa claro o controle exercido pelo Estado sobre a sociedade desde as primeiras décadas do século XIX ao início dos anos 1980. A partir da análise dessa documentação foi possível mapear o histórico das atividades consideradas subversivas praticadas pelos cientistas de Manguinhos no período anterior ao da cassação. Essa documentação nos revela ainda que os órgãos de repressão do Estado permaneceram vigilantes sobre as atividades dos cientistas mesmo durante o período democrático de 1946 a 1964.

Após a conclusão dos inquéritos, na esfera civil e militar, o regime manteve o controle sobre as atividades “subversivas” ocorridas no IOC como provam os documentos secretos produzidos pelos diferentes órgãos de informação. A exemplo do ocorrido em outras instituições foi possível constatar a presença do aparelho repressivo dentro do próprio

Instituto, responsável por passar informações relevante aos órgãos de informação. Essa documentação inédita – constituída por documentos tarjados como secretos e confidenciais – representa a formação de provas incriminatórias que justificaram o seu enquadramento no AI-5.

Na primeira seção do capítulo discorro sobre os órgãos de polícia política que exerceram vigilante controle sobre a sociedade ao longo do século XX e foram peças essenciais no aparato de segurança e informação estruturado pelos militares a partir de 1964. A integração entre os órgãos da polícia política e os pertencentes à estrutura federal é um dos temas tratados por Reznik em seu trabalho sobre o aparato mantenedor da Segurança Nacional.⁹ Na segunda seção, apresento a estrutura do sistema de informação que tinha como órgão central o Serviço Nacional de Informação, criado em 1964 e cujas atividades foram encerradas em 1990. Na última seção debruço-me sobre a documentação produzida pelos órgãos pertencentes ao Sistema Nacional de Informações (SISNI) que acompanharam as atividades dos cientistas do IOC entre 1964 e 1970. Com base em trabalho de Carlos Fico¹⁰ sobre a comunidade de segurança e informação estruturada pelos altos comandos militares, realizei minuciosa pesquisa nos arquivos dos órgãos pertencentes à comunidade.

Passo a seguir a apresentar as fontes que utilizei. As entrevistas realizadas por dois projetos de história oral nas décadas de 1970 e 1980 foram fundamentais para a elaboração desse trabalho. O Projeto de História da Ciência no Brasil, coordenado por Simon Schwartzman, entrevistou cientistas brasileiros de diversas gerações, recolhendo informações sobre sua vida profissional, a natureza da atividade científica, o ambiente científico e cultural no país e a importância e as dificuldades encontradas para a execução da atividade, não apenas no Brasil, mas no mundo. Esse projeto, cujo acervo encontra-se sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), pertencente à Fundação Getúlio Vargas, originou a publicação do catálogo *História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos/CPDOC*¹¹. Destaco os depoimentos dos cientistas cassados Hugo de Souza Lopes e Herman Lent por apresentarem a trajetória de suas carreiras no Instituto, desde o ingresso ao afastamento em 1970, e por versarem sobre as cassações e o período posterior à saída do IOC. Também foram importantes as entrevistas dos cientistas

⁹ REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional. A Polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

¹⁰ FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹¹ CPDOC. *História da ciência no Brasil (acervo de depoimentos)*. Rio de Janeiro: CPDOC e Finep, 1984.

Olympio da Fonseca e Mario Vianna Dias que abordaram assuntos pertinentes ao IOC no período anterior ao golpe de 1964.

Concebido e desenvolvido pelos pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz entre 1986 e 1989, o projeto *Memória de Manguinhos* forneceu um vasto e valioso material de história oral para os estudiosos em geral da história das ciências e da saúde¹². O projeto, que buscou reconstituir a história do Instituto Oswaldo Cruz a partir da experiência de alguns de seus cientistas, auxiliares e administradores, reuniu entrevistas cujo foco recaiu sobre o período compreendido entre a década de 1930 e o princípio dos anos 1970. Os depoentes discorrem, entre outros pontos, sobre as relações entre as áreas de pesquisa, produção de terapêuticos e ensino; sobre políticas institucionais e governamentais e o desenvolvimento da ciência¹³.

Nove dos dez cientistas afastados em abril de 1970 concederam depoimentos tendo como tema central o episódio do “Massacre de Manguinhos”, os quais constituíram o núcleo inicial de entrevistas do projeto. Além desse conjunto, destaco as entrevistas de Sylvia Hasselmann¹⁴ e José Fonseca da Cunha¹⁵. Uma das primeiras mulheres a se formarem no curso de Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – onde seu pai fora professor emérito de química – Sylvia especializou-se no Curso de Aplicação do IOC, tornando-se a primeira mulher a frequentar o curso. Lá conheceu seu companheiro Walter Oswaldo Cruz, filho do fundador do Instituto. Apesar de ter estabelecido sua carreira profissional fora do IOC, Sylvia, na companhia de uma de suas filhas com o cientista, Vera, concedeu valioso registro ao projeto não apenas pelo ineditismo de seu feito, mas também por ser capaz de traçar o perfil científico de Walter Oswaldo Cruz, que falecera em 1967¹⁶.

Oriundo do Serviço de Estudos e Pesquisas sobre Febre Amarela, ligado à Fundação Rockefeller, Fonseca da Cunha ocupou cargos de chefia nos laboratórios de produção da vacina antivariólica e posteriormente da seção de produção de soros e vacinas do Instituto Oswaldo Cruz. A confiança da direção do IOC sobre seu trabalho prestado na área de produção, levou-o a ocupar a função de secretário-administrativo da instituição ainda na gestão de Antônio Augusto Xavier. Braço direito de Rocha Lagoa no IOC, Fonseca da Cunha tornou-se, mais tarde, seu chefe de gabinete no Ministério da Saúde.

¹² FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. *Memória de Manguinhos. Acervo de depoimentos*. Nara Britto (Coord.) Rio de Janeiro: COC, 1991.

¹³ As 330 horas de gravações propiciadas pelos depoimentos de 30 personalidades ligadas à história da instituição encontram-se sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC).

¹⁴ Depoimento de Sylvia Hasselmann. *Memória de Manguinhos*, Fiocruz/COC, 1987.

¹⁵ Depoimento de José Fonseca da Cunha. *Memória de Manguinhos*, Fiocruz/COC, 1988.

¹⁶ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. *Memória de Manguinhos*, op. cit., p.77.

Herman Lent foi o único cassado que não concedeu entrevista ao projeto e não regressou ao Instituto em 1986¹⁷. No entanto, ele publicou o primeiro depoimento sobre o “Massacre”, em 1978, já num contexto de maior abertura política no Brasil. O livro apresenta uma narrativa de cunho memorialístico, que influenciou os demais trabalhos sobre o tema que vieram posteriormente. O propósito do depoimento, segundo o próprio autor, era o de “deixar documentos sobre um período sombrio de nossa história”¹⁸. Em *O Massacre de Manguinhos*, título que a partir de então foi adotado pela comunidade científica para expressar o desmantelamento do Instituto Oswaldo Cruz, Lent relata os acontecimentos vividos pelos cientistas cassados por determinação do ministro da Saúde, Francisco Rocha Lagoa.

Incontestavelmente, os acervos dos órgãos de segurança e informação são fontes importantes para o estudo do regime militar. O presente trabalho encontrou vasto material produzido pelos órgãos pertencentes ao SISNI sobre os cientistas de Manguinhos. Esse conjunto de documentos é formado basicamente por correspondências, ofícios, relatórios, informes, informações etc., muitos deles inéditos, relativos ao episódio do “Massacre”, e encontra-se nos acervos da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, do Conselho de Segurança Nacional, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Saúde, Comissão Geral de Investigações e do Serviço Nacional de Informações¹⁹. O SNI, como órgão responsável por superintender e coordenar as atividades de informação e contrainformação – em particular as que interessassem à segurança nacional – em todo o territorial nacional reuniu o maior volume documental entre os órgãos do aparato de repressão. O acervo é composto primordialmente por documentos oriundos dos órgãos pertencentes ao SISNI, como os centros de informações dos ministérios militares – Exército, Marinha e Aeronáutica, as Divisões de Segurança e Informações (DSI) presentes nos ministérios civis e as polícias políticas. O trabalho de pesquisa realizado pelo projeto *Memórias Reveladas* identificou 249 DSI e ASI - Assessoria de Segurança e Informações distribuídas nas diferentes instituições vinculadas aos ministérios civis. Além da DSI/MS, foram identificados no âmbito do Ministério da Saúde documentos produzidos pelas ASI da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (ASI/FIOCRUZ), ASI da Fundação Oswaldo Cruz (ASI/FOC), ASI do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (ASI/INAM), ASI da

¹⁷ Herman Lent optou por permanecer como professor titular de Helminologia do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Santa Úrsula, onde lecionou até sua morte em 2003. Além dele, Masao Goto regressou ao Instituto, porém faleceu no mesmo ano de 1986.

¹⁸ LENT, *O massacre de Manguinhos*, *op. cit.*, p.11.

¹⁹ Esses e outros acervos de órgãos da administração pública foram recolhidos e tratados pelo projeto *Memórias Reveladas*, com o objetivo, entre outros, de garantir a preservação e promover a difusão de informações contidas em acervos referentes às lutas políticas travadas no país durante o período do regime militar.

Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (ASI/SUCAM), ASI da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (ASI/FSESP), AESI do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (AESI/INAMPS), que atuaram nos anos de atividade do SNI²⁰.

O acervo do Conselho de Segurança Nacional é composto pelos processos nominais sobre a cassação de direitos políticos, além de mandados eletivos e as atas de sessões do Conselho²¹. Após a cassação, o Conselho de Segurança Nacional era o responsável por reunir, em um dossiê individual, os documentos produzidos pelos variados órgãos da administração pública. O conteúdo dessas pastas certamente serviu para auxiliar os agentes estatais na pesquisa e consulta por informações relativas aos indivíduos cassados, e também foram de grande valia para a produção deste trabalho.

O acervo produzido pela Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar (CGIPM), instituída no início de 1969 e que teve apenas um ano de atuação foi outra fonte inestimável. Composta por representantes das três Forças Armadas, sob a presidência de um general-de-divisão, contava com assessoramento do Ministério Público e tinha por finalidade coordenar as atividades de combate à subversão²². Foi o órgão responsável por examinar o IPM de 1964 e indiciar os cientistas Haity Moussatché, Herman Lent, Moacyr Andrade, Augusto Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião de Oliveira, Fernando Ubatuba e Tito Arcoverde nos artigos do Ato Institucional nº5.

Outra fonte na qual esse trabalho se debruçou foi o arquivo da polícia política – DOPS –, no qual foram encontrados registros policiais de alguns desses cientistas, desde a década de 1930, identificados pela militância no Partido Comunista Brasileiro. Esse acervo permaneceu sob a guarda da Polícia Federal desde a extinção do Departamento Geral de Investigações (DGIE). Por determinação da lei estadual nº 2.027 de 29 de julho de 1992, toda a documentação produzida pelas polícias políticas foi transferida para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) a fim de dar o tratamento adequado e garantir a consulta aos cidadãos interessados. O DGIE, último órgão da polícia política, herdou os arquivos das polícias políticas em âmbito federal e estadual (do Rio de Janeiro e do antigo Estado da Guanabara). Entre os documentos nele depositados podemos destacar os dossiês de

²⁰ ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul-dez 2008, p. 36.

²¹ ISHAQ; FRANCO. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional, *op. cit.*, p. 30.

²² Banco de Dados Memórias Reveladas. Disponível em: <http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>

associações, sindicatos e sociedades recreativas, boletins, comunicações, relatórios reservados e os prontuários individuais²³.

Recentemente a Casa de Oswaldo Cruz (COC) organizou os arquivos pessoais de diversos cientistas de destaque no Brasil, incluindo parte dos que foram cassados em Manguinhos. Esse acervo de cientistas encontra-se sob a guarda do Departamento de Arquivo e Documentação da COC e é de extremo valor para a realização de pesquisas sobre as atividades do IOC ao longo do século XX. O acervo documental reunido por Augusto Perissé, Haity Moussatché, Herman Lent e Sebastião de Oliveira nos auxiliou na produção dos perfis biográficos que se relevaram úteis no processo de reconstrução de suas trajetórias. Esses arquivos contêm informações relevantes referentes à carreira dos cientistas e as funções exercidas dentro e fora do IOC, seus estudos e produções bibliográficas, entre outros registros de interesse para a pesquisa. Os arquivos de Perissé e Lent abrigam conjunto de documentos específicos sobre o episódio do Massacre de Manguinhos, que reúne cartas, memorandos, portarias e processos administrativos. Consta ainda relevante quantidade de recortes de jornais e revistas relativos à cassação dos cientistas. É preciso destacar o acervo do cientista Walter Oswaldo Cruz, que também foi vítima dos processos administrativos instaurados pela Subcomissão de Investigação do Ministério da Saúde. A análise de seu arquivo nos permite recuperar, em certa medida, o ambiente vivido por esses cientistas no IOC no período pós-golpe militar, através da leitura de cartas, manifestos de apoio da comunidade científica e depoimentos dos inquiridos durante as investigações.

O arquivo institucional também foi de grande valia para a pesquisa. Nas seções referentes aos departamentos do instituto consta documentação importante sobre os trabalhos produzidos nas diferentes áreas de Manguinhos. Nas seções Direção e Serviço de Administração Geral encontramos portarias, ordens de serviço, ofícios circulares, relatórios de atividades e depoimentos de pesquisadores da instituição à Subcomissão de Investigação que nos auxiliaram na coleta de informações sobre a vida profissional dos cientistas cassados.

Em resumo, o propósito dessa dissertação, além de reconstruir o processo que culminou na cassação, é minimizar o caráter pessoal presente no discurso dos cientistas envolvidos no Massacre de Manguinhos como justificativa pelo afastamento do grupo da instituição. Seria simplista de nossa parte acreditarmos que o conflito de relacionamento entre os cientistas fosse a principal razão da cassação dos pesquisadores do IOC. Ao longo desse trabalho serão expostos argumentos que alimentam a nossa crença de que os atritos pessoais

²³ APERJ. *Os arquivos das polícias políticas: reflexos da nossa história contemporânea*. Rio de Janeiro: Faperj, 1994.

entre os cientistas decorreram sobretudo de concepções distintas acerca de um projeto de ciência para o Instituto Oswaldo Cruz e mesmo para o país. Acrescido a isso, a ideologia do anticomunismo, presente como política governamental e como organizadora da prática policial a partir da década de 1930, fortaleceu os argumentos para a atuação efetiva dos órgãos de repressão do Estado no controle sobre as atividades praticadas pelos cientistas dentro e fora da instituição.

Capítulo 1: A reconstrução da memória dos cassados

A interpretação construída pelos cientistas sobre os motivos que teriam levado a sua cassação em 1970 baseia-se, em grande medida, na avaliação que fazem de sua trajetória profissional, e mais especificamente a posição que ocupavam nas hierarquias institucionais. Esse capítulo tem como objetivo apresentar essa interpretação a partir de um conjunto de entrevistas que os cientistas concederam aos pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz para o projeto de História Oral “Memória de Manguinhos”, entre os anos de 1986 e 1989²⁴. Nelas os pesquisadores falam extensamente sobre suas vidas profissionais desde o início de suas formações como cientistas, passando pelo período da ditadura militar, incluindo o afastamento do IOC em 1970, até a reintegração à instituição, àquela altura Fundação Oswaldo Cruz, em 1986. A partir da memória reconstruída dos cientistas pretende-se apresentar como eles se inseriam na instituição, seus respectivos projetos científicos para o Instituto e para a Ciência no Brasil e as relações internas existentes no IOC nos anos de 1940 a 1960, período que antecedeu a cassação. A importância da análise desse período se justifica a partir da argumentação apresentada pelos cientistas quanto aos motivos que os levaram a serem indiciados nos artigos do Ato Institucional nº 5. As divergências entre as áreas de pesquisa básica e a de produção quanto aos rumos e ao projeto ao qual o Instituto Oswaldo Cruz deveria se ajustar estão na origem da tensa relação vivida com Rocha Lagoa, diretor do IOC entre 1964 e 1969, e que ao assumir o cargo de ministro da Saúde em 1970 seria o responsável por sua cassação.

1.1 Os conflitos internos no IOC: a divisão entre “os que trabalhavam” e “os que não trabalhavam”

O principal alvo de crítica por parte dos cientistas cassados é, sem dúvida, o cientista Francisco de Paula da Rocha Lagoa. Formado pela Faculdade Fluminense de Medicina, o mineiro Rocha Lagoa ingressou no IOC, mediante concurso, em 1943, mais precisamente na Divisão de Microbiologia e Imunologia, onde estabeleceu relação principalmente com Guilherme Lacorte. Assim como outros cientistas, Lagoa ingressou na instituição a partir do

²⁴ Constituído por 30 depoimentos onde se buscou reconstituir a história do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) através da vivência de alguns de seus cientistas, auxiliares e administradores, enfocando questões relativas ao ensino, pesquisa, política institucional e governamental, produção de terapêuticos e o desenvolvimento da ciência. As entrevistas tratam, principalmente, do período compreendido entre a década de 1930 e o "Massacre de Manguinhos" na década de 1970.

Curso de Aplicação²⁵, nos anos 1940, porém construiu parte de sua carreira fora do Instituto, em missões científicas no exterior e na direção da filial mineira, o Instituto Ezequiel Dias. Desde o início, Lagoa manteve-se próximo aos ocupantes dos cargos administrativos de maior relevância da instituição, chegando a ocupar as funções de secretário-administrativo durante a gestão de Henrique Aragão na década de 1940. Sua atribuição primordial era auxiliar o diretor nos mais diversos assuntos institucionais, desde a necessidade de obras para a manutenção física do campus até à distribuição dos recursos oriundos do governo federal.

Formado pela Escola Superior de Guerra (ESG), Lagoa ascendeu ao cargo de diretor do IOC logo nos primeiros meses do regime militar instaurado em 1964, e posteriormente assumiu o cargo de ministro da Saúde. Como veremos nos capítulos que virão a seguir, Rocha Lagoa, como diretor, participou do processo que resultou na cassação em 1970, quando já ocupava o cargo de ministro. Identificado pelos cassados como um pesquisador “abaixo da crítica”, “desinteressado”, cujos “trabalhos são umas drogas”²⁶, Lagoa manteve relação cordial com os pesquisadores até a instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPM), exercendo um papel secundário no grupo formado por Guilherme Lacorte, Gilberto Teixeira, Geth Jansen e Estácio Monteiro, entre outros.

É frequente, nos depoimentos analisados, a utilização de termos como “os que não trabalhavam” e “marginalizados” para definir os pesquisadores que faziam oposição ao grupo dos cientistas cassados. Entre os “marginalizados” do Instituto consta o nome de José Guilherme Lacorte, que viria a presidir o IOC entre os anos de 1969 e 1970. Médico formado pela Universidade do Brasil, em 1926, Lacorte ingressou no IOC no ano seguinte, onde atuou como professor de imunologia e bacteriologia do Curso de Aplicação e ocupou cargo de chefia da Divisão de Microbiologia e Imunologia após 1964. No discurso dos cassados, Lacorte é apresentado como um cientista pouco produtivo, com poucos trabalhos publicados, não sendo considerado, portanto, a exemplo de Rocha Lagoa, um “pesquisador de primeira categoria”²⁷.

²⁵ Desde a sua origem, o IOC manteve um sistema informal de treinamento de seus quadros, tendo em vista a pouca experiência em microbiologia por grande parte da equipe inicial formada nas escolas médicas nacionais. Em 1908, são criados os cursos destinados a diplomados em medicina e veterinária. No regulamento que reorganizou a instituição em 1919, estão mencionados “cursos de aplicação”, a serem realizados anualmente, dedicados “à zoologia médica, divididos em duas partes: uma de microbiologia e outra de zoologia médica”. AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, abr.-jun. 2012, p.581-610.

²⁶ Depoimento de Herman Lent, CPDOC, 2010; Depoimento de Moacyr Vaz de Andrade, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

²⁷ Depoimento de Sebastião José de Oliveira, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1987.

Outro cientista descrito como pertencente à categoria dos “que não trabalhavam” é Geth Jansen. Colega de turma de Domingos Arthur Machado Filho na Universidade do Distrito Federal e posteriormente na Escola Nacional de Veterinária, e aluno de Hugo de Souza Lopes e de Lauro Travassos, Jansen teve sua primeira oportunidade de emprego no Serviço de Estudos das Grandes Endemias, órgão responsável pelo estudo da leishmaniose e de outras doenças existentes na região amazônica e sediado em Belém. Ali trabalhou sob a coordenação do Evandro Chagas, ao lado de outros pesquisadores do IOC, como Nery Guimarães, Lobato Paraense e Madureira Pará²⁸. Considerado pelos cientistas cassados como um homem inteligente, Jansen manteve relações próximas com algum deles, como Herman Lent e Domingos Machado, até a gestão de Henrique Aragão como diretor do IOC. Foi nessa ocasião que ele se aproximou de Olympio da Fonseca, reconhecido por Herman Lent como seu desafeto, e se afastou de seus antigos companheiros. Na opinião de Souza Lopes, Jansen não era um homem “de direita, nem de esquerda, nem de centro, e sim um oportunista”; seu real interesse era levar vantagem e estar próximo às lideranças do IOC²⁹. Já Sebastião de Oliveira acusa-o de ser um dos responsáveis pelo episódio do Massacre de Manguinhos, desencadeado após denúncias feitas em seus depoimentos nos inquéritos realizados no pós-1964³⁰.

Outros cientistas – como Gilberto Teixeira (“tremendo perseguidor”; “um dos maiores patifes do IOC”; “um dos responsáveis pelo massacre”³¹), Estácio Monteiro (“delator pertencente ao grupo de Rocha Lagoa”³²), Rudolf Barth (“tinha valor como cientista”; “fascista alemão”³³), Júlio Muniz (“ligado ao Rocha Lagoa, competente, excelente pesquisador, mas o anticomunismo falava mais alto”³⁴) – são identificados como pertencentes ao grupo que fazia oposição aos cientistas cassados. Devo aqui salientar que, certamente, as opiniões emitidas por eles sobre esse grupo estão filtradas pelos acontecimentos ocorridos após o golpe. Cabe destacar, portanto, que tais opiniões carregam um alto teor de passionalidade, devendo ser entendidas no contexto de reintegração dos cientistas, em meados da década de 1980.

A figura que reunia em torno de si os cientistas “adversários” era, sem dúvida nenhuma, Olympio da Fonseca Filho. Com apenas 15 anos de idade, ele ingressou na

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Depoimento de Hugo de Souza Lopes, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

³⁰ Depoimento de Sebastião José de Oliveira, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1987.

³¹ Depoimento de Domingos Arthur Machado, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

³² *Ibidem*.

³³ Depoimento de Hugo de Souza Lopes, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

³⁴ Depoimento de Moacyr Vaz de Andrade, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, concluindo o curso em 1915. Sua entrada no IOC teve lugar em 1913, quando ainda cursava medicina, através do Curso de Aplicação, no qual foi aluno de Alcides Godoy, Carlos Chagas, Adolpho Lutz e Arthur Neiva. Após um longo período de pesquisas e estágios no exterior (Estados Unidos, França, Japão e China) retornou ao IOC em 1927. Paralelamente, seguiu carreira docente na universidade, vindo a se tornar professor catedrático de Parasitologia da Faculdade Nacional de Medicina, onde teve como assistentes Júlio Muniz, César Pinto, Rui Gomes de Moraes e Herman Lent. No entanto, seu “temperamento quase que anormal”³⁵ fez com que se afastasse de todos com o passar do tempo. Pesquisador de valor reconhecido por seus pares, Olympio foi criticado pelos cientistas de Manguinhos por optar pela permanência como professor da UDF após 1937, abrindo mão de suas funções como pesquisador do Instituto³⁶.

Em 1950, após alguns anos afastado do IOC, Olympio assume como diretor da instituição, em substituição a Henrique Beaurepaire de Aragão. Sua gestão, que se estendeu até 1953, causou descontentamento entre os servidores de Manguinhos. As denúncias, divulgadas pelos jornais *A Notícia* e *O Globo*, acusavam-no de desvios de verbas destinadas à pesquisa, fechamento de laboratórios, contratação indevida de auxiliares de laboratório com salários superiores aos dos pesquisadores que ali estavam na instituição há anos e descaso quanto às vacinas de febre amarela e antiamarílica. Uma delegação de cientistas que exigiam a saída de Olympio da direção chegou a ser recebida pelo próprio presidente Getúlio Vargas e a gestão passou a ser investigada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Sob pressão, Olympio renunciou à direção em 1953³⁷.

Na opinião de Augusto Perissé, Olympio foi um dos grandes diretores do Instituto, pois reorganizou o Curso de Aplicação, investiu para o crescimento de áreas científicas pouco exploradas dentro da instituição, como a Química e trouxe muitos cientistas reconhecidos internacionalmente para o Instituto a fim de estabelecer intercâmbio.³⁸ Sua opinião é divergente da maior parte dos cassados entrevistados, que o definem como um pesquisador de grande valor, com excelentes trabalhos publicados no início da carreira, mas que pecou no período que ocupou a administração do Instituto. As principais críticas da delegação de cientistas que exigiu a saída de Olympio eram em relação à malversação dos recursos

³⁵ Depoimento de Herman Lent, CPDOC, 2010.

³⁶ Na década de 1930, não raros eram os casos de pesquisadores dos institutos que também ensinavam nas escolas superiores. Essa situação foi rompida com a chamada “Lei de Desacumulação” de 1937, um decreto que obrigava a opção por um único cargo público, o que implicava a escolha entre a pesquisa nos institutos ou o magistério. SCWARTZMAN, 2001.

³⁷ BENCHIMOL, Jaime Larry (org.). *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2001, p. 99.

³⁸ Depoimento de Augusto Perissé, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

públicos e à contratação de pessoal não capacitado. Outra queixa era em relação aos rendimentos mensais superiores dos novos contratados em comparação aos pesquisadores mais antigos que ocupavam os laboratórios do Instituto, como Lauro Travassos. Os recém-ingressados ao IOC foram contratados a partir da chamada “verba três”, verba oriunda da Fundação Rockefeller e, portanto, recebiam salários superiores aos dos principais cientistas do IOC:

Nós recebíamos um salário muito alto, comparado com o do Instituto Oswaldo Cruz. Eu, por exemplo, ganhava quatro mil e quinhentos cruzeiros, era um bom dinheirinho, enquanto o pessoal de Manguinhos ganhava três mil. Isso criava um pouco de mal-estar³⁹

Com a transferência do laboratório de produção da vacina antiamarílica, montado pela Fundação Rockefeller, para o Serviço Nacional de Febre Amarela, e com a incorporação deste, em 1950, pelo Instituto Oswaldo Cruz, a “verba três” passou para a ser gerida pela direção do Instituto. Segundo Fonseca da Cunha, essa verba era destinada à contratação eventual de pessoal para a produção de vacina, e durante a gestão de Olympio foi utilizada para a contratação de novos funcionários, e também para a aquisição de novos equipamentos e a vinda de cientistas estrangeiros⁴⁰. Hugo de Souza Lopes detalha a situação:

O importante numa instituição científica é ter gente séria, que faz o seu trabalho - por mais modesto que seja, desde o servente até o graduado - com honestidade. Isso é que é tudo. Gente que tem preparo para fazer esse trabalho. E o mal do Instituto foi exatamente esse. Começaram [sic] a aparecer uma porção de pessoas, gente muito boa, tinha grandes amigos aqui. A única dificuldade deles é estarem deslocados⁴¹

Outra crítica feita pelos cientistas cassados em relação aos cientistas “que não trabalhavam” era que alguns deles exerciam atividades fora da instituição. Oswaldo Cruz Filho, um dos filhos do fundador da instituição, o sanitarista Oswaldo Cruz, é enquadrado por Herman Lent na categoria daqueles que encaravam o IOC como um mero trabalho. Além do laboratório de química orgânica que mantinha no IOC em parceria com Nicanor Botafogo Gonçalves, ele tinha um laboratório particular de análises e ocupava a chefia da Microbiologia da fábrica de sorvetes Kibon. Na visão dos cassados, era fundamental que a ciência fosse realizada em tempo absolutamente integral. Como afirma Augusto Perissé:

O quê que significa tempo integral? Significa o sujeito dormir, pensar... absolutamente só pensar em ciência, só trabalhar em ciência e só... bibliografia e tudo isso... enfim, estudar, Não se pode fazer ciências em horas vagas. O

³⁹ Depoimento de José Fonseca da Cunha. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ Depoimento de Hugo de Souza Lopes, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

sujeito ter consultório e ter laboratório, ter isso e vir trabalhar aqui algumas horas. Não pode.⁴²

Moacyr Vaz de Andrade afirma que além dos dez cientistas expurgados em 1970, havia outros cientistas que trabalhavam com afinco pelo Instituto Oswaldo Cruz, por terem “amor ao Instituto”, diferente dos que pareciam “usar o Instituto para proveito próprio”, e que estavam sempre interessados em manter bom relacionamento com a direção, almejando algum cargo de chefia. Entre os cientistas que “trabalhavam com disposição” em prol do IOC citados por Moacyr, estão os micologistas de renome internacional Antônio Eugênio de Arêa-Leão e Genésio Pacheco, o químico Gilberto Villela, e Rui de Figueiredo, que por um período exerceu a função de secretário do Instituto. Segundo Moacyr, esses cientistas tinham grande interesse pelo IOC, dedicavam-se às pesquisas que realizavam em seus laboratórios. Não eram homens com “ideias de esquerda”, e sim liberais, conservadores ou apolíticos⁴³. A categorização de homens com “ideias de esquerda” era atribuída pelo regime militar àqueles que se aproximavam do pensamento socialista ou que eram contrários ao governo militar, sem necessariamente ter qualquer ligação partidária. As imputações de “comunismo” eram feitas de maneira imprecisa a pessoas com diferentes graus de afinidade com as ideias de esquerda⁴⁴.

Entre os cientistas que lutavam por melhorias para a ciência brasileira e para o Instituto, não podemos deixar de citar o hematologista Walter Oswaldo Cruz, filho mais novo de Oswaldo Cruz. Walter formou-se em Medicina em 1930 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas frequentava o Instituto ainda como aluno, sendo estagiário voluntário no Hospital de Doenças Tropicais. Sob a tutela de Carlos Chagas, sucessor de seu pai na direção do IOC, iniciou seus trabalhos sobre hematologia experimental e posteriormente estabeleceu como sua linha de pesquisa a patogenia da anemia ancilostomótica. Seus estudos tiveram repercussão nos meios científicos internacionais e abriram-lhe as portas de diversos laboratórios no exterior. Em 1936, estagiou no laboratório do professor Schultz, em Berlim e também em diversos laboratórios norte-americanos e europeus, como os das universidades de Rochester (1940-1941), Johns Hopkins (1943) e Wayne University (1960), nos Estados Unidos, e na Universidade de Londres, na capital inglesa. Nesse período desenvolveu pesquisas sobre suscetibilidade das hemácias a soluções hipotônicas, mecanismo de

⁴² Depoimento de Augusto Perissé, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

⁴³ Depoimento de Moacyr Vaz de Andrade, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

⁴⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*, op. cit., p. 178.

destruição e regeneração das hemácias, eliminação do pigmento biliar na anemia pela acetilfenilidrazina, malária experimental, anemia hemolítica e hemóstase⁴⁵.

Walter Oswaldo Cruz exerceu a função de chefe da Seção de Hematologia desde a sua criação, em 1940 até 1962, ano em que passou a chefiar a Divisão de Patologia, responsável pelas seções de Anatomia Patológica e Fisiopatologia, além da própria Hematologia. Durante sua vida profissional obteve auxílios financeiros para seus estudos de instituições nacionais, como o CNPq, e internacionais, como o National Institutes of Health (NIH), a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller. Além desses auxílios, recebeu o aporte financeiro do empresário brasileiro Guilherme Guinle, que desde a década de 1920 praticava o mecenato científico⁴⁶.

Um dos fundadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, Walter, em um de seus discursos, defendeu a ideia de que a Sociedade “fosse criada com uma única finalidade primordial: pugnar pela liberdade de pesquisa sensu lato”⁴⁷:

Por sentido geral, refiro-me à execução do trabalho científico em ambiente de alegria. Com isto quero salientar que as condições deste trabalho devem ser de molde a permitir uma concentração total do pesquisador, livre de qualquer preocupação à margem de sua meta principal. Que esta sociedade nos livre de administradores que ousam sacrificar a verdadeira significação do trabalho científico, a bem de um programa de fãncaria, para agradar seus superiores na engrenagem governamental; que se nos evite lutar como desesperados, para conseguir, não só as máquinas pesadas necessárias à construção do edifício científico, mas também para obter o básico tijolo e cimento; que não permita governantes prometerem, durante 15 anos, regime de tempo integral, como se fora a relva que se coloca em frente dos muare, para lhes estimular a movimentar a carroça; que não se faça depender as nossas carreiras, do tempo em que nosso corpo permaneceu dentro de determinados limites – muitas vezes denominados Institutos – para efeito de promoção, preterindo comparar o valor e a quantidade de trabalho especializado, colocado honestamente em nossas publicações; que se não façam as instituições navegarem de acordo com a velocidade desenvolvida pelo cargueiro mais lento do comboio, tal como a técnica de transporte marítimo durante as guerras, mas que se reconheçam os verdadeiros valores, facilmente verificados, quando se trata de Ciência, cuja finalidade consiste em encontrar fatos de tal clareza, a serem unanimemente aceitos; que celeumas e protestos não sejam unicamente provocados por desequilíbrios acidentais de salários, enquanto que as publicações científicas em geral, são acolhidas com o mais suspeito indiferentismo; que, finalmente, nas instituições da Ciência, seja reconhecido o valor de seu trabalho específico, na forma de seminários, conferências e outros meios de intercâmbio profissional entre os pesquisadores⁴⁸.

⁴⁵ JUNQUEIRA, Pedro Clóvis. Walter O. Cruz (1910-1967). *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*. v. 24, nº2. São José do Rio Preto. Abril/Junho, 2002.

⁴⁶ SANGLARD, Gisele. O mecenato da cura. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, v. 10, 25 jul. 2006. Rio de Janeiro, pp. 29-33.

⁴⁷ LENT, Herman. *Walter Oswaldo Cruz: sucesso e fracasso de um cientista*. Rio de Janeiro, 1967, p. 6.

⁴⁸ LENT. *Walter Oswaldo Cruz: sucesso e fracasso de um cientista, op. cit.*, p. 7.

O nascimento daquela Sociedade seria fundamental para a melhoria das condições de execução do trabalho científico. Tais condições deveriam ser propícias para a dedicação exclusiva do pesquisador a sua pesquisa. Além disso, defendeu a ideia de que a Sociedade deveria ser capacitada a eximir os cientistas de pressões administrativas que, na busca de resultados imediatos, comprometem os trabalhos científicos. Walter Oswaldo Cruz instituiu em seu laboratório na Seção de Hematologia uma verdadeira escola de formação de pesquisadores⁴⁹. Muitos foram os pesquisadores que estagiaram com Walter ao longo dos anos em que esteve à frente do laboratório de hematologia.

Em depoimento, a sanitarista Sylvia Hasselmann, companheira de Walter, revela que para ele, a principal contribuição de Oswaldo Cruz para a saúde pública não foi ter criado um instituto responsável pela produção de vacinas e soros visando o combate e a erradicação de doenças como a febre amarela, varíola e malária. Em sua opinião, a ação mais importante do pai foi ter contribuído para o início do desenvolvimento da pesquisa no Brasil⁵⁰. O projeto de Walter para o Instituto era a criação de um ambiente propício à formação do espírito científico, pois, assim como alguns de seus pares ligados à SBPC, reconhecia a importância social da ciência para o desenvolvimento do país.

Em artigo sobre a trajetória profissional de alguns dos cientistas cassados de Manguinhos, Carlos Eduardo Calaça identifica a importância do espaço institucional nas reflexões dos cientistas que faziam parte desse grupo. O instituto é visto como espaço de produção e prática científica, e alguns pesquisadores vistos como “meros apropriadores do espaço institucional, sem interesse ou vocação para tais atividades”, o que seria motivo de conflito dentro da Instituição⁵¹. Em sua análise, os cientistas se identificam com um estilo de fazer ciência, que os diferenciam do praticado pelos cientistas de outros grupos. No âmbito interno, essa distinção entre os grupos se configurava no embate entre aqueles que defendiam a vocação do instituto para a pesquisa básica e os que acreditavam que o instituto deveria se voltar para a pesquisa aplicada, mantendo sua função como produtor de imunobiológicos⁵². No âmbito externo, os cientistas defendiam a importância da função social da ciência e que o Instituto deveria desempenhar papel relevante no desenvolvimento científico em geral do país. Tito Cavalcanti revela que esse pensamento estava presente entre alguns cientistas, não apenas do Instituto Oswaldo Cruz, como também do Museu Nacional e do Centro Brasileiro

⁴⁹ LENT. *O Massacre de Manguinhos*, op. cit., p. 32.

⁵⁰ Depoimento de Sylvia Hasselmann. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1987.

⁵¹ CALAÇA, Carlos Eduardo. Vivendo em Manguinhos: a trajetória de um grupo de cientistas no Instituto Oswaldo Cruz. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v.7, Rio de Janeiro, fev. 2001, p. 604.

⁵² *Ibidem*.

de Pesquisas Físicas (CBPF), e era “posta em relevo pela gente que tinha as ideias de esquerda”. E complementa o raciocínio afirmando que “se isso é ter ideias de esquerda, eu também estava na esquerda”⁵³. Portanto, a identificação como pertencente ao grupo dos cientistas cassados é além do envolvimento político partidário dos cientistas e se explica a partir da convergência de ideias entre seus membros, que buscavam melhorias para a ciência brasileira e para o Instituto Oswaldo Cruz.

Um dos nomes importantes da área de produção do IOC foi José Fonseca da Cunha. Médico formado pela Faculdade Nacional de Medicina em 1936, exerceu as funções de interno acadêmico da Santa Casa de Misericórdia e de médico estagiário da Assistência Municipal do Rio de Janeiro. Trabalhou no Serviço de Estudos e Pesquisas sobre Febre Amarela, ligado à Fundação Rockefeller, e no Serviço Nacional de Febre Amarela. A partir da incorporação desse último órgão ao Instituto Oswaldo Cruz⁵⁴, em 1950, desenvolveu seu trabalho na fabricação de imunobiológicos na Seção de Soros e Vacinas da Divisão de Vírus, sob a supervisão de Henrique de Azevedo Penna, destacando-se na produção das vacinas anti-amarílica e anti-variólica, e no aprimoramento da BCG e da vacina contra o sarampo⁵⁵. Além das chefias de seção e de divisão ocupadas ao longo de sua carreira no IOC, Fonseca da Cunha exerceu o cargo de secretário-administrativo do IOC, uma espécie de chefe de gabinete do diretor, atendendo a convite do então diretor Antônio Augusto Xavier:

Naquela época todos os pedidos eram endereçados ao diretor do Instituto e a tiragem era feita pelo chefe do gabinete do diretor. Então, pode comprar, não pode comprar. Às vezes era preciso comprar de qualquer maneira e tal aí, o chefe da administração era chamado e ele tinha que se virar, arranjar dinheiro. Era uma pesquisa que estava em andamento, era um pesquisador que queria pombos, outro queria cobaia, outro de produção precisava de aves e o chefe de gabinete, o chefe, o secretário do Instituto tinha exatamente essa função⁵⁶

Atuando nessa função, Fonseca da Cunha participou ativamente da vida administrativa do Instituto, principalmente no auxílio ao diretor na administração dos recursos provenientes do Ministério da Saúde. As decisões institucionais e a distribuição dos recursos recebidos eram feitas pelo diretor do IOC, sem a participação dos chefes de seção e de divisão e muito

⁵³ Depoimento de Tito Cavalcanti. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

⁵⁴ A partir de 1940, com laboratório já montado e fabricando a vacina anti-amarílica, a Fundação Rockefeller passou a transferir paulatinamente o controle dessas atividades para o já estruturado Serviço Nacional de Febre Amarela. Em 1950, a FR retirou-se formalmente do controle dessas atividades, passando a direção do laboratório de pesquisas e de produção da vacina para o Instituto Oswaldo Cruz. Além de José Fonseca da Cunha, outros cientistas foram incorporados ao IOC. Foram os casos de Hugo Lemmert, José Francisco de Madureira Pará e Antônio Sotero Cabral.

⁵⁵ AZEVEDO, Nara; HAMILTON, Wanda. A febre amarela no Brasil: memórias de um médico da Fundação Rockefeller. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.3, nov. 98, pp. 733-754.

⁵⁶ Depoimento de José Fonseca da Cunha. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

menos dos demais pesquisadores⁵⁷. Sem mencionar o nome dos cientistas, Cunha identifica a posição das divisões em relação às administrações do IOC:

Eles tinham uma proposta de pesquisa para eles, porque eles representavam determinadas divisões dentro da instituição. A divisão de zoologia nem sempre apoiava os planos do diretor. A própria divisão de microbiologia tinha dentro dela elementos que não aceitavam os pontos de vista de (qualquer) diretor, ao passo que na divisão de vírus havia os que apoiavam o diretor, na divisão de patologia havia os que apoiavam e os que não apoiavam o diretor, era difícil. Era muito dividido, eram verdadeiros feudos (...) é provável que cada divisão quisesse ter o seu próprio diretor, moldado perante seu conceito de pesquisa, de direção, de administração⁵⁸

Essa centralização administrativa pode ser considerada uma das causas dos conflitos existentes no período analisado. Para obter verbas para a aquisição de material ou o pagamento de bolsistas que auxiliavam na pesquisa, o chefe da divisão deveria necessariamente recorrer à direção, valorizando seu prestígio pessoal junto ao diretor. As administrações desse período sofreram com as pressões dos diferentes grupos de pesquisadores que desejavam maiores recursos para suas pesquisas e participação nas decisões institucionais.

1.2 Os antecedentes da cassação: a disputa pelo poder institucional da década de 1940 à 1960

O projeto centralizador do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) colocou em discussão a reforma das estruturas do Estado, com o objetivo de reforçar sua capacidade de intervenção e coordenação das ações de saúde em todo o território nacional⁵⁹. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, o Instituto Oswaldo Cruz passou por um período de escassez de recursos e perda de autonomia financeira e política. Uma das fontes de recursos do IOC provinha da comercialização da vacina contra a peste da manqueira, primeira vacina veterinária desenvolvida e fabricada no Brasil já no início do século XX e produzida pelos cientistas do Instituto Alcides Godoy e Astrogildo Machado. Segundo os dados de Hamilton, a verba pela venda da vacina da manqueira correspondia a

⁵⁷ Na gestão de Francisco Laranja (1954-55), o Conselho Deliberativo formado pelos chefes de divisão e de seção indicados pelo diretor foi colocado em prática, tendo como função deliberar sobre as questões administrativas do IOC. Entretanto, com a substituição do diretor pelo fisiologista Antônio Augusto Xavier (1955-58), o Conselho teve suas atividades encerradas. Apenas na gestão de Amílcar Vianna Martins (1958-60) o Conselho voltou a se reunir permanecendo assim até 1964.

⁵⁸ Depoimento de José Fonseca da Cunha. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

⁵⁹ HAMILTON, Wanda; FONSECA, Cristina. Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v.10, n.3, Rio de Janeiro, set./dez. 2003, p. 792.

cerca de 30% do total do orçamento do Instituto⁶⁰. Em 1937, com a reforma implementada no Ministério da Educação e Saúde, o IOC ficou proibido de produzir e comercializar qualquer produto veterinário, ficando essa atribuição restrita ao Ministério da Agricultura⁶¹. Além de limitar-se à fabricação de produtos de aplicação em medicina humana, toda a parte industrial teria administração, direção e equipe separadas das demais atividades do Instituto. A reforma, posta em prática pelo ministro Gustavo Capanema, pôs fim ao modelo institucional planejado por Oswaldo Cruz. O IOC foi transferido do Departamento Nacional de Educação para o Departamento Nacional de Saúde, e teve sua renda própria incorporada à receita geral da União. Essas medidas sufocaram economicamente o IOC, que passou a ter todos os seus serviços custeados por dotações orçamentárias do ministério⁶².

Com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938, os cientistas tiveram que enfrentar mudanças em sua rotina de trabalho. Muitas vezes conciliando seus cargos de pesquisadores com atividades acadêmicas nas escassas instituições de ensino existentes no país, alguns cientistas tiveram que optar por uma função, em decorrência da aplicação da Lei da Desacumulação de cargos públicos (1937), já citada anteriormente. Com a proibição dos funcionários públicos de acumular cargos em diferentes instituições, o IOC sofreu baixas em seu quadro, perdendo pesquisadores como Carlos Chagas Filho e Olympio da Fonseca que optaram pela Faculdade Nacional de Medicina. Outros como Lauro Travassos optaram por permanecer no Instituto, mesmo com todas as dificuldades de recursos e rendimentos apresentadas no desenvolvimento das atividades científicas.

Uma das determinações do DASP foi a obrigatoriedade de concursos públicos para o preenchimento de vagas nos órgãos federais. Essa decisão dificultou ainda mais o ingresso de novos pesquisadores no instituto, pois era necessário aguardar por anos a abertura de novas vagas. Até então os pesquisadores que ingressavam no Instituto eram escolhidos a partir do Curso de Aplicação oferecido pela instituição. Os baixos salários dos cientistas e as dificuldades no processo de admissão e progressão da carreira foram fatores que prejudicaram a renovação dos quadros do Instituto. Jaime Benchimol indica que com a perda de sua autonomia administrativa e financeira,

o IOC tornou-se vulnerável às ingerências políticas externas, assim como à crescente disputa interna pelos recursos escassos e às crises de sucessão e legitimidade das diretorias. A ausência de consenso quanto aos rumos ou ao

⁶⁰ HAMILTON. 'Massacre de Manguinhos', *op. cit.*, p.8.

⁶¹ Com o Instituto Oswaldo Cruz proibido de produzir e comercializar as vacinas contra a peste da manqueira, a indústria privada tornou-se a grande responsável por esse segmento. Os cientistas donos da patente passaram a produzi-la em laboratório particular.

⁶² BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos, do sonho à vida: a ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 1990, p.70.

projeto a que deveria se ajustar a instituição dividiu o corpo técnico em facções que tenderiam a buscar apoio junto às forças político-partidárias para fazer valer as suas propostas, comprometendo, assim, ainda mais a independência científica de Manguinhos⁶³

Em seus depoimentos, os cientistas divergem sobre uma possível decadência do IOC nos anos 1930 e 1940, quando ingressaram na instituição. Haity Moussatché argumenta que após as mortes de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, outros grandes nomes da ciência como Carneiro Felipe, Costa Lima e Miguel Ozório permaneceram no quadro de pesquisadores do IOC e mantiveram o elevado nível de pesquisa da instituição⁶⁴. Para Souza Lopes, apesar do Instituto não ser à época de seu ingresso um órgão tão importante quanto havia sido em seus primeiros anos de vida, a produção dos laboratórios de Lauro Travassos, Miguel Ozório e Arêa-Leão caminhava bem. Em sua opinião a queda de qualidade do Instituto era algo natural, pois este já havia cumprido sua missão no tempo de Oswaldo Cruz⁶⁵. Como pode ser visto, os cientistas analisam a decadência do IOC a partir das atividades científicas realizadas por pesquisadores reconhecidos nacional e internacionalmente. Benchimol, ao se debruçar sobre os relatórios anuais de atividades do IOC assinados por Carlos Chagas, diretor entre os anos de 1917 e 1934, e Cardoso Fontes, que substituiu Chagas e permaneceu na direção até 1941, destaca que a crise financeira da instituição engendrava a insatisfação dos funcionários, a evasão de pesquisadores, a deterioração e obsolescência das instalações físicas e de equipamentos. Somados, esses fatores refletiam na queda de qualidade na produção científica⁶⁶. Outros, como Sebastião de Oliveira, argumentam que o declínio do Instituto se deu a partir da separação do Ministério da Educação e da Saúde, em 1953⁶⁷. O IOC, como instituição vinculada ao novo Ministério da Saúde, passou a responder às demandas da saúde pública, centralizadas nas campanhas sanitárias pelo país⁶⁸.

Ao fim da década de 1950, mobilizou-se dentro do Instituto um grupo de pesquisadores que, observando as prioridades do Ministério da Saúde para a produção em detrimento a pesquisa, defendiam a mudança do Instituto para um novo ministério a ser criado, o Ministério das Ciências, que resgataria o papel da ciência no desenvolvimento brasileiro. Segundo Hamilton,

⁶³ *Ibidem*, p. 75

⁶⁴ Depoimento de Haity Moussatché. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

⁶⁵ Depoimento de Hugo de Souza Lopes, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

⁶⁶ BENCHIMOL, *Manguinhos, do sonho à vida, op. cit.*, p. 69.

⁶⁷ Depoimento de Sebastião José de Oliveira, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1987.

⁶⁸ SANTOS, Sérgio Gil Marques dos Santos. *Estado, ciência e autonomia: da institucionalização à recuperação de Manguinhos*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (UFRJ), Rio de Janeiro, 1999, p. 65.

os pontos fundamentais dessa proposta eram garantir à comunidade científica um espaço de participação das decisões a respeito de um projeto científico definido nacionalmente e implementar uma política visando a autonomia e liberdade científica face aos critérios utilitários adotados por órgãos governamentais⁶⁹

A autora cita entre os pesquisadores envolvidos nesse propósito, Herman Lent, Haity Moussatché, Tito Cavalcanti e Walter Oswaldo Cruz. Com o passar dos anos e com a perda de autonomia financeira e administrativa do IOC, esses cientistas viram os recursos serem distribuídos de forma desigual, e a ciência básica relegada ao segundo plano. A Fundação Ford, Fundação Rockefeller e o National Institutes of Health distribuía recursos para alguns dos cientistas do IOC, porém tais recursos eram adquiridos pelo empenho dos próprios pesquisadores, que demonstravam seus planos de pesquisa e prestavam contas para essas organizações de incentivo à pesquisa.

Na opinião de Fernando Ubatuba, apesar de a fabricação de vacinas ser um serviço de fundamental importância para o país, essa tarefa deveria ser feita pela indústria privada, mais competente e qualificada, que pudesse produzi-las em condições melhores do que as oferecidas pelo Instituto. Para ele, “sacrificar um Instituto de ciência para transformá-lo num mero local onde se fabricam coisas mal” era um erro do Ministério da Saúde. Os recursos eram inferiores se comparados ao do setor privado, o que dificultava a compra de aparelhagem adequada para o serviço e também a contratação de gente qualificada para tal atividade⁷⁰.

Em seus primeiros anos, o Ministério da Saúde sofreu com o baixo orçamento que tinha à sua disposição e por consequência as verbas destinadas ao Instituto Oswaldo Cruz tornaram-se ainda mais escassas, principalmente para a área de pesquisa. As questões relativas à saúde pública eram as prioridades do novo ministério e o IOC, voltado para o estudo das endemias brasileiras, exerceu função importante no combate às doenças que grassavam no território nacional. A área de produção passou a receber grande parte da verba destinada ao IOC, objetivando a fabricação de vacinas para o combate a varíola, febre amarela, febre tifoide e outras tantas.

Para atender às demandas vindas do Ministério da Saúde, a área de produção passou a ter maior prestígio. Para Fonseca da Cunha, esse prestígio decorria da necessidade do Ministério da Saúde em solucionar os problemas da saúde pública brasileira. Sobre esse cenário, Cunha constata:

⁶⁹ HAMILTON. ‘Massacre de Manguinhos’, *op. cit.*, p. 11.

⁷⁰ Depoimento de Fernando Ubatuba, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

Isso aqui era uma instituição, era um órgão do Governo, era um órgão público, se queria fazer a pesquisa, tudo bem, se não podia fazer pesquisa procurava... a produção dava uma resposta ao governo porque quando se ia fazer uma campanha contra varíola, febre amarela, contra febre tifoide, contra gripe, era o instituto que respondia com a sua área de produção. Então, o Ministério queria uma resposta, uma resposta imediata. Uma pesquisa pode até não dar a você resposta nenhuma, é ou não é? Você pode começar uma pesquisa hoje, levar dez anos e não chegar a nada⁷¹.

Essa preocupação com os resultados práticos e imediatos levou ao crescimento da área de produção de imunobiológicos do IOC. Na opinião de Fonseca da Cunha, os esforços na produção de vacinas deveriam ser priorizados pela condição de país subdesenvolvido que se encontrava o Brasil, uma vez que ao governo e ao povo “importa muito mais que se tenha uma boa vacina, que na hora que se tornar necessário, exista uma vacina para proteger uma população contra uma doença”⁷². Essa tendência atrelava a chamada pesquisa básica ou pura aos países desenvolvidos, enquanto os subdesenvolvidos deveriam priorizar a produção de imunobiológicos e dirigir suas pesquisas às doenças que atingiam a população⁷³.

Data de 1953 a primeira tentativa de desvinculação desses cientistas da área de saúde pública, exatamente com a divisão do Ministério da Educação e o da Saúde.⁷⁴ À época, parte do corpo técnico-científico da instituição pleiteou – através de um memorial – a permanência do IOC junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). O conteúdo do manifesto-memorial ressalta a necessidade de preservação da orientação de pesquisa científica da instituição e almeja a transformação do IOC num “centro de pesquisas e de cultura biológicas, com feição ultra universitária”,

onde se estudem e se procure resolver problemas científicos quer de interesse mediato quer imediato, inclusive os de biologia geral e buscar obter aperfeiçoamentos de técnicas vigentes que eles ainda necessitem, como também servir de escola de seleção e preparo a novos pesquisadores⁷⁵

Os 40 cientistas signatários do memorial reconheciam a importância da existência de um instituto voltado exclusivamente para as atividades de saúde pública, mas desejavam a preservação da orientação eminentemente de pesquisa científica desfrutada pelo IOC desde a sua criação. Os pesquisadores que reivindicavam a criação de um novo ministério defendiam

⁷¹ Depoimento de José Fonseca da Cunha. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ HAMILTON. ‘Massacre de Manguinhos’, *op. cit.*, p. 11

⁷⁴ AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 19, 2012, p. 597.

⁷⁵ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Memorial dos técnicos do Instituto Oswaldo Cruz ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, 21 de agosto de 1953. (BR RJCOO 02-10-05).

a exclusão do setor de produção do instituto, ocasionando uma divisão entre os setores de pesquisa e produção. Essa instabilidade interna e mais a perda de autonomia política e financeira e a escassez de recursos dificultaram a elaboração de um projeto capaz de integrar os diferentes setores do IOC.⁷⁶ Esse conflito pode ser exemplificado a partir da fala de Fonseca da Cunha que fortalece a ideia da separação entre as áreas:

Eu posso conviver com os pesquisadores. Eu sei que eles não vão me aceitar nunca... Ou não é que não vão me aceitar, vão sempre colocar assim um pouco marginalizado da pesquisa, (pois) se consideram mais inteligentes, mais cultos, mais capazes, mais preparados⁷⁷.

Para Haity Moussatché, a diferenciação entre pesquisa básica e aplicada era impossível de ser feita, e que no tempo de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas ambas tinham lugar simultaneamente:

Uma coisa que hoje é ciência básica, amanhã é aplicada e vice-versa. Uma ciência que hoje está aplicada pode levar à coisa básica; de maneira que não há essa diferença. Isso é, a metodologia é a mesma, portanto, podem conviver⁷⁸.

Em sua opinião, a metodologia científica entre a ciência aplicada e básica é a mesma, o que as difere é o fato de que a primeira busca solucionar um problema de forma imediata e a segunda no longo prazo. O desejo dos cientistas do IOC era de que as áreas de produção e de pesquisa tivessem verbas específicas e não dependessem da distribuição dos recursos pela direção do Instituto. Segundo os depoimentos, durante algumas administrações, os diretores foram pressionados pelo Ministério para reduzir as verbas destinadas à pesquisa e repassar recursos para os setores de produção de vacinas. A fabricação e a distribuição de vacinas pelo território nacional eram de interesse do Estado e dos políticos.⁷⁹

Os debates sobre a criação do novo ministério nasceram a partir das reuniões dos cientistas ligados à SBPC, fundada em 1948. Nesse período, os cientistas envolvidos na formulação do projeto de criação do novo ministério constataram a perda do poder de ação do recém-criado Conselho Nacional de Pesquisas⁸⁰. Criado em 1951, o CNPq tinha como principal objetivo a promoção do desenvolvimento científico em todas as áreas de

⁷⁶ HAMILTON. 'Massacre de Manguinhos', *op. cit.*, p. 11.

⁷⁷ Depoimento de José Fonseca da Cunha. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

⁷⁸ Depoimento de Haity Moussatché. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

⁷⁹ Mesa Redonda com Sebastião de Oliveira, Masao Goto e Moacyr Vaz de Andrade. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

⁸⁰ Depoimento de Haity Moussatché. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986. Segundo Haity Moussatché, a ideia de criação do Ministério da Ciência e Tecnologia surgiu a partir das reuniões em que estavam entre os presentes os físicos Celso Lattes e José Leite Lopes, o químico Jacques Abulafia Danon, e os cientistas do IOC, Herman Lent e Tito Cavalcanti.

conhecimento através da concessão de auxílios para pesquisa e de bolsas para a formação e aperfeiçoamento de pesquisadores. Pela primeira vez, a comunidade científica brasileira pôde participar da formulação de uma “estratégia de desenvolvimento nacional voltada para a superação do atraso tecnológico em vários setores da atividade produtiva”⁸¹. A sua criação representou o início de nova época do país, caracterizada pelo reconhecimento oficial da ciência. Com o seu apoio, núcleos científicos, fadados ao desaparecimento, ganharam alento e reviveram. Crises foram conjuradas, novos pesquisadores se formaram com especialização no Brasil e no exterior, além da abertura de novos campos. O primeiro Conselho Deliberativo⁸² era formado por cientistas ligados à Academia Brasileira de Ciência, membros da burocracia governamental e militares, que embora não fossem maioria numérica ocupavam funções destacadas de comando dentro do Conselho. A energia nuclear era o campo privilegiado dentro do CNPq, que perdeu suas atribuições relativas a essa área a partir da criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (1956), responsável pela política nuclear brasileira. Os recursos tornaram-se cada vez mais escassos e a aproximação com o alto escalão político do Estado cada vez mais distante⁸³. Diante desse cenário, a criação de um novo órgão era vista como a oportunidade de alavancar a ciência no país. A proposta era conectar o novo órgão aos institutos próprios do CNPq, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), e abrir as portas para outras instituições de pesquisa científica ou tecnológica, inadequadamente encaixadas nos mais distintos ministérios, como era o caso do Instituto Oswaldo Cruz.

Em documento dirigido ao ministro da Saúde, Walter Oswaldo Cruz apresentou os motivos que o levavam a defender a criação do novo ministério. Em sua opinião, o CNPq não poderia intervir na área de competência de outros órgãos governamentais, desenvolvendo situações que lhe fugiam ao controle e que, de certa forma, limitavam e comprometiam seu trabalho pelo fato de algumas instituições científicas se enquadrarem incorretamente em seus respectivos ministérios.

Uma simples mudança rotineira de chefia de um órgão ajudado põe em risco e, algumas vezes, anula todo um longo trabalho construtivo, desenvolvido, pelo Conselho, naquele órgão. Mais grave pode ser a mudança de um ministro. É que a pesquisa científica não está plantada em solo próprio. Não tem abrigo certo, em pé de igualdade com outras atividades, em nenhum dos atuais

⁸¹ SANTOS. *Estado, ciência e autonomia*, op. cit., p. 56.

⁸² O Instituto Oswaldo Cruz foi representado na Comissão que iniciou o planejamento para implantação do CNPq pelo cientista José Carneiro Felipe. No primeiro Conselho Deliberativo, o representante do IOC foi o diretor à época, Olympio da Fonseca Filho.

⁸³ FORJAZ, Maria Cecília Spina. Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985). *Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº 28, 1989, p. 78.

ministérios. Não tem vez para defender o seu canto, já que mora, por favor ou por descuido, em casa alheia. Deve cedê-lo sempre que disputado.⁸⁴

Entretanto, nem todos os cientistas que participavam desses encontros foram favoráveis à criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Carlos Chagas Filho e Antônio Couceiro se mostraram receosos quanto a essa ideia por acreditarem que a nova pasta seria entregue a um ministro político, o que seria problemático aos pesquisadores, uma vez que não teriam o poder de decisão que buscavam⁸⁵.

Dentro do IOC havia visões distintas sobre os rumos da instituição no cenário apresentado. De um lado estavam os que acreditavam que, através do compromisso com as demandas provenientes da saúde pública, sua manutenção no Ministério da Saúde era fundamental para garantir as verbas que necessitava. Para eles, o Instituto deveria se manter atuante nas questões de saúde pública que afetavam a sociedade e a permanência naquele ministério possibilitaria a abertura para o desenvolvimento de diversas áreas de trabalho, visto que não existia instituição no âmbito da saúde pública que reunisse valor científico semelhante ao do IOC. Em oposição a esse pensamento estavam aqueles que desejavam a valorização da ciência e a transferência do IOC para o novo ministério a ser criado. Na visão desses pesquisadores, o Instituto, desde sua criação, já havia contribuído para a estruturação do aparato estatal no combate às epidemias que afligiam a sociedade. Portanto, desejosos de uma maior atenção à ciência básica, defendiam a inserção do Instituto numa nova secretaria a ser criada, que permitiria a ampliação e a consolidação da produção científica nacional⁸⁶. Na avaliação de Moussatché,

Havia dois grupos. Um achava que o instituto deveria continuar no Ministério da Saúde. Os diretores pediam orçamento para fazer soros e vacinas porque isso sensibilizava mais os políticos a dar verbas. Achavam que essa era a forma de o instituto ter as verbas de que precisava. Às vezes, para se conseguir alguma coisa, um aparelho que tinha o preço de uma vaca, tínhamos de pedir supostamente uma vaca, mas esse dinheiro não era utilizado para isso. Eu achava que isso era uma mentira, um absurdo. Estávamos no pós-guerra e sabíamos que a ciência era importante. Os diretores dos institutos deveriam levar os nossos problemas como coisa de ciência mesmo, e não alegando que tínhamos que fazer umas tantas coisas para o uso público, como soros e vacinas. Bom, se eles achassem que ciência não era importante, que dissessem claramente. Mas ao contrário, os políticos diziam que a ciência era importante. Depois do Sputnik, da explosão da bomba atômica, depois de tudo isso,

⁸⁴ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Walter Oswaldo Cruz. Documento assinado por Walter Oswaldo Cruz dirigido ao ministro da Saúde (BR RJCOC WO-FC-ST-21).

⁸⁵ Depoimento de Haity Moussatché. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

⁸⁶ PONTE, Carlos Fidelis. *Pesquisa versus Produção em Manguinhos: constrangimentos e perspectivas de desenvolvimento tecnológico em uma instituição pública*. 239f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012, p. 106.

qualquer político sabia que ciência era uma coisa fundamental para o desenvolvimento do país⁸⁷.

Na sua opinião e nas de outros cientistas citados por ele, como Walter Oswaldo Cruz, Herman Lent, César Lattes e José Leite Lopes, no mundo pós II Guerra Mundial a ciência passou a ser vista como um instrumento importante para o processo de desenvolvimento e planejamento econômico⁸⁸. A atividade científica ganhou reconhecimento como objeto de grande poder econômico e militar após a produção da bomba atômica, utilizando-se dos conhecimentos produzidos nos laboratórios de pesquisa básica.

No Brasil, o pós-guerra também contribuiu para favorecer a institucionalização da atividade científica. O otimismo em relação ao papel positivo que a ciência e a tecnologia ganharam nesse período fez com que uma série de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento da ciência fosse colocada em prática. A criação de órgãos e fundos para o fomento à pesquisa, como o já mencionado CNPq e também a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a ampliação de instituições de ensino superior, fundamentais para a formação de novos pesquisadores, bem como para servir como mercado de trabalho, foram algumas das medidas tomadas nesse período. Na visão desses cientistas, a qualidade intelectual do homem da ciência deveria ser cultivada e promovida com o objetivo de “criar novos cientistas que dariam as forças econômicas que o Brasil precisava”⁸⁹. Portanto, a comunidade científica ansiava por uma participação mais ativa nos assuntos sociais relevantes. Para Augusto Perissé, os cientistas tinham obrigação de participar da vida nacional, pois só assim seriam capazes de propor soluções para os problemas da sociedade, tais como a fome, a miséria e a desigualdade social. Perissé valoriza o papel da ciência e do cientista⁹⁰ ao afirmar que

[a] ciência é feita para o benefício do homem. Não é feita pra só dizer que coma, é feita para o benefício do homem, para o benefício da sociedade (...) o homem é a coisa mais importante do mundo, então, trabalhar para a sobrevivência do homem, trabalhar para a melhoria, para a extinção das doenças, sem dúvida nenhuma é uma função das mais relevantes da sociedade e do homem⁹¹.

⁸⁷ Depoimento de Haity Moussatché. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

⁸⁸ SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001, p. 257.

⁸⁹ Depoimento de Haity Moussatché. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

⁹⁰ Depoimento de Domingos Arthur Machado, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986. Questionado sobre o papel do cientista, Domingos Arthur Machado afirma que o cientista “é um homem que quer encontrar uma resposta para um fato que ele observou. E isso é uma sequência, as coisas vão se concatenando, ele faz uma observação aqui, outra ali, e evidentemente, quando a gente procura, quando a gente começa, às vezes a gente nem sabe o que está procurando. Nem sabe para que vai servir aquilo. E a história da ciência está cheia de fatos como este”.

⁹¹ Depoimento de Augusto Perissé, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

Apesar da valorização da ciência como elemento indispensável ao desenvolvimento social e econômico, Regina Morel constata que a ciência no Brasil, nos anos 1950 e 1960, não teve atuação efetiva no processo de industrialização, pois a tecnologia e a pesquisa necessárias eram importadas dos países desenvolvidos⁹². A ausência de uma política em prol da ciência e da tecnologia dificultou a obtenção de recursos para o desenvolvimento das instituições científicas brasileiras. Os escassos recursos recebidos pelo IOC, destinados em grande parte às demandas pontuais de caráter imediato como as campanhas de erradicação de doenças como a malária e a varíola, refletiam também a pouca importância dada ao desenvolvimento tecnológico pelo Estado. Embora num primeiro momento, o Estado tenha posto em prática uma série de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento científico no país, o Instituto, visto pelo governo federal como um órgão cuja função primordial era a produção de imunobiológicos para o combate às diversas doenças que assolavam o país, sofreu com a falta sistemática de investimentos federais ao longo dos anos, que culminaria na desarticulação de suas linhas de produção na década de 1970⁹³.

A proposta de criação do Ministério da Ciência não angariou apoio político e após 1964 os cientistas que a defendiam foram acusados de serem subversivos e de conspirarem contra o Estado⁹⁴. A tentativa de vinculação a uma nova secretaria foi encarada pela direção do Instituto como atitude de insubordinação ao Ministério da Saúde, passível de severas punições, como veremos adiante nesse trabalho.

Apesar de não encontrar motivos que explicassem as acusações referentes às suas vidas pessoais e profissionais, Lent reconhece as desavenças pessoais em relação aos rumos da instituição e as discordâncias internas referentes à manutenção do IOC no Ministério da Saúde. Contudo, não havia uma identificação de grupo entre eles antes de 1970. Foi o ato arbitrário da cassação que instituiu essa identidade, como afirma o cientista: “A verdade é que nunca houve, em Manguinhos, grupo algum com as características que o Prof. O. da Fonseca, na aludida entrevista recente, quis dar; o grupo só se constituiu forçado, após a cassação feita, em grupo⁹⁵”.

Portanto, segundo Lent, não havia a constituição de um grupo por questões ideológicas – tal como configurado nas acusações feitas pelos representantes do regime militar – afinidades pessoais e tampouco científicas, visto a formação diversificada dos cassados de

⁹² MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado – A Política Científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979, p.54.

⁹³ PONTE. *Pesquisa versus Produção em Manguinhos*, op. cit., p. 107.

⁹⁴ Depoimento de Haity Moussatché. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

⁹⁵ LENT. *O Massacre de Manguinhos*, op. cit., p. 59-60. A entrevista de Olympio da Fonseca, a que se refere Herman Lent, foi publicada no Jornal do Brasil em 19/2/1978.

Manguinhos. Entretanto, a narrativa construída por Lent revela a existência de uma característica comum entre os cassados. Lent acredita que a função social desse grupo de pesquisadores do qual fazia parte era a de trabalhar e superar as dificuldades encontradas na carreira científica. A pecha de comunistas a eles imputada constituiu “um caminho fácil para a liquidação de desafetos ou remoção de obstáculos a objetivos inconfessáveis”.⁹⁶ Lent nega as acusações feitas por Rocha Lagoa sobre a existência de um “foco de ideias subversivas” em Manguinhos, afirmando existir um grupo de cientistas que trabalhava e desejava melhorias para a ciência brasileira e para a instituição:

Pleitear, por exemplo, melhores condições de trabalho; tornar evidente o papel da pesquisa e da tecnologia para as atividades sociais do país, sugerir medidas que levem à criação de um Ministério para a Ciência e Tecnologia; apoiar e prestigiar o pesquisador individualmente, como forma de protegê-lo da ação coercitiva de eventuais maus diretores; apoiar a liberdade intelectual e de pesquisa e dos direitos dos pesquisadores a dispor de seus trabalhos e a publicá-los sob a responsabilidade de sua própria assinatura; defender os recursos necessários ao trabalho quando os incentivos das próprias instituições não sejam suficientes; defender os direitos de comparecimento a congressos e reuniões científicas; lutar pela necessidade e oportunidade de visitar locais de trabalho mais avançados e pelas bolsas de estudo para os iniciantes⁹⁷

Em seu depoimento ao projeto *História da ciência no Brasil*, coordenado por Simon Schwartzman, Lent salienta que a formação de dois grupos distintos no IOC se deu a partir da gestão de Cardoso Fontes, quando “foram admitidas pessoas em Manguinhos de nível não tão bom”. O confronto entre aqueles que “não faziam nada e tinham tudo, recursos, viagens e facilidades” e os que “produziam, publicavam, trabalhavam e lutavam com uma dificuldade muito grande para obter os recursos desejados”⁹⁸, então iniciado, foi agravado nas gestões subsequentes de Henrique Aragão e Olympio da Fonseca.

Após a saída de Olympio da Fonseca e a gestão interina de Cássio Miranda à frente do IOC, o médico Francisco da Silva Laranja Filho assumiu a direção do Instituto. Primeiro diretor a não pertencer aos seus quadros, este médico do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), pesquisador da doença de Chagas e médico particular do presidente Getúlio Vargas, Francisco Laranja foi nomeado pelo ministro Miguel Couto Filho em janeiro de 1954⁹⁹. O destaque de sua curta gestão foi a implantação do primeiro Conselho Deliberativo, formado pelos chefes de divisões, que pretendia solucionar os problemas gerais da administração técnico-científica, uma das principais solicitações do grupo de pesquisadores

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ Depoimento de Herman Lent, CPDOC, 2010.

⁹⁹ BENCHIMOL, Jaime Larry (org.). Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada, *op. cit.*, p. 99.

do IOC em gestões anteriores. Além disso, a nomeação de Tito Cavalcanti como secretário-administrativo do Instituto agradou os cientistas pertencentes ao grupo, que passaram a se sentir representados, mais próximos à administração e, portanto, com maiores chances de levar seus projetos científicos à frente.

No entanto, com o suicídio de Vargas em 24 de agosto daquele ano, Laranja perdeu seu principal apoio político e foi afastado do cargo pelo sucessor de Vargas na presidência da República, João Café Filho. Em seu lugar assumiu o fisiologista Antônio Augusto Xavier, que determinou a extinção do recém-criado Conselho Deliberativo, decisão que foi motivo de discórdia dentro do Instituto. Pela análise das entrevistas, é possível identificar a insatisfação dos cientistas com a administração de Xavier. A capacidade de Xavier como pesquisador é colocada em cheque a todo instante pelos seus pares do laboratório de zoologia, vizinho ao de fisiologia, no qual Xavier permaneceu por anos como assistente de Miguel Ozório¹⁰⁰. Visto como um cientista que pouco produziu em sua vida profissional, Xavier é identificado como “uma das pessoas mais deslocadas” dentro do IOC, não pertencendo a grupo algum¹⁰¹. Pode-se observar que pertencer ao mesmo laboratório ou a mesma área de pesquisa não garantia vínculos de proximidade entre os cientistas de Manguinhos. Os critérios de configuração da identidade dos grupos da instituição vão além da área científica dos pesquisadores. A capacidade científica dos pesquisadores, avaliada quantidade e qualidade de seus trabalhos, e a maneira em comum de se pensar e fazer ciência são os maiores critérios de identidade do grupo. Assim como na Fisiologia, onde Xavier era ignorado por seus pares, na Microbiologia dois grupos com pensamentos distintos se constituíram em torno das figuras de dois destacados pesquisadores, Genésio Pacheco e Guilherme Lacorte¹⁰².

A gestão de Xavier durou até 1958, quando novamente, após a insistência de um grupo de cientistas e técnicos do IOC, o presidente Juscelino Kubitschek indicou para o cargo o cientista mineiro Amílcar Vianna Martins. Parasitologista, Amílcar traçou sua carreira em Minas Gerais, onde chefiou o Departamento de Parasitologia da Universidade de Minas Gerais (UMG), e fundou e dirigiu o Centro de Pesquisas René Rachou, uma espécie de filial do IOC no estado. Realizou estudos sobre a febre maculosa, esquistossomose, doença de Chagas, escorpionismo, filariose, calazar, leishmaniose muco-cutânea e flebótomos. Sua vasta produção acadêmica e sua experiência como administrador da ciência credenciavam-no para o cargo de diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Antes de chefiar o IOC, Amílcar dirigiu o

¹⁰⁰ Depoimento de Herman Lent, CPDOC, 2010.

¹⁰¹ Depoimento de Hugo de Souza Lopes, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

¹⁰² CALAÇA. Vivendo em Manguinhos, *op. cit.*, p. 600.

Instituto Nacional de Endemias Rurais (INERu) e o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), órgão precursor da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM)¹⁰³.

A partir da gestão de Amílcar Vianna Martins, o grupo formado em parte pelos cientistas cassados se manteve sempre próximo à direção do IOC, ocupando funções de chefia nos setores da instituição e participando efetivamente do Conselho Deliberativo, reinstalado por Amílcar Vianna, até a chegada dos militares ao poder. Em substituição a Amílcar Vianna, em 1960 assumiu de forma interina o cientista Tito Cavalcanti, um dos cassados, com vasta experiência como administrador após exercer as funções de diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) e do CNPq. Na avaliação de Domingos Machado,

Tito, praticamente, me parece que continuou a mesma administração (de Amílcar). Nas mesmas linhas, prestigiando o pessoal que ele conhecia. O pessoal da fisiologia, o pessoal da zoologia médica, da entomologia e da parasitologia. Prestigiando e procurando fornecer material¹⁰⁴

A declaração de Domingos Arthur Machado sobre a administração de seu colega Tito Cavalcanti nos revela a importância dos laços criados pelos grupos de pesquisadores na intensa disputa pelo poder institucional. Durante as gestões de Amílcar Vianna e Tito Cavalcanti e depois na de Joaquim Travassos Rosa, o grupo dos cientistas cassados exerceu grande influência na direção do Instituto, deixando à margem aqueles que não se identificavam com suas ideias. Esses permaneceriam “marginalizados” dentro do Instituto até o fim da gestão de Joaquim Travassos da Rosa, ocorrida em junho de 1964, após a instauração do novo regime, em abril de 1964. De acordo com Carlos Fidélis Ponte,

As concepções políticas abraçadas por parte dos cientistas de Manguinhos, bem como a defesa da incorporação do Instituto à pasta proposta por uma parcela dos representantes da ciência nacional, colocaram estes pesquisadores em situação de confronto com os altos escalões do Ministério da Saúde. Tais discordâncias afastaram este grupo das posições de mando na Instituição, abrindo espaço para que a direção de Manguinhos fosse ocupada por profissionais que, embora não detivessem o mesmo grau de reconhecimento acadêmico a eles atribuídos, se mostraram menos combativos e, em alguns casos, bastante afinados com o direcionamento político dado ao Ministério da Saúde e ao governo como um todo¹⁰⁵.

Os cientistas de Manguinhos cassados em 1970 por força do AI-5 ingressaram no Instituto Oswaldo Cruz nas décadas de 1930 e 1940, e fizeram parte da geração seguinte aos

¹⁰³ BRENER, Zigman. Prof. Amílcar Vianna Martins (In Memoriam). *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 85, n.2, abr.-jun. 1990, p. I.

¹⁰⁴ Depoimento de Domingos Arthur Machado, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

¹⁰⁵ PONTE. *Pesquisa versus Produção em Manguinhos*, op. cit., p. 103.

discípulos de Oswaldo Cruz. A entrada de grande parte desses cientistas no IOC deve-se, em larga medida, ao papel fundamental de recrutadores exercido Lauro Travassos e Miguel Ozório de Almeida.

Para parte desse grupo, a abertura de portas no IOC se deu a partir do laboratório do zoólogo Lauro Pereira Travassos, responsável pela formação de muitos helmintologistas e entomologistas. Discípulo de Oswaldo Cruz, Lauro Travassos passou a maior parte de sua vida em Manguinhos e na condição de professor catedrático de Zoologia Médica e Parasitologia da Escola Nacional de Veterinária cooptou diversos estudantes para seu laboratório de pesquisa, vindo a formar um grande número de cientistas na área. O primeiro a fazer parte da “escola de Travassos”¹⁰⁶ foi Hugo de Souza Lopes. A relação entre os dois teve início na Escola Nacional de Veterinária, onde Souza Lopes se formou no curso de Veterinária e teve Lauro Travassos como professor. Paralelamente ao trabalho como estagiário voluntário no laboratório do helmintologista no IOC, Souza Lopes exerceu a função de professor assistente – por indicação do próprio Travassos – até ser aprovado como professor catedrático da cadeira de Zoologia Médica e Parasitologia em 1938, na vaga deixada por seu mestre. Devido a Lei de Desacumulação (1937), que determinou a impossibilidade de uma pessoa acumular mais de um cargo público, Lauro Travassos e outros tantos tiveram que optar pela manutenção de apenas um dos cargos públicos que exerciam. Travassos optou pela permanência no Instituto Oswaldo Cruz, onde mantinha uma grande equipe de cientistas sob sua tutela e onde dispunha das condições necessárias para o prosseguimento de suas pesquisas. A equipe do laboratório sob a supervisão de Travassos era composta ainda por Manoel Cavalcanti Proença, Herman Lent e João Ferreira Teixeira de Freitas, formando o núcleo inicial da chamada “Escola do Travassos”. Em depoimento, Sebastião de Oliveira, cientista que mais tarde entraria para o laboratório de helmintologia, descreve o ambiente de trabalho como aberto, onde todos trabalhavam e discutiam os trabalhos uns dos outros, permitindo uma intensa troca de experiência entre os pesquisadores¹⁰⁷.

Um dos grandes expoentes desse grupo, Herman Lent ingressou no laboratório de Travassos em 1932 após concluir o Curso de Aplicação oferecido pelo IOC. A turma dos formados nesse ano rendeu bons frutos para o Instituto, que cooptou, além de Lent, o já citado João Ferreira Teixeira de Freitas, Fábio Leoni Werneck, Emmanuel Dias e Walter Oswaldo Cruz. Assim como Souza Lopes, os cientistas Domingos Arthur Machado Filho e Sebastião

¹⁰⁶ Depoimento de Sebastião José de Oliveira, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1987.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

José de Oliveira, formados em Veterinária pela Escola Nacional de Veterinária, ingressaram como estagiários não remunerados no Instituto Oswaldo Cruz a convite de Lauro Travassos. Nessa condição permaneceram por muitos anos até serem contratados e posteriormente efetivados como pesquisadores.

A relação entre os cientistas do laboratório de Lauro Travassos e os do laboratório de Miguel Ozório era constante, tanto pela proximidade física quanto pela afinidade pessoal entre os cientistas, como afirma Calaça:

Ao que tudo indica, a proximidade dos pesquisadores e estagiários dos dois laboratórios não se reduzia ao espaço físico. Em primeiro lugar, recorde-se a antiga amizade de Haity Moussatché e Herman Lent, antes vizinhos em Niterói, depois colegas na Faculdade de Medicina. Talvez tenha prevalecido mais esta afinidade prévia dos jovens pesquisadores na conjunção dos dois laboratórios do que uma proximidade informal entre os dois principais recrutadores, Lauro Travassos e Miguel Ozório de Almeida¹⁰⁸

Criada em 1920 por Carlos Chagas, a seção de fisiologia, chefiada por Miguel Ozório de Almeida, professor de fisiologia da Escola Nacional de Veterinária, teve grande projeção no cenário internacional principalmente pelos trabalhos de Miguel e de Thales Cesar Martins. Na seção, localizada no mesmo prédio do laboratório de Lauro Travassos, Haity Moussatché estagiou de 1934 a 1937, ano em que foi contratado como extranumerário¹⁰⁹. Antes disso, porém, já havia estagiado no laboratório de análise dos doentes do Hospital Evandro Chagas, onde residiu por dois anos, entre 1930 e 1932:

Durante dois anos, ficava aqui todo o tempo, o dia inteiro, e somente ia às aulas práticas de algumas cadeiras porque tinha que dar frequência, quando não conseguia que alguém desse frequência. Eu achava que estava aprendendo muito mais no laboratório, fazendo esses exames aqui no Instituto, estudando. Tinha essa biblioteca fabulosa daqui, o que ia fazer na escola? Ia às aulas de Álvaro Ozório porque me interessava por fisiologia. E assim foi então, pelo terceiro e quarto ano. Não fui à escola¹¹⁰.

Seu desejo em estudar fisiologia surgiu a partir das aulas que teve no segundo ano da Faculdade Nacional de Medicina com o fisiologista Álvaro Ozório de Almeida, irmão de Miguel Ozório. Ao retornar da França, depois de uma temporada no Instituto Pasteur, Álvaro Ozório decidiu montar um laboratório de fisiologia particular em sua própria casa, sustentado por Cândido Gaffrée, empresário e dono da Companhia Docas de Santos. Lá intensificou seus estudos sobre metabolismo e calorimetria, entre 1913 e 1928, com a colaboração de sua irmã

¹⁰⁸ CALAÇA. Vivendo em Manguinhos, *op. cit.*, p. 599.

¹⁰⁹ Assim como a maior parte dos cientistas que ingressaram no IOC, Moussatché, antes de ser admitido aos quadros da instituição por concurso, fora contratado como extranumerário, ou seja, era pesquisador do IOC sem, no entanto, pertencer ao seu quadro efetivo de funcionários.

¹¹⁰ Depoimento de Haity Moussatché. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

Branca de Almeida Fialho, Enéas Galvão e Couto e Silva. Nesse laboratório, Moussatché teve a oportunidade de se aproximar ainda mais de seu mentor acadêmico e optar de vez pela Fisiologia¹¹¹. Assim como seu colega Herman Lent, Haity participou com afinco de diversas associações e sociedades científicas, entre as quais a SBPC, a Academia Brasileira de Ciências, a Academia de Ciências de Nova York, a Associação para a Criação do Parlamento Mundial. Foi também membro fundador da International Society of Toxicology e membro fundador da Sociedade de Biologia do Brasil.

Outro cientista que fez parte do laboratório de Fisiologia foi Tito Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, médico nascido no interior de São Paulo formado pela Universidade de São Paulo. O mais velho entre os cientistas cassados, Tito ingressou no IOC em 1939, na Seção de Nutrição pertencente à Divisão de Higiene, que seria encerrada a partir do regulamento de 1962 do Instituto. O terceiro cientista entre os cassados pertencente à seção de fisiologia era o médico Fernando Braga Ubatuba. Natural de Pelotas e formado pela Faculdade Nacional de Medicina, ingressou no Instituto em 1942, com o cargo de químico-analista na Seção de Ensaio Biológicos e Controle de medicamentos da Divisão de Química, na companhia de Oswaldo Lazarini Peckolt. Posteriormente, por influência de Thales Martins e Miguel Ozório iniciou suas pesquisas no laboratório de fisiologia, onde desenvolveu trabalhos em bioquímica e fisiologia de insetos e em deficiências minerais em gado bovino.

Além de Lauro Travassos e Miguel Ozório, o micologista de renome internacional Antônio Eugênio de Arêa-Leão cooptou para o seu laboratório dois dos cientistas que figurariam anos mais tardes na lista dos cassados e aposentados, Moacyr Vaz de Andrade e Masao Goto, ambos pertencentes à Divisão de Microbiologia e Imunologia.

Com a exceção de Augusto Perissé, que exerceu suas funções de pesquisador nos laboratórios de Química do IOC, todos os outros mantiveram ao longo de suas jornadas no Instituto estreita ligação com indivíduos de prestígio científico. O fato de estarem em torno desses cientistas permitiu aos cassados uma proximidade maior com o poder institucional, possibilitando assim, o exercício de influência sobre algumas direções que passaram pelo Instituto Oswaldo Cruz. Numa instituição de pesquisa como o IOC, ter o reconhecimento de seus pares permitiu a aproximação com o poder de decisão dos rumos da instituição.

De certo, havia uma divisão no Instituto fortemente marcada pela ausência de consenso quanto aos rumos ou ao projeto que deveria ser seguido pelo IOC. Durante os anos

¹¹¹ SOUZA, Letícia Pumar Alves de. *A ciência e seus fins: internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953)*. 310f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

que antecederam o golpe civil-militar de 1964, as duas vertentes existentes no IOC se movimentaram para fazer prevalecer seus respectivos projetos para a instituição. Houve momentos, como a crise institucional da administração de Olympio da Fonseca, chegaram mesmo a se unir em prol do mesmo objetivo. Porém, com a ascensão dos militares ao poder, aqueles que por anos permaneceram à margem vislumbraram a possibilidade de, enfim, colocarem em prática seu projeto institucional. E assim o fizeram.

2.1 O Inquérito Civil instaurado no IOC

O clima de perseguição instaurado logo nos primeiros dias dos militares no poder se deu a partir da formação da Subcomissão de Investigação do Ministério da Saúde dentro do instituto, chefiada por Olympio da Fonseca Filho, com a atribuição de apurar supostos atos de subversão e corrupção entre os funcionários. As investigações não se restringiram ao Instituto Oswaldo Cruz. Outras vinte subcomissões de investigação foram criadas por Alberto Ferreira, presidente da Comissão de Investigações do Ministério da Saúde, em diferentes órgãos da pasta, entre os quais o Serviço Nacional de Tuberculose, a Divisão de Organização Hospitalar, o Serviço de Biometria Médica, o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, o Serviço Nacional de Educação Sanitária e a Comissão Nacional de Alimentação¹¹².

A coordenação das investigações nos ministérios era de responsabilidade da Comissão Geral de Investigações, que teve o marechal Estevão Taurino de Rezende Netto como primeiro presidente, Carlos Povina Cavalcanti e José Barreto Filho como membros. Criada em 27 de abril de 1964, com a finalidade de regulamentar a investigação sumária prevista no Art.º7 do Ato Institucional nº1, a Comissão Geral era vinculada à Presidência da República, com intermediação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e tinha como prazo de atuação definido de seis meses para averiguação e conclusão dos inquéritos realizados nos diferentes órgãos da administração pública. A função principal da Comissão era promover a investigação sumária, que poderia ser aberta por iniciativa própria, por determinação da Presidência da República, dos ministros de Estado, dos chefes dos gabinetes civil e militar da Presidência ou em decorrência de representação dos dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas, de governadores dos estados e de prefeitos municipais. No caso do IOC, as investigações foram iniciadas por solicitação de Raimundo de Moura Britto, primeiro ministro da Saúde do regime militar.¹¹³

A nomeação de Olympio da Fonseca pelos novos detentores do poder foi vista com preocupação por parte daqueles que exigiram sua saída da direção do Instituto em 1953 e que ainda encontravam-se exercendo suas funções nos laboratórios. Herman Lent, em correspondência endereçada ao gabinete do diretor Joaquim Travassos da Rosa, lamenta a

¹¹² *O Globo*, 10 de junho de 1964.

¹¹³ Banco de Dados Memórias Reveladas. Disponível em: <http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp>

indicação de um “inimigo pessoal” para presidir a Subcomissão de Investigação¹¹⁴. Na realidade, a tensa relação entre Lent e Olympio da Fonseca teve sua origem muito tempo atrás, em 1944, a partir do processo promovido por Waldemiro Potsch contra o professor Candido de Mello Leitão. Professor catedrático do Colégio Pedro II, Potsch teve seu compêndio de zoologia condenado por Mello Leitão na Comissão Nacional do Livro Didático, com a “maior deslealdade, má fé e interesse mercantil”. O parecer de Olympio da Fonseca, nomeado como perito do juiz do processo, desagradou Potsch, que o considerou como um “advogado do réu” ao apresentar “laudo parcialíssimo, elaborado em absoluta má fé”¹¹⁵. Herman Lent assumiu as funções de assistente técnico de Potsch no processo e demonstrou os equívocos encontrados no parecer de Olympio. O fato causou comoção dentro da comunidade científica pelo prestígio científico de Olympio da Fonseca, que na ocasião ocupava a cátedra de Parasitologia da Faculdade Nacional de Medicina.

No início das investigações, a Subcomissão elaborou um questionário, enviado em circular interna destinada aos biólogos e médicos, visando facilitar e adiantar as investigações. Nesse documento, os mais de 130 intimados deveriam responder sobre seus respectivos títulos universitários, acadêmicos e científicos, listar seus trabalhos científicos publicados, identificar seus principais orientadores que contribuíram para a formação científica, especificar a rotina de trabalho no IOC e informar o exercício de atividade estranhas ao IOC no período de trabalho integral exigido pelo Instituto. Após a entrega das respostas do questionário, a Subcomissão ouviu mais de 50 pessoas, entre cientistas e técnicos da instituição visando apurar supostos atos de subversão e corrupção. Em depoimento, José Fonseca da Cunha revela que além da presidência de Olympio da Fonseca, a Subcomissão era composta por Wantuyl Corrêa da Cunha, José Venâncio de Moura e por ele próprio¹¹⁶.

As desconfianças sobre a presença de um foco comunista no Instituto, bem como da ocorrência de amplas atividades subversivas em suas dependências, tiveram origem no telegrama de apoio e solidariedade a Luiz Carlos Prestes, então senador pelo Partido Comunista em 1946, assinado por alguns pesquisadores de Manguinhos. O telegrama, publicado no jornal do PCB, a *Tribuna Popular*, em abril de 1946, apresentava os seguintes termos:

Solidarizando-se com sua patriótica atitude em face das guerras imperialistas, técnicos e biólogos, abaixo assinados, independentemente de caráter

¹¹⁴ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Herman Lent. Ofício nº 18/64, 1 de abril de 1964 (BR RJCOC HL-VP-MA-08).

¹¹⁵ APERJ. Fundo DOPS/RJ. Prontuário nº 12.615 (BR RJAPERJ.DRJ).

¹¹⁶ Depoimento de José Fonseca da Cunha. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

partidário, aplaudem seu discurso em defesa do nosso povo e da soberania e integridade do território nacional. Saudações cordiais¹¹⁷.

Assinado por Aloísio Neiva Filho, Ernani Martins da Silva, Luiz Fernando Labouriau, Hugo de Souza Lopes, Herman Lent, Henrique Pimenta Velloso, João Ferreira Teixeira de Freitas, Masao Goto, Walter Oswaldo Cruz, Fernando Ubatuba, Moacyr Vaz de Andrade, Augusto Perissé, Domingos Clausell, Arlete Ubatuba, Haity Moussatché, Sebastião José de Oliveira, Domingos Machado Filho e Pimenta de Melo, o telegrama felicitava Prestes pelo discurso proferido dias antes no Congresso Nacional em defesa da retirada das bases norte-americanas no Nordeste brasileiro, ali instaladas desde os últimos anos da Segunda Guerra Mundial. Em meados de março, Prestes havia sido submetido a uma espécie de sabatina na Associação dos Escreventes da Justiça e quando perguntado sobre a posição dos comunistas caso o Brasil acompanhasse qualquer nação que eventualmente declarasse guerra à União Soviética, respondeu o senador¹¹⁸:

Combateríamos uma guerra imperialista contra URSS e empunharíamos armas para fazer a resistência em nossa pátria contra um governo desses, retrógrado que quisesse a volta do fascismo. Mas acreditamos que nenhum governo tentará levar o povo brasileiro contra o povo soviético, que luta pelo progresso a bem estar dos povos. Se algum governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos para transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional¹¹⁹

Tal declaração foi vista com desconfiança pelos membros da Assembleia Constituinte, e em nova sabatina, agora entre os colegas constituintes, Prestes esclareceu seu ponto de vista afirmando ser o Partido Comunista contra qualquer guerra imperialista, com a União Soviética ou sem a União Soviética, portanto, “lutaria da mesma maneira contra o governo que levasse o país a uma guerra dessa natureza”¹²⁰. Entretanto, a versão que prevaleceu do intenso debate na 33ª sessão da Assembleia Constituinte, marcado pelos apartes do deputado Juracy Magalhães, foi a de que em caso de guerra entre o Brasil e a União Soviética, Prestes e o Partido Comunista ficariam ao lado da nação europeia¹²¹.

Na coleta de depoimentos durante o inquérito civil realizado no Instituto, a Subcomissão apresentou aos cientistas signatários a cópia do telegrama em solidariedade a Prestes, e atribuiu o documento à posição do senador em um eventual conflito contra a União Soviética. Os cientistas alegaram que o apoio referia-se apenas aos protestos contra a

¹¹⁷ Tribuna Popular, 17 de abril de 1946.

¹¹⁸ Tribuna Popular, 16 de Março de 1946.

¹¹⁹ Anais da Assembleia Constituinte de 1946, v. 4, p. 235.

¹²⁰ Anais da Assembleia Constituinte de 1946, v. 5, p. 51. Sessão 33º.

¹²¹ Jornal do Brasil, 19 de fevereiro de 1978.

permanência de bases estrangeiras em território nacional¹²². Em defesa por escrito, solicitada pelo presidente da Subcomissão, Herman Lent afirma que por diversas ocasiões o conteúdo do telegrama foi associado à declaração de Prestes a respeito de sua atitude em relação à possibilidade de uma guerra entre Brasil e a União Soviética, transformando “o sentido inconfundível do telegrama assinado”. A principal argumentação de Lent é de que essa “asserção falsa” seria incompatível com os termos do telegrama, “em defesa do nosso povo e da soberania e integridade do território nacional”¹²³.

Em depoimento colhido na sala nº 204 do Pavilhão de Biologia do Instituto Oswaldo Cruz¹²⁴, onde a Subcomissão realizava seus trabalhos de investigação, Haity Moussatché declarou acreditar no socialismo como regime econômico, considerando-se portanto socialista, sem, no entanto, ter pertencido à Juventude Comunista ou ao Partido Comunista, seja como filiado ou como participante de grupos de estudos e ciências. Em seu depoimento, Haity defende a importância da ciência para o desenvolvimento econômico e social do país, posição assumida por ele e por outros pesquisadores desde a década de 1950, quando teve início as discussões e tentativas de criação de um ministério exclusivo para a área científica. Para Moussatché, os problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país seriam resolvidos a partir de uma política voltada para o desenvolvimento técnico e científico.

Em resposta aos questionamentos feitos pela Subcomissão, Haity afirma em depoimento nunca ter se interessado em averiguar os pontos de vista políticos de seus colegas e que a presença de comunistas no Instituto era apenas rumor. Além disso, desconhecia a existência de quaisquer atos de propaganda, proselitismo ou subversão na instituição. Apesar de negar o acontecimento de reuniões de caráter político dentro do IOC, Haity salienta “que os laboratórios e institutos científicos não podem nem devem viver alheios como se estivessem numa torre de marfim, aos acontecimentos que se passam no país e no mundo”, e que, portanto, conversas ocasionais referentes à situação política do país podem ter ocorrido¹²⁵.

Dentre os mais de 50 cientistas e técnicos ouvidos pela Subcomissão, muitos foram aqueles que, aproveitando-se da nova ordem política, fizeram acusações contra os colegas de

¹²² Arquivo Nacional. Fundo Conselho de Segurança Nacional. Processo de Herman Lent no Conselho de Segurança Nacional (BR DFANBSB-N8-0-PRO-CSS-0130-0007).

¹²³ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Herman Lent. Declaração dada por Herman Lent ao responsável pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Saúde em 20 de Janeiro de 1966 (BR RJCOG HL-VP-MA-08).

¹²⁴ O depoimento de Haity Moussatché à Subcomissão de Investigação foi o único na íntegra encontrado por nós durante a pesquisa. Nos dossiês dos oito cientistas cassados, elaborados pelo Conselho de Segurança Nacional, é possível verificar o histórico de atividades dos cientistas destacados pela Subcomissão.

¹²⁵ Arquivo Nacional. Fundo Conselho de Segurança Nacional. Depoimento de Haity Moussatché à Subcomissão de Investigação do IOC (BR DFANBSB-N8-0-PRO-CSS-0125-0004).

instituto¹²⁶. A principal delas era a de favorecimento por parte da direção ao grupo de cientistas, chamados de “comunistas”, em administrações anteriores. Chefe da Divisão de Química até a posse de Francisco Rocha Lagoa em junho de 1964, Gilberto Villela afirmou que durante a administração de Amílcar Vianna Martins foram colocados nos cargos de chefia elementos reconhecidamente de esquerda, que também compunham os grupos de trabalho da instituição. No entanto, negou que sua Divisão tenha sido prejudicada pela distribuição desigual das verbas¹²⁷.

As acusações feitas pelo biólogo Roberto Luiz Pimenta de Melo são mais graves. Em depoimento, confirma a presença de grupos de servidores filiados ao Partido Comunista e outros “reconhecidamente esquerdistas”, sem, no entanto, ter conhecimento de quaisquer atos de propaganda partidária, proselitismo ou subversão por parte destes. Afirmção corroborada pelo depoimento de Gilberto Teixeira, que salienta a dificuldade de admissão no IOC de técnicos que não comungassem com as “ideias esquerdistas” do grupo que “assumiu o controle do Instituto desde a direção de Amilcar Vianna Martins”¹²⁸. A distribuição dos recursos oriundos de instituições de fomento do exterior também foi alvo de crítica de Pimenta de Melo. Segundo ele, “o eterno grupo de privilegiados” recebia as verbas da Fundação Ford, e não era dada oportunidade aos demais laboratórios de mostrar suas pesquisas em andamento e também ter acesso a esses recursos.¹²⁹

Outro depoimento importante foi o do próprio Rocha Lagoa. Sua presença na Subcomissão ocorreu poucos dias antes de assumir a direção do Instituto Oswaldo Cruz. Na ocasião, ele declarou que os signatários do telegrama de apoio a Prestes gozavam de claras vantagens dentro da instituição, que incluíam melhores condições de trabalho, mais pessoal e material abundante para pesquisas. O pesquisador apontou ainda que era de conhecimento de todos do Instituto a presença de grupos que promoviam a leitura e interpretações de textos de Karl Marx¹³⁰.

Em seu livro sobre o episódio da cassação dos cientistas de Manguinhos, publicado em 1978, Herman Lent afirma desconhecer as conclusões das investigações a que foi sujeito entre os anos de 1964 e 1966: “de todos esses episódios nunca apareceram as conclusões

¹²⁶ Os trechos dos depoimentos de Gilberto Villela, Roberto Pimenta de Melo e Gilberto Teixeira foram retirados de documento encontrado no Fundo José Jurberg, não sendo encontrados na íntegra.

¹²⁷ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo José Jurberg. Trecho dos depoimentos dos cientistas à Subcomissão de Investigação do IOC. (BR RJCOG JJ-VP-RS-05).

¹²⁸ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Herman Lent. Defesa de Herman Lent junto à Subcomissão de Investigações do IOC (BR RJCOG HL-VP-MA-06).

¹²⁹ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo José Jurberg. Trecho dos depoimentos dos cientistas à Subcomissão de Investigação do IOC. (BR RJCOG JJ-VP-RS-05).

¹³⁰ Jornal do Brasil, 19 de fevereiro de 1978.

finais; constava-se, no entanto, que eram processos arquivados, pois o tempo decorrido levava a essa interpretação”¹³¹. No entanto, em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em fevereiro do mesmo ano, as conclusões do inquérito promovido pela Subcomissão são apresentadas ao leitor. O relatório final afirmava que no Instituto Oswaldo Cruz, como em outras organizações do mesmo nível cultural, existia uma ínfima, porém atuante minoria de comunistas e simpatizantes, sem, no entanto, poder qualificar o Instituto como um foco do comunismo. A Subcomissão averiguou a presença de propaganda comunista no Instituto no período de legalidade do Partido Comunista Brasileiro¹³², não podendo comprovar a ocorrência de atos subversivos ou de propaganda política no período posterior à legalidade. O inquérito informa ainda que não conseguiu comprovar a realização de reuniões subversivas, coleta de material subversivo e nenhum ato que atentasse contra a probidade administrativa, trabalho executado com o auxílio dos técnicos da Comissão de Segurança do Ministério da Saúde que realizaram perícia contábil na instituição. A recomendação final presente no relatório da Subcomissão é a de que o grupo, apontado como comunista, deveria ser disperso e não punido.

2.2 O Inquérito Policial-Militar

Paralelamente ao inquérito civil chefiado por Olympio, outro inquérito, esse na esfera militar e sob a direção do general Aluizio Falcão, seguia sua investigação sobre supostos crimes de subversão e corrupção cometidos por funcionários do IOC. Através da publicação de uma portaria no dia 14 de abril de 1964, o “Comando Supremo da Revolução”¹³³ determinou a abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPM), presididos por oficiais militares, com o auxílio de investigadores civis e também da polícia militar, para apurar crimes militares praticados contra o Estado e a Ordem Política e Social, “considerando a existência inequívoca de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista”¹³⁴.

Vale salientar que o anticomunismo teve papel marcante na história política brasileira, estando presente como ideologia, como política governamental e como organizador da prática policial a partir do crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinha como

¹³¹ LENT. *O massacre de Manguinhos*, op. cit., p. 28

¹³² O Partido Comunista Brasileiro retornou à legalidade em outubro de 1945, porém teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral em abril de 1947, sob a alegação de ser um instrumento da intervenção soviética no país.

¹³³ Instância criada e presidida pelo General Arthur da Costa e Silva, que integrava juntamente com o Vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e o Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo.

¹³⁴ Portaria nº 1 do Comando Supremo da Revolução. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=88964>. Acesso em: 30/03/2016

principal liderança o chefe tenentista Luiz Carlos Prestes, em 1930. Rodrigo Patto Sá Motta lembra que

[a] força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunista, por sinal expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contraofensiva visando combater o projeto revolucionário. Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária¹³⁵.

A primeira fase mais aguda do anticomunismo no Brasil teve seu início em novembro de 1935, em decorrência da chamada Intentona Comunista, episódio marcado pela tentativa armada dos comunistas de derrubarem Getúlio Vargas, e perdurou até novembro de 1937, com o estabelecimento do Estado Novo. Outros momentos de radicalização do fenômeno foram no período da Guerra Fria, principalmente entre os anos de 1946 e 1950 – período marcado pela breve legalidade do PCB – e a crise de 1964, que desencadeou o golpe militar.

Nos três períodos referidos, as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda¹³⁶

Em 1964, utilizando-se do argumento de uma possível ameaça comunista, os militares do “Comando” puseram em prática uma rigorosa “operação limpeza”, que consistiu na eliminação dos “inimigos da Revolução”, entre os quais estavam políticos e membros do funcionalismo civil e militar. Logo nos primeiros dias de abril, 45 políticos tiveram seus mandatos cassados, 162 tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos e 146 militares foram transferidos para a reserva¹³⁷. O uso genérico do adjetivo “comunista” para referir-se aos subversivos e a qualquer opositor do regime contribuiu para a expansão da ideia de um perigo comunista.¹³⁸

Os IPMs foram instrumentos usuais utilizados pelos militares para a identificação dos responsáveis pelos crimes de subversão comunista e o envolvimento destes em possíveis

¹³⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 315f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), São Paulo, 2000, p. 5.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 7.

¹³⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam*, op. cit., p. 22.

¹³⁸ MOTTA. *Em guarda contra o perigo vermelho*, op. cit., p. 5.

“células subversivas” que disseminavam os ideais de esquerda¹³⁹. O IPM instaurado no Instituto Oswaldo Cruz realizou diversas diligências dentro e fora da instituição, acumulando declarações de 50 servidores, sendo 30 destes considerados pelo general Aluizio Falcão como informantes no processo. A fim de apurar possíveis crimes de subversão e corrupção, o general investigou, ao longo de três meses, o envolvimento de funcionários do IOC em atividades subversivas, dentro e fora do Instituto, e irregularidades administrativas cometidas por aqueles que ocupavam cargos de chefia.

O relatório final elaborado pelo general Aluizio Falcão é dividido em duas seções. Na primeira seção, apresenta o trabalho investigativo realizado no Instituto a fim de apurar possíveis atividades subversivas e atos de corrupção no funcionalismo público por parte de “elementos do Ministério da Saúde”. Utilizando-se do confronto de informações colhidas nos diferentes depoimentos, Falcão verificou que praticamente todos os depoentes e informantes afirmam ter conhecimento da presença de elementos comunistas ou simpatizantes comunistas, sem, no entanto, terem presenciado ou sabido da prática de qualquer ato de proselitismo político dentro do Instituto. A alegação, em sua maior parte, recai novamente sobre a presença dos signatários do supracitado telegrama de 1946.

Outro argumento apresentado nos depoimentos é a de formação de um grupo de privilegiados, que desfrutavam das melhores condições de trabalho e exerciam grande influência sobre a direção do IOC, enquanto os demais cientistas ficavam à parte da vida político-administrativa da instituição. Esse grupo seria formado pelos signatários que ocupavam cargos de chefia e tinham como seus auxiliares os demais signatários. De fato, ao analisarmos os documentos administrativos do Instituto nesse período, podemos confirmar a presença de pelo menos nove signatários em cargos de chefia em diferentes divisões e seções. Alguns, como Herman Lent e Haity Moussatché, estavam à frente de suas respectivas divisões e seções desde os anos 1950¹⁴⁰. Cabe destacar, que no sistema administrativo do IOC do período, os chefes de seção eram indicados pelos chefes de divisão ao Diretor, que os designava por portaria, da mesma forma que os chefes de divisão eram indicados pelo diretor ao ministro da Saúde, que os nomeava. Portanto, os cargos ou funções de chefia eram da confiança imediata e pessoal do diretor do IOC, sendo natural a ocupação destes por aqueles

¹³⁹ CAMARGOS, Julia Leticia. *Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o Dops mineiro na ditadura militar (1964-1973)*. 142f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2012, p.102.

¹⁴⁰ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo José Jurberg. Trecho dos depoimentos dos cientistas à Subcomissão de Investigação do IOC. (BR RJCOC JJ-VP-RS-05).

que, além do alto gabarito técnico científico, tivessem uma maior proximidade com a administração. Sobre a formação de grupos, o encarregado do IPM destaca que,

[p]or omissão da Diretoria ou talvez pela complexidade da Administração, formaram-se no Instituto vários grupos que se hostilizam, por motivos de ordem funcional e técnico-científico. Um deles, entretanto, influenciado pelos acontecimentos que procederam à Revolução e posteriormente pela própria vitória da Revolução, levou suas questões para o terreno político, procurando assim com essa nova ordem de coisas, atingir os objetivos que antes não conseguira¹⁴¹.

A avaliação feita pelo encarregado do IPM sugere que aqueles pesquisadores e técnicos, que se encontravam distantes na relação com a administração do IOC, estavam procurando, de certa forma, recuperar o prestígio dentro da instituição. A partir do golpe, muitos foram aqueles que vislumbraram uma oportunidade de “atingir os objetivos que antes não conseguiram” através de acusações e denúncias, algumas anônimas, em seus depoimentos¹⁴². Tal comportamento não foi exclusividade do Instituto Oswaldo Cruz, tendo ocorrido delações também em outras instituições científicas e em universidades brasileiras. Na perspectiva de classificação proposta por Rodrigo Patto, na qual define a participação dos agentes dos meios acadêmicos em três categorias – resistência, adesão e acomodação –, a presença daqueles que aderiram ao regime, por convicções políticas ou não, pôde ser observada pelo responsável do IPM¹⁴³.

O relatório destaca as divergências apresentadas nas declarações concedidas ao responsável pelo IPM durante as investigações. Os depoentes divergem de opinião quanto à ideologia política dos cientistas signatários do telegrama, aqueles que estavam sendo investigados por possível associação ao comunismo. Um nome apontado como comunista por um depoente era apontado como democrata ou socialista por outro, da mesma forma que um cientista identificado como democrata por um, era acusado de manter ligações com o comunismo por outro, demonstrando claramente a insegurança das acusações presentes nos depoimentos colhidos. Para o general Falcão, receosos de cometer qualquer tipo de injustiça, os depoentes evitaram, em sua maioria, citar nominalmente, por falta de provas, aqueles cientistas que pudessem ter algum envolvimento com a ideologia de esquerda, limitando-se apenas a emitir opinião cautelosa quando os nomes lhes foram apresentados.

¹⁴¹ Arquivo Nacional. Fundo da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Relatório do IPM nº 231. (BR DFANBSB AAJ-IPM-0342-D)

¹⁴² O encarregado do IPM apresenta, em anexo ao relatório, algumas denúncias anônimas remetidas à equipe de investigação que, na opinião do próprio, são de autoria de elementos componentes do grupo que desejava alcançar os postos vagos nas chefias do Instituto Oswaldo Cruz.

¹⁴³ MOTTA. *As universidades e o regime militar*, op. cit., p. 301.

Dois depoentes apresentaram voz dissonante quando questionados sobre a existência de propaganda política de esquerda dentro do Instituto, mas suas declarações se mostraram inconsistentes no curso das investigações. A bióloga Maria de Lourdes Santos afirmou ter encontrado no laboratório de Bacteriologia da Divisão de Microbiologia a revista *Le Monde Scientifique*, cujo conteúdo, em sua opinião, apresentava trechos subversivos. Outro depoimento importante foi o de Rocha Lagoa. Recém-empossado no cargo de diretor quando finalizado o IPM, Rocha Lagoa manteve as declarações dadas à Subcomissão de Investigação, ao afirmar que era voz corrente no Instituto a realização de reuniões em alguns laboratórios, que tinham por objetivo discutir e interpretar obras de Karl Marx, sem, entretanto, indicar nomes de técnicos envolvidos nessas atividades subversivas.

As denúncias de realização de reuniões de cunho político dentro do IOC remetiam à possível existência de duas células comunistas na instituição, formadas por cientistas, técnicos, auxiliares de laboratório e outros funcionários. A principal delas seria formada por cerca de 40 pessoas, entre pesquisadores, técnicos e funcionários, e tinha grande atuação na favela de Manguinhos. Batizada em homenagem ao fisiologista russo Ivan Petrovich Pavlov¹⁴⁴, a célula, segundo as investigações realizadas pelos responsáveis do IPM, atuou no Instituto durante o período de legalidade do Partido Comunista. Ao ser questionado pelos investigadores sobre a atuação da célula comunista no IOC, Augusto Perissé confirmou não apenas sua participação como também sua filiação ao PCB quando o mesmo tinha sua existência legal. Anos mais tarde, em entrevista concedida ao projeto *Memórias de Manguinhos*, Moacyr Vaz de Andrade, um dos cientistas cassados, declarou ter pertencido também à célula Ivan Pavlov, juntamente com Perissé e Masao Goto. Sobre as atividades desenvolvidas, o cientista revela que

durante todo o período eleitoral, frequentávamos a favela de Manguinhos, levávamos informes, conversávamos com os favelados, íamos à casa de cada um deles. Discutíamos, fazíamos reuniões e também nos reuníamos aqui (no Instituto Oswaldo Cruz). Fazíamos cursos de esclarecimento para o pessoal menos esclarecido que tinha aceitado o Partido por uma questão de simpatia, mas sem entrar no mérito da parte teórica da coisa. Então, tudo isso se fazia aqui na célula, que foi desfeita depois com a ilegalidade do Partido para evitar que alguns pudessem ser vitimados por causa disso¹⁴⁵

Ao analisarmos os extratos dos depoimentos dos cientistas signatários do telegrama presentes no relatório final do IPM, observamos que apenas esses três cientistas admitiram

¹⁴⁴ O fisiologista russo Ivan Pavlov desenvolveu a chamada Teoria do Reflexo Condicionado, trabalho pelo qual ganhou o Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia em 1904. Disponível em: <http://www.nobelprize.org>. Acesso em: 30/03/2016

¹⁴⁵ Depoimento de Moacyr Vaz de Andrade, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

terem pertencido ao Partido Comunista no período de sua legalidade. Assim como no depoimento concedido à Subcomissão de Investigação, Haity Moussatché nega ter pertencido a qualquer partido político durante sua vida, porém assume ter contribuído financeiramente para o PCB. Fernando Ubatuba, Herman Lent e Souza Lopes afirmam nunca terem sido filiados a partidos políticos ou terem exercido qualquer atividade política.

A segunda seção do relatório do IPM apresenta as irregularidades administrativas citadas no decorrer do inquérito pelos depoentes e informantes. As principais delas diziam respeito a possíveis desvios de verbas, a irregularidades quanto à nomeação de pessoal e ao descumprimento do exercício de dedicação exclusiva por alguns funcionários. Após realizar exame contábil e confrontar os depoimentos de dois servidores, o encarregado concluiu ser improcedente a denúncia de irregularidades no uso de verbas destinadas a reparos estruturais do Instituto.

Outra denúncia que constou do IPM buscava investigar o enquadramento de 45 bolsistas do Instituto Oswaldo Cruz como biólogos e dois outros como laboratoristas. O pagamento retroativo realizado pelo IOC aos novos funcionários foi apontado como procedimento irregular por alguns dos depoentes. De acordo com a Resolução Especial nº 185, de 27 de setembro de 1963, a Comissão de Classificação de Cargos¹⁴⁶, em cumprimento da decisão do processo nº 2.143-63, aprovou o enquadramento provisório do pessoal do IOC amparado pelo art. 23 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962¹⁴⁷, vigorando as vantagens decorrentes deste ato a partir de 15 de junho de 1962¹⁴⁸. Portanto, a partir da resolução, os 47 novos servidores do IOC, além da admissão nos quadros do Instituto, passaram a ter direito a receber retroativamente os vencimentos de suas respectivas classes. Pelas investigações procedidas, o encarregado do IPM afirmou não ter o IOC responsabilidade alguma sobre tais pagamentos, cabendo apenas prestar as informações que lhe foram solicitadas e seguir as instruções definidas pela Resolução Especial. Ele concluiu que somente um estudo junto ao Ministério da Saúde e ao DASP poderia julgar o aspecto legal do enquadramento e dos

¹⁴⁶ Instituída pela Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, a Comissão de Classificação de Cargos atuava junto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e tinha como competência: I - Velar pela observância e pela aplicação dos preceitos estatuídos nesta lei e na sua regulamentação; II - Estudar e coordenar, em caráter permanente, os meios de dar fiel execução ao sistema e propugnar pelo seu aperfeiçoamento; III - Examinar as reclamações e recursos que se suscitarem; IV - Promover a colaboração que for solicitada pelos órgãos públicos nos assuntos relacionados com as suas atribuições; e V - Colaborar com o Ministério Público e com os órgãos de defesa da União nas questões suscitadas perante a justiça relativamente à aplicação desta lei. Formada por cinco membros designados pelo Presidente da República, a Comissão foi extinta pelo Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967.

¹⁴⁷ Este artigo prorroga o prazo estabelecido pelo art. 87 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960 que determina a entrega pelo Poder Executivo da organização definitiva dos quadros do funcionalismo público.

¹⁴⁸ Diário Oficial da União do dia 11 de outubro de 1963.

pagamentos efetuados, não lhe cabendo tal tarefa por fugir de suas atribuições delegadas no inquérito.

A única irregularidade constatada pelo encarregado do IPM foi em relação à gratificação de tempo integral por dedicação exclusiva por parte de funcionários do IOC que não faziam jus a tal. Entretanto, a responsabilidade sobre a irregularidade cabia ao Ministério da Saúde, visto que a administração do IOC encaminhou ao ministro as declarações de acumulação de cargos de seus funcionários. Sendo assim, mais uma vez, o assunto fugia a alçada do encarregado do inquérito, portanto, não cabendo a ele identificar os responsáveis pela irregularidade.

Após a exposição das denúncias e a realização das investigações pelo Inquérito Policial Militar, o general Falcão concluiu que “nada ficou apurado com relação à prática de atos atentatórios à segurança do país ou contrários ao regime democrático, bem como proselitismo e apologia de meios subversivos”. Todavia, foi crítico à ausência de uma administração enérgica e objetiva por parte do ex-diretor Joaquim Travassos da Rosa, que havia sido exonerado do cargo dias antes da finalização do relatório. Na avaliação do encarregado, a fraca administração exercida por Travassos da Rosa permitiu uma maior participação dos signatários do telegrama de 1946 nos assuntos administrativos do IOC.

Por fim, o encarregado divide os suspeitos de atividades subversivas e corrupção em dois grupos, com base em seus respectivos antecedentes ideológicos. A análise dos antecedentes pelo general Falcão expõe a existência da circulação de informações entre os órgãos de polícia, investigação e informação no período, assunto que trataremos no próximo capítulo. Além dessa análise, os depoimentos concedidos por Haity Moussatché e Masao Goto ao IPM e as acusações formuladas por alguns depoentes auxiliaram o encarregado a julgá-los como “comunistas intelectuais, aptos a desenvolver atos de doutrinação de caráter comunista desde que se apresente um clima propício ao mesmo”. Assim como os dois, Augusto Perissé, Moacyr Vaz de Andrade, Herman Lent e Annie Prouvost Abulafia Danon, cientista francesa que trabalhava com Haity Moussatché, foram considerados pessoas muito doutrinadas, de tendências acentuadas pela ideologia comunista e capazes de “liderarem movimentos de ação demagógica junto às massas”.

Já os demais nomes envolvidos nas investigações – Hugo de Souza Lopes, Henrique Velloso, Walter Oswaldo Cruz, Fernando Ubatuba, Arlete Ubatuba, Sebastião José de Oliveira e Domingos Arthur Machado Filho, todos signatários do telegrama – eram pessoas sem convicção e personalidade política definida, não podendo ser consideradas democratas nem tampouco comunistas. A aproximação dessas pessoas com as ideias de esquerda seria em

razão do comprometimento na assinatura do telegrama de solidariedade à Prestes. Nessa “categoria” foram acrescentados os nomes de Tito Cavalcanti e José Reinaldo Magalhães, cientistas não signatários.

2.3 O terror cultural: o conflito velado entre os cientistas e a direção do IOC.

Uma terceira investigação, presidida por Alberto Jorge Ferreira, presidente da Comissão de Investigações do Ministério da Saúde, também foi instaurada nos primeiros meses do regime militar com a tarefa específica de apurar as contas dos auxílios recebidos por alguns cientistas do IOC de entidades de pesquisas nacionais e estrangeiras. As verbas em questão eram provenientes da Fundação Ford e concedidas à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a organização dos cursos de pós-graduação em Ciências Matemáticas e Físico-Naturais, que compreendiam os campos da Matemática, Física, Química, Geologia e Biologia. O desejo da Comissão Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação da universidade, consumada a organização dos cursos, era de que os laboratórios do Instituto Oswaldo Cruz pudessem participar desses cursos e auxiliar na formação de novos cientistas. Da verba geral recebida pela Universidade do Brasil – US\$ 650.000,00 – parte foi direcionada aos laboratórios de Patologia, Bioquímica, Zoologia, Fisiologia e Química Orgânica do IOC. Os recursos destinados aos laboratórios chefiados por Walter Oswaldo Cruz, Gilberto Villela, Herman Lent, Haity Moussatché e Augusto Perissé, respectivamente, foram empregados na aquisição de novos equipamentos, no pagamento de bolsas para estagiários e professores estrangeiros e na construção de um auditório no pavilhão destinado a Patologia, totalizando aproximadamente US\$ 60.000,00, no triênio 1962-1964¹⁴⁹.

O modelo de distribuição de recursos praticado pelas fundações internacionais, como a Fundação Ford – que, segundo seus critérios, subvencionava apenas os laboratórios de “real valor científico” – desagradava a nova administração do Instituto. Ao fim das investigações, a direção do Instituto optou pelo cancelamento dos cursos de pós-graduação, e a verba destinada – parte dela já havia sido adiantada aos cientistas – não foi repassada a instituição e tampouco aos laboratórios agraciados.

No final do mês de junho de 1964, Rocha Lagoa foi nomeado pelo ministro da Saúde, Raimundo de Britto, como novo diretor do Instituto Oswaldo Cruz, cargo antes ocupado pelo

¹⁴⁹ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Informação s/nº do Presidente da Comissão Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação da Universidade do Brasil, Professor Raymundo Augusto de Castro Moniz Aragão, ao diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Francisco de Paula da Rocha Lagoa, em 20 de julho de 1964 (ARJ-ACE-5216-69).

bacteriologista Joaquim Travassos da Rosa (1962-64), que optou por retornar ao Instituto Butantã, em São Paulo. O ingresso de Rocha Lagoa no IOC ocorreu em 1942 após concluir o Curso de Aplicação, e sua efetivação ao quadro de biólogos permanentes se deu através de concurso realizado em 1943. Sua experiência anterior se resumia aos anos em que exerceu as funções de auxiliar de ensino do professor Hugo de Souza Lopes, na Escola Nacional de Veterinária¹⁵⁰.

Entre 1944 e 1949, Rocha Lagoa ocupou o cargo de secretário do Instituto durante a gestão de Henrique Aragão. Após se afastar da função ainda no início do ano, por determinação do ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, foi enviado ao Paraguai em missão oficial científica, encarregado de organizar o Instituto de Higiene de Assunção. Retornou ao IOC em 1950, ali permanecendo até 1953, quando aceitou o convite de Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, e assumir a direção do Instituto Ezequiel Dias. Na instituição mineira, foi o coordenador do convênio de cooperação científica assinado entre os dois institutos para os anos de 1955 a 1958. Ao retornar, por mais uma vez, ao Rio de Janeiro, assumiu a chefia de Seção de Rickettsias, pertencente a Divisão de Virologia, em 1956. Ao longo de sua carreira atuou nas áreas de Imunologia, Virologia e Saúde Pública¹⁵¹.

Ex-aluno da Escola Superior de Guerra (ESG), o diretor recém-empossado apresentou em seu discurso ideias que demonstraram sua sintonia com novo regime vigente no país. Seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde, Rocha Lagoa estabeleceu um “programa de atividades que valorizava o estudo de problemas de patologia nacional e o incremento da produção de soros e vacinas”.¹⁵²

A partir dessa nova orientação, alguns dos pesquisadores que ocupavam cargos de chefia foram substituídos. Os chefes das divisões de Microbiologia e Imunologia, Fisiologia e Farmacodinâmica e de Química, respectivamente Antônio Arêa-Leão, Tito Cavalcanti e Gilberto Villela foram afastados e substituídos por José Guilherme Lacorte, Nicanor Botafogo e Helion Póvoa Filho, num dos primeiros atos do novo diretor. Antes, porém, o ministro Raimundo Britto já havia afastado Herman Lent e Walter Oswaldo Cruz das funções de chefia das divisões de Zoologia e Patologia, respectivamente. Tais divisões permaneceram sob a

¹⁵⁰ Depoimento de Hugo de Souza Lopes, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986. Sobre essa experiência, Souza Lopes afirma: “O Lagoa tinha sido meu auxiliar de ensino na Escola de Veterinária, eu devia favores ao tio dele, Thomaz Rocha Lagoa, que me pediu para ficar com o Lagoinha, porque o diretor o estava perseguindo. Ele não estava perseguindo o Francisco, estava querendo botar na linha e ele estava pulando. Ele não foi meu assistente, assistente a gente escolhe. Auxiliar de ensino é uma espécie de aluno graduado que arranhou um lugarzinho, seria uma espécie de preparador.”

¹⁵¹ Perfil consultado no dia 16/06/2015. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/galeria_ministros/1985_1964.php

¹⁵² HAMILTON. ‘Massacre de Manguinhos’, *op. cit.*, p. 13.

intervenção de Olympio da Fonseca até a nomeação de Julio Muniz e Eitel Duarte para ocuparem os cargos vagos. Herman Lent também foi afastado das funções de redator-secretário da publicação *Memórias do Instituto de Oswaldo Cruz*¹⁵³.

Alguns chefes de seções também foram afastados dos cargos pelo ministro. Foram os casos de Masao Goto da seção de Micologia; Hugo de Souza Lopes da Entomologia, João Ferreira Teixeira de Freitas da Helminologia, Haity Moussatché da Fisiologia, Fernando Ubatuba da Endocrinologia, Henrique Pimenta Velloso da Ecologia e Moacyr Vaz de Andrade do Setor de Estatísticas pertencente ao Serviço de Documentação. As seções de Micologia, Entomologia, Fisiologia e Endocrinologia passaram a ser chefiadas por Adolpho da Rocha Furtado, Rudolf Barth, Antônio Augusto Xavier e Mario Vianna Dias, respectivamente¹⁵⁴. Essa primeira leva de afastamentos – nove chefes de divisão e de seção – reuniu os signatários do telegrama de 1946, indicando uma possível – e tardia – retaliação por parte do Estado. O cientista Walter Oswaldo Cruz enviou memorial ao presidente Castelo Branco, solicitando a reconsideração do ato que o afastou da chefia da Divisão de Patologia. No memorial, enviado também aos presidentes do CNPq (Antônio Moreira Couceiro) e da Academia Brasileira de Ciências (Arthur Moses), o filho mais novo de Oswaldo Cruz afirma ser “pessoa de atitudes inteiramente apolíticas”, e, portanto, seu afastamento deveria ser reconsiderado, visto que os frutos conquistados ao longo de anos de trabalho à frente da divisão estavam “ameaçados de serem perdidos por falsa acusação ou incompetente compreensão de um documento velho de dezoito anos”¹⁵⁵. Questionado sobre a influência da Subcomissão nas demissões dos cientistas de suas chefias, o presidente da Comissão de Investigações do Ministério da Saúde declarou:

Quanto aos cargos ou funções de chefia, tenho a esclarecer que escapam às atribuições da Comissão. Cargos ou funções de chefia são da confiança imediata do Ministro. É sabido que seus eventuais ocupantes não podem invocar o direito adquirido para sua permanência em tais chefias. A confiança não se impõe, mas se conquista. A eventual dispensa de um ocupante de cargo ou função de chefia é ato de rotina administrativa. Nenhuma interferência tem a Comissão na prática de tais atos¹⁵⁶.

As mudanças nos cargos de chefia não devem ser vistas como medidas de rotina ao analisarmos a conjuntura política vivida nos primeiros meses do novo regime. Para a nova orientação desejada pelo Estado para o Instituto ser implantada era fundamental as trocas nas

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz; Livro 00262 (BR RJCOC 02-10-05-005).

¹⁵⁵ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Walter Oswaldo Cruz. Memorial apresentado por Walter Oswaldo Cruz ao Presidente da República Humberto Castelo Branco (BR RJCOC WO-FC-ST-21).

¹⁵⁶ *O Globo*, 10 de junho de 1964.

chefias realizadas, em sua maioria, no primeiro dia do mês de junho de 1964. No entanto, em discurso proferido quando da posse de Rocha Lagoa na direção do IOC, o ministro Raimundo de Britto indicou que as trocas não seriam apenas por questões administrativas, e sim pela presença prejudicial de “ideias subversivas” na instituição:

Se é verdade que não há fronteiras para a ciência, também é exato que há fronteiras para os cientistas. As ideias exóticas que em Manguinhos foram infiltradas, serão banidas definitivamente, porque nosso país precisa de homens que nos ajudem a acabar com o sofrimento do povo e não de elementos cujo único fito é destruir a liberdade, esfacelando o regime democrático. Manguinhos de amanhã será uma colmeia de trabalho e não o que queriam alguns: um foco de ideias subversivas¹⁵⁷.

O discurso de Raimundo de Britto é marcado pelo critério ideológico adotado pelo regime para investigar, perseguir e cassar os “inimigos da Revolução”. Na opinião dos cientistas cassados, em órgão de pesquisa científica, a confiança merecida por um pesquisador seria função exclusiva de sua capacidade técnica pessoal, e não questão de foro íntimo. Portanto, o afastamento dos antigos chefes de divisão e seção do Instituto seria um ato injustificável da direção, pois todos os afastados eram reconhecidos como profissionais de alto gabarito, responsáveis pela publicação de centenas de trabalhos em publicações nacionais e estrangeiras¹⁵⁸.

Ao analisar o Relatório de atividades do IOC de 1964, Wanda Hamilton reproduz a impressão de Rocha Lagoa diante do quadro encontrado ao assumir suas funções de diretor da instituição:

Ao assumirmos, em junho de 1964, a direção de Manguinhos, encontramos a instituição atravessando um período difícil, com condições verdadeiramente lamentáveis de desorganização (...) Alguns técnicos favorecidos com auxílios nacionais e estrangeiros para pesquisas obedeceram mais a conveniências pessoais do que a interesses da instituição.¹⁵⁹

Rocha Lagoa referia-se, em seu relatório, às verbas destinadas aos representantes dos laboratórios investigados por receberem auxílios de instituições nacionais e internacionais sem o conhecimento da própria administração do IOC. Em sua análise, esse fato “criava um verdadeiro processo de subversão administrativa, pois esses elementos possuíam condições e privilégios tais que estabelecia um verdadeiro desnível com os demais técnicos que não pertenciam ao grupo”¹⁶⁰.

¹⁵⁷ *Correio da Manhã*, 24 de junho de 1964.

¹⁵⁸ Depoimento de Moacyr Vaz de Andrade, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

¹⁵⁹ *Apud.* HAMILTON. ‘Massacre de Manguinhos’, *op. cit.*, p. 17.

¹⁶⁰ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Informe Especial, de 1 de dezembro de 1967, do Diretor do Instituto Oswaldo Cruz ao Ministro da Saúde. (ARJ-ACE-5216-69).

Crítico da administração de Joaquim Travassos da Rosa, Rocha Lagoa alterou a sistemática de distribuição dos recursos recebidos pelo Instituto. A direção passou, desde então, a centralizar todos os auxílios financeiros recebidos de instituições nacionais e internacionais, no intuito de alocar maiores verbas para os setores do interesse do Ministério, que desejava aumentar a produção de vacinas e soros¹⁶¹. De certa forma, a ajuda direta das instituições internacionais a determinados laboratórios de pesquisa e a cientistas preservava-os das flutuações políticas e administrativas que poderiam provocar interferências indevidas no trabalho científico, como passou a ocorrer nesse período. Em contrapartida, o ministro incentivava o auxílio financeiro oriundo de fundações estrangeiras, negando a interferência da direção do Instituto na concessão dos recursos. Entretanto, essa concessão deveria ser feita através da entidade e não diretamente aos cientistas.

Os reflexos da centralização administrativa do IOC foram sentidos pelos pesquisadores e seus laboratórios. Alguns laboratórios tiveram seus recursos reduzidos como o caso do laboratório de hematologia. Liderada por Walter Oswaldo Cruz, a seção foi transferida para um espaço menor e seus pesquisadores acusados de insubordinação. Neste contexto, o laboratório, que reunia cerca de 58 pessoas em atividades e havia formado 15 estudantes, deixou de contar com o aporte financeiro da Fundação Ford, que suspendera o auxílio por não concordar com a centralização administrativa do IOC. O ambiente propício para a realização do trabalho científico já não se fazia presente no ano de 1964. Walter Oswaldo Cruz, que como chefe da Seção de Hematologia já havia publicado em conjunto com seus pares mais de 130 trabalhos em periódicos científicos prestigiosos, viu seu laboratório sucumbir nos primeiros meses da ditadura militar.

A Divisão de Patologia, à qual pertenciam além da Seção de Hematologia, as seções de Físio-Patologia e Anatomia Patológica – esta última uma das mais antigas divisões do IOC, organizada inicialmente por Rocha Lima e posteriormente por Gaspar Viana – tornou-se alvo de investigações da Subcomissão pelas elevadas somas recebidas de entidades nacionais e internacionais, pelo grande espaço físico utilizado, e por ser chefiada por Walter Oswaldo Cruz, acusado de subversão e malversação de dinheiro público. Por designação de Olympio da Fonseca, presidente da Subcomissão, foi organizada uma comissão, formada pelos cientistas Antônio Sotero Cabral, Roberto Pimenta de Melo e Gilberto Teixeira, com a tarefa de vistoriar o Pavilhão da Patologia. Os dois últimos haviam pertencido à Divisão até 1961, ano da aposentadoria de Magarino Torres e da posse de Walter como chefe da Divisão. Além

¹⁶¹ HAMILTON. ‘Massacre de Manguinhos’, *op. cit.*, p. 14.

deles, Jorge Guimarães, Brenildo Tavares, León Cardeman e S. Kostler também se transferiram de divisão, esvaziando por completo a Seção de Físio-Patologia e sendo realocados em outros setores do Instituto. A debandada desse grupo logo nos primeiros meses de sua chefia foi justificada por Walter. Em sua defesa apresentada à Subcomissão, Walter credita as acusações de caráter técnico-administrativo feitas a ele àqueles que procuravam galgar posições para as quais nunca haviam demonstrado competência e que, portanto, não poderiam candidatar-se ao cargo ocupado por ele¹⁶².

O relatório descreve como “lamentável” o estado da seção de Anatomia Patológica, que se encontrava com material espalhado e desorganizado, além de constatar a ausência de cientistas dedicados ao estudo de patologia tropical. Os membros da comissão criticam a construção de “luxuoso auditório” no primeiro andar do Pavilhão, cujos “requisitos da técnica moderna foram atendidos, sem preocupação de despesas”. Salientam que à disposição da seção de Hematologia estavam os mais modernos equipamentos – estes adquiridos através de recursos externos – e que basicamente a Divisão de Patologia dedicava-se em massa ao estudo da hemostase, fora alguma atividade fortuita dos cientistas Eitel Duarte e Rita Cardoso, pertencentes a seção de Anatomia Patológica, fato negado por Walter em sua apresentação de defesa. À época da vistoria, a Divisão, em parceria com a Universidade de Londres, contava com a presença do dr. Ivor Griffith, visitante contratado para remodelar os métodos de trabalhos da seção que ocupava oito salas, perfazendo uma área de aproximadamente 300 m².

A conclusão do relatório acusa o desvio de finalidade da Divisão chefiada por Walter Oswaldo Cruz, acusado de prestar um desserviço ao IOC e conseqüentemente à ciência brasileira. Para Walter, a expressão utilizada pelo relatório – desserviço à ciência brasileira – não apenas o insultava, mas também as entidades nacionais e internacionais que por anos financiaram os trabalhos realizados pela Divisão, entre eles o CNPq, a Comissão Supervisora do Plano de Institutos (COSUPI) e National Institutes of Health (NIH)¹⁶³, dos Estados Unidos.

Apesar dos esforços de Walter Oswaldo Cruz e seus assistentes de laboratório, ao fim dos inquéritos, uma ordem de serviço assinada pela direção do IOC determinou a reorganização do espaço físico ocupado pela Divisão de Patologia. A seção de Hematologia foi reduzida em cerca de 35% e o espaço destinado ao Biotério Geral – utilizado para guarda e manutenção de animais para pesquisa – foi extinto. Porém, os problemas não se limitaram ao

¹⁶² Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Walter Oswaldo Cruz. Defesa de Walter Oswaldo Cruz à Subcomissão de Investigações do IOC, de 1 de julho de 1964 (BR RJCOG WO-FC-ST-21).

¹⁶³ *Ibidem*.

espaço físico. Alguns servidores foram transferidos sem justificativa, por determinação de Ordens de Serviço, para outros setores do IOC sem substituição; bolsistas não encontravam mais condições de permanecer nos laboratórios após o corte das verbas oriundas da Fundação Ford e da obrigação de participarem do Curso de Aplicação do IOC¹⁶⁴, então remodelado¹⁶⁵.

Ao reorganizar o Curso de Aplicação, criado em 1908 pelo próprio Oswaldo Cruz a nova administração pretendia centralizar a formação de novos pesquisadores em um setor específico, a Divisão de Ensino e Documentação, encerrando com isso a possibilidade de formar jovens cientistas nos diversos laboratórios do Instituto, como era praxe na seção de Hematologia. Ao longo dos anos, os bolsistas, obedecendo a critérios peculiares de cada laboratório, eram escolhidos pelos biólogos, e em contato com a realidade do trabalho em laboratório aprendiam as técnicas necessárias para a execução dos trabalhos, sempre sob a instrução técnica e teórica de seus tutores.¹⁶⁶

Além disso, os cientistas cassados do Instituto – e não apenas os pertencentes ao laboratório de Hematologia –, criticavam a dificuldade de obtenção de material necessário ao trabalho básico dos laboratórios a partir da administração de Rocha Lagoa. Na maioria dos casos, após o processo burocrático, que incluía vistos e controles, além de ser solicitado apenas pelo responsável pela Divisão, o pedido não era atendido devido à falta de material no depósito. O impedimento de receber auxílios externos diretamente para seus laboratórios dificultou ainda mais o prosseguimento das pesquisas.¹⁶⁷

Os cientistas da seção de Hematologia chegaram a encaminhar um pedido formal de reconsideração da reorganização do espaço da Divisão de Patologia ao ministro Raimundo de Britto. No entanto, após informações prestadas pelo diretor Rocha Lagoa, o pedido de reconsideração foi indeferido sob a alegação de a distribuição e o aproveitamento de áreas de serviço serem assunto reservado à deliberação privativa da direção e das chefias. Na decisão despachada por Raimundo Britto, a preocupação do Estado era manter a ordem dentro do Instituto e punir os envolvidos em atos de insubordinação contra as autoridades constituídas. O ministro reconhece o “audacioso propósito de rearticulação de elementos interessados em manter no serviço público focos de indisciplina com caldo de cultura adequado a expansão de

¹⁶⁴ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Walter Oswaldo Cruz. (BR RJCOC WO-FC-ST-21).

¹⁶⁵ Pelo Decreto nº 54.250, de 2 de setembro de 1964, instituiu-se cursos de formação e especialização técnica e científica do Instituto Oswaldo Cruz. Tratado pelo ministro Raimundo de Britto como “Curso de Generalidades”, foi considerado por alguns cientistas como um curso antiquado e obsoleto. Os cientistas criticavam também a obrigatoriedade da participação dos jovens bolsistas do Instituto nos cursos oferecidos pela instituição.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

processo subversivo” e ameaça a aplicação de sanções disciplinares mais rigorosas do Estatuto do Funcionário Público.¹⁶⁸

Na opinião de Lent, Rocha Lagoa, ao assumir a direção do IOC, se apodera da orientação governamental e passa a valorizar a área de produção de remédios, vacinas e soros em detrimento da pesquisa. Além de discriminar os funcionários que não lhe eram simpáticos, o diretor atuava como um “selecionador e distribuidor” dos recursos obtidos pelos próprios cientistas junto a instituições estrangeiras, como a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller e a National Institutes of Health.¹⁶⁹ Os cientistas sofriam com as pressões vindas da direção, que reduzia espaços físicos de laboratórios¹⁷⁰ e dispensava seus estagiários.¹⁷¹ Através de uma portaria¹⁷², Haity Moussatché foi repreendido por “não ter mantido a necessária discrição sobre atos de administração pública” ao conceder a seguinte declaração ao jornal *Correio da Manhã*:

As direções dos órgãos culturais estão cada vez mais esmeradas no combate àqueles contra os quais não foram levantadas suspeitas e acusações. O combate é sutil e, se permanecer, provocará dentro de algum tempo uma sensível redução no rendimento do trabalho de pesquisa¹⁷³

A queixa de Haity Moussatché foi causada pela dificuldade encontrada por ele para adquirir material básico para pesquisa realizada em seu laboratório. O “terror cultural” anunciado por Moussatché não se encerrou com a conclusão do IPM instaurado no IOC. Antes ostensiva, a situação em princípios de 1965 era velada, percebida apenas nas situações corriqueiras que incidiam sobre a rotina do trabalho intelectual.

O cerceamento ao trabalho científico não se limitou ao espaço físico da instituição. A direção do IOC negou permissão a Walter Oswaldo Cruz de participar de simpósio internacional sobre hematologia realizado na Wayne State University, nos Estados Unidos. O caso teve grande repercussão nos jornais da época, que noticiaram o apoio recebido pelo cientista por parte de Arthur Moses, presidente da ABC¹⁷⁴ e também reproduziram na íntegra

¹⁶⁸ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Walter Oswaldo Cruz. Despacho do Ministro da Saúde no Processo nº 3921/65, de 6 de março de 1965 (BR RJCOC WO-FC-ST-21).

¹⁶⁹ LENT. *O Massacre de Manguinhos*, op. cit., p. 24.

¹⁷⁰ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz, Seção Direção, Dossiê 007 (Ordens de Serviço), Livro 0049, Ordem de Serviço nº85. (BR RJ COC 02-05-007)

¹⁷¹ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz, Seção Direção, Dossiê 007 (Ordens de Serviço), Livro 0049, Ordem de Serviço nº42. (BR RJ COC 02-05-007)

¹⁷² Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz, Seção Direção, Dossiê 005 (Ordens de Serviço), Livro 00263, Portaria nº2. (BR RJ COC 02-05-005)

¹⁷³ *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1965.

¹⁷⁴ *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1965.

a carta de solidariedade escrita pelo organizador do evento, professor Walter H. Seegers, na qual ele expressa “grande preocupação quanto ao seu bem-estar e liberdade”¹⁷⁵.

Rocha Lagoa, como membro do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional de Pesquisa¹⁷⁶ (CNPq) conseguiu convencer o conselho a não renovar as bolsas de Herman Lent e Haity Moussatché.¹⁷⁷ Em depoimento presente em *Memória de Manguinhos*, Tito Cavalcanti, diretor do setor de pesquisas biológicas do conselho, relata o embate com o então diretor do Instituto nas reuniões:

Resisti porque não aceitava que o Conselho considerasse aspectos políticos nos auxílios que eles fizessem aos pesquisadores, quer dizer, das ideias políticas dos pesquisadores. Se o governo quisesse, fizesse por outros caminhos, fizesse pela polícia, fizesse pela segurança nacional, por qualquer caminho, mas nunca através do Conselho Nacional de Pesquisas que tinha que ter um critério único, que é o valor do pesquisador e o valor das linhas de pesquisas que eles estavam trabalhando. E esse era o ponto de vista que eu me firmava, mas não consegui a defesa e o Rocha Lagoa acabou sendo vitorioso com aquela coisa.¹⁷⁸

Para Tito Cavalcanti, o governo, se assim quisesse, deveria punir os cientistas pelos órgãos de segurança, e não através do CNPq. A recusa em financiar as pesquisas realizadas por cientistas cujo pensamento político-ideológico se mostrasse incompatível com o do regime político vigente significaria uma dura punição do CNPq. Por anos ocupando lugar no Conselho, Tito defendeu a ideia de que o financiamento deveria levar em conta os valores do pesquisador e de suas linhas de pesquisa, não devendo ser considerados os ideários políticos.

A recusa da renovação das bolsas concedidas a Herman Lent e Haity Moussatché aumentou a insatisfação por parte dos pesquisadores do IOC, que em maio de 1965 enviaram carta ao presidente do CNPq, Antônio Couceiro. O documento – uma espécie de memorial, assinado por 11 cientistas¹⁷⁹ – apresenta um conjunto de medidas que deveriam ser tomadas no intuito de salvaguardar as diretrizes científicas do IOC. Os signatários demonstram grande preocupação com os rumos tomados pela instituição desde abril de 1964, em especial a partir da administração de Rocha Lagoa, a qual consideraram desastrosa e responsável pela desfiguração dos objetivos principais do IOC. Um dos seus temores era em relação à desintegração do Instituto e à possibilidade de desmantelamento do grupo de cientistas

¹⁷⁵ *Correio da Manhã*, 21 de abril 1965.

¹⁷⁶ Por ocupar o cargo de diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Rocha Lagoa participava do Conselho Deliberativo do CNPq, assim como os diretores dos outros institutos de pesquisa do país.

¹⁷⁷ LENT. *O Massacre de Manguinhos*, *op. cit.*, p. 14.

¹⁷⁸ Depoimento de Tito Cavalcanti. *Memória de Manguinhos*, Fiocruz/COC, 1986.

¹⁷⁹ São eles Walter Oswaldo Cruz, Haity Moussatché, Herman Lent, Aurélio Osmar Cardoso de Oliveira, Leopoldo de Meis, Maria Mécia de Oliveira, Laerte de Andrade, Hugo Souza Lopes, José Jurberg, Domingos Arthur Machado Filho e Sebastião José de Oliveira.

especializados em ciência básica, que há anos atuava na instituição. “Sem autoridade administrativa”, diz o texto, “só nos resta a força de trabalho agora frontalmente ameaçada. A preservação do ambiente para que esta força continue a ser exercida é o que solicitamos a este Conselho”¹⁸⁰.

Para esses cientistas, o ambiente para se realizar o trabalho científico encontrava-se ameaçado também pelas mudanças nas diretrizes estabelecidas pela nova direção do Instituto, cuja ênfase recaía na investigação de problemas de interesse sanitário, como a esquistossomose e a doença de Chagas. Conforme os planos do Ministério da Saúde, os estudos desenvolvidos ao longo de vários anos nas diversas divisões especializadas do Instituto seriam relegados a um plano inferior para dar prioridade aos problemas ligados à saúde pública.

Outra crítica feita pelos cientistas signatários era em relação à demora da publicação de uma nova edição da *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. Sem ter sido lançada até a produção do documento, ou seja, maio de 1965, a revista divulgadora dos trabalhos produzidos pelo corpo de cientistas do Instituto tornou-se alvo de denúncia de seu ex-redator, Herman Lent. Em processo arquivado pelo Ministério da Saúde sem ter sido tomada providência alguma, Lent acusava o diretor Rocha Lagoa de cometer deslize funcional ao aplicar verbas específicas destinadas à publicação da *Memórias* para a edição e a publicação de discursos acadêmicos. Além de arquivada a denúncia, Lent foi punido com suspensão de três dias, sob a alegação de grave indisciplina após pretender fazer vista do processo no seu todo.

Entre as possíveis soluções sugeridas pelos cientistas para extirpar as raízes das crises periódicas no Instituto Oswaldo Cruz estavam antigas reivindicações. Os cientistas desejavam uma maior autonomia administrativa e científica; o desmembramento e a separação das seções de produção das diversas divisões; ou a integração do Instituto ao CNPq. Outra possibilidade sugerida era a de reestruturação do Conselho, que passaria a englobar os diversos núcleos de pesquisa básica espalhados por diversos ministérios. Numa visão maior, os cientistas defendiam a criação de uma Secretaria de Ciências no Ministério da Educação e Cultura, que seria responsável pela parte de pesquisa do IOC, ou a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, reivindicada desde os anos 1950 e que voltou a ser debatida em 1965.

Na primeira reunião entre os cientistas de Manguinhos e representantes do governo foram expostos os motivos que levaram à transformação do Instituto em mero órgão de

¹⁸⁰ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Carta enviada ao Presidente do CNPq (ARJ-ACE-5216-69).

solução de problemas sanitários. Nesse mesmo encontro com o ministro da Saúde, Raimundo de Britto, os cientistas propuseram a criação de um Instituto de Saúde Pública, que seria responsável pela produção de imunobiológicos, e a realocação do IOC para o Ministério da Educação e da Cultura, acrescentando a palavra “Ciência” ao seu nome. O ponto principal de crítica apresentado pelos cientistas girava em torno da involução vivida pelo IOC nos últimos anos, especificamente desde a criação do Ministério da Saúde, órgão ao qual permanecia subordinado. O hibridismo tão necessário na origem do Instituto pareceu devorar as condições mínimas para o trabalho investigativo dos cientistas, a junção entre ciência e tecnologia contribuiu para o desmoronamento das condições adequadas para a realização da ciência básica¹⁸¹. O desejo de pertencerem ao Ministério da Educação, Ciência e Cultura foi assim colocado pelos cientistas ao ministro Raimundo de Britto:

Queremos nos dedicar à formação de pesquisadores através do ensino baseado na pesquisa ativa, queremos constituir um Centro de Formação de Pesquisadores em Medicina Experimental, núcleo onde se formassem futuros professores para as cadeiras básicas das Universidades e os futuros pesquisadores para os institutos nacionais¹⁸²

A criação do Ministério da Ciência permaneceu em discussão no meio científico e foi a pauta principal no segundo encontro, em junho de 1965, com o ministro do Planejamento Roberto Campos. Nesse encontro, Campos reuniu 14 cientistas de diferentes instituições a fim de debater e pesar a importância dos argumentos pró e contra a criação do ministério. No terceiro encontro, realizado em 1967, alguns cientistas foram convocados pelo ministro das Relações Exteriores Magalhães Pinto para discutir a evasão de grande número de cientistas brasileiros para o exterior e promover o seu retorno ao país.¹⁸³ A realização dessas reuniões com ministros de Estado revela a existência de diálogo entre a comunidade científica e o regime militar. Mesmo os cientistas investigados por inquéritos civis e militares participaram desses encontros.

O historiador Rodrigo Patto, em recente trabalho sobre o impacto das ações do regime militar sobre as universidades e seus profissionais acadêmicos, identifica a presença daqueles indivíduos que procuraram “maneiras de se acomodarem ao novo sistema de poder, sem que isso significasse, aos seus olhos, qualquer compromisso com a ditadura”.

Do lado dos intelectuais e profissionais da academia, alguns atores aceitavam a convivência com o regime autoritário e repressor, na outra “ponta”, do lado do Estado, certos agentes toleravam a presença de intelectuais

¹⁸¹ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Walter Oswaldo Cruz. Discurso apresentado ao Ministro da Saúde em 1965. Cruz. (BR RJCOG WO-FC-ST-21).

¹⁸² *Ibidem*.

¹⁸³ HAMILTON. ‘Massacre de Manguinhos’, *op. cit.*, p. 15.

ideologicamente “suspeitos” em cargos públicos, bem como arranjos para flexibilizar prescrições legais. Tratava-se de jogo em que o Estado procurava atrair o intelectual/professor, e este precisava moderar suas opiniões e comportamentos. Entretanto, o Estado igualmente cedia ao transigir com os valores do “inimigo” e ao permitir sua circulação, ainda que em versões mitigadas¹⁸⁴.

Patto destaca a particularidade da relação de membros da comunidade universitária e de instituições de pesquisa com representantes do regime, visto que

[m]uitos líderes acadêmicos julgavam que seu engajamento na reforma universitária, na criação da infraestrutura de pesquisa e pós-graduação se justificava em nome do interesse do país. Nessa ótica, aproveitar os recursos alavancados pelo regime militar e encaminhá-los para uso produtivo era percebido como forma de servir aos interesses nacionais, e não a um governo específico¹⁸⁵.

O clima de perseguição e delação ainda pairava sobre os cientistas do Instituto. Numa tentativa de barrar a movimentação dos cientistas uma nova investigação foi aberta pela Seção de Segurança do Ministério da Saúde em janeiro de 1966, após denúncias feitas por Rocha Lagoa contra 16 cientistas, sob a acusação de participação nos planos de criação de um novo ministério, o que demonstraria, segundo ele, notório comportamento subversivo. Convocado duas vezes a comparecer ao escritório do Ministério da Saúde Herman Lent concedeu importante depoimento ao tenente Hilton Queiroz Actis, responsável pelo Setor de Informações da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Saúde (SSN/MS). Além de procurar esclarecer a posição de Herman Lent e outros cientistas quanto à criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, essa investigação questionou os depoentes em relação à assinatura de um manifesto em apoio aos professores demitidos da Universidade de Brasília¹⁸⁶. Lent admitiu ter conhecimento do manifesto em apoio a UnB que circulou pelo campus do IOC angariando assinaturas dos cientistas da instituição, porém negou que o documento fosse em apoio aos estudantes e professores da universidade¹⁸⁷.

A discussão sobre a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia era publicamente debatida nos jornais por pesquisadores que demonstravam os seus pontos a favor e aqueles

¹⁸⁴ MOTTA. *As universidades e o regime militar, op. cit.*, p. 310.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 311.

¹⁸⁶ Em setembro de 1965, os professores da UnB entraram em greve em resposta à demissão dos professores Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de Las Casas, afastados por “conveniência da administração”. Os afastamentos geraram clima de apreensão entre alunos e docentes, e o então reitor Laerte Ramos de Carvalho solicitou a presença de tropas militares que permaneceram no campus por alguns dias impedindo a formação de grupamento de pessoas e a entrada de pessoal nos edifícios do campus. Novas demissões foram feitas e originaram a demissão em massa de 223 dos 305 professores da universidade.

¹⁸⁷ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Herman Lent. Declaração dada por Herman Lent ao responsável pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Saúde em 20 de Janeiro de 1966 (BR RJCOG HL-VP-MA-08).

que combatiam a ideia¹⁸⁸. Portanto, os cientistas que eram a favor da criação não se reuniam secretamente para discutir o assunto, e tampouco formavam

um grupo de subversivos que envidavam esforços para conseguir a centralização dos órgãos de pesquisa do país num Ministério específico ou num departamento autônomo da ciência e tecnologia, na esperança de poder, através dos comandos do órgão, influir nas diretrizes da política científica brasileira¹⁸⁹.

Essa colocação feita pelo diretor do IOC é veemente rechaçada por Herman Lent em depoimento. Em sua opinião, não seria admissível a possibilidade de o governo nomear um ministro que fosse capaz de permitir a influência de cientistas nas diretrizes da política científica brasileira.

Vale destacar que essas investigações só tiveram início depois que um informante, de dentro do próprio Instituto, elaborou um documento no qual acusava o “notório comunista” Haity Moussatché de ser o responsável pela coleta de assinaturas dos cientistas do IOC em apoio aos professores e alunos da UnB. Segundo ele, dois biólogos vinculados a ele, os doutores José Reynaldo Magalhães e Jorge de Paula Silva Guimarães, lecionavam naquela universidade. O documento afirma também que Moussatché, Lent e Walter participavam frequentemente de atos subversivos no âmbito e fora da repartição, resultando em prejuízos ao bom andamento do estabelecimento. Eram, por isso, considerados “mentores da agitação e subversão que ocorrem no IOC, sendo cada um deles guia e mentor de pequeno número de correligionários”.

Os documentos elaborados pelos cientistas e enviados ao ministro da Saúde, à Academia Brasileira de Ciências e ao CNPq mostram o “caráter nitidamente subversivo da administração pública”. Na visão do informante, o objetivo do grupo seria o de retomar as chefias e as verbas recebidas pelas instituições nacionais e internacionais e promover o aliciamento de jovens para suas fileiras, visando transformar o IOC num grande centro de intelectuais de esquerda. O documento julga que “somente o afastamento definitivo do IOC desses mentores traria o necessário saneamento do órgão”. O fato curioso desse documento é que seu produtor “anônimo” em momento algum é identificado, porém, a frase citada acima apresentada pelo tenente Actis aos depoentes é atribuída ao diretor Rocha Lagoa. Não dispomos de elementos para afirmar que o diretor do Instituto foi o autor do referido documento, visto que sua notória perseguição aos cientistas convivia com uma vigilância

¹⁸⁸ Cf. *Correio da Manhã*, 31/01/64; *Correio da Manhã*, 22/01/65; *Correio da Manhã*, 28/01/65; *Jornal do Brasil*, 17/10/67.

¹⁸⁹ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Herman Lent. Declaração dada por Herman Lent ao responsável pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Saúde em 20 de Janeiro de 1966 (BR RJCOG HL-VP-MA-08).

permanente, dos mesmos, por parte do sistema de informações que dispunha de seus agentes informantes¹⁹⁰.

O conflito entre o diretor e os cientistas prejudicou o andamento das pesquisas científicas produzidas no IOC, que deixaram de receber os auxílios financeiros nacionais e internacionais. Como observou Ana Maria Fernandes, as crises enfrentadas pelas universidades e institutos brasileiros durante o regime militar se caracterizaram por fatores externos e internos. O Estado era o responsável pelos fatores externos, utilizando seu poder para demitir, aposentar e em certos casos, cassar os direitos políticos de professores, pesquisadores e funcionários, sem mencionar a expulsão de diversos alunos do quadro discente das universidades. Já os fatores internos diziam respeito aos conflitos entre colegas de profissão ou com os diretores e reitores. No caso de Manguinhos, os fatores se mostraram interligados¹⁹¹. O ambiente criado com os inquéritos fez estremecer ainda mais as relações interpessoais dentro da instituição, que já se encontravam fragilizadas pela diferença de pensamento entre os setores de pesquisa e de produção, e a relação entre a pesquisa básica e a aplicada. A ideologia conservadora também contribuía para a delação naquele contexto. O desejo de punir e afastar o perigo comunista estava presente nas universidades e institutos brasileiros.¹⁹² Segundo Rodrigo Patto, a motivação principal para os expurgos seria o critério ideológico. As divergências e as disputas pessoais sem dúvida exerceram influência, sem, entretanto serem a origem do ciclo repressivo.¹⁹³

A ascensão de Rocha Lagoa ao Ministério da Saúde ocorreu em outubro de 1969, juntamente com a subida ao poder do general Emílio Garrastazu Médici¹⁹⁴. Meses após sua

¹⁹⁰ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Resposta ao pedido de Informação nº37/65 da SSN/MS, de 10 de novembro de 1965, em referência ao Informe Secreto nº1821 do CENIMAR. (ARJ-ACE-5216-69).

¹⁹¹ FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/ANPCS/CNPq, 1990, p. 123.

¹⁹² *Ibidem*.

¹⁹³ MOTTA. *As universidades e o regime militar, op. cit.*, p. 178.

¹⁹⁴ No governo Médici (1969-1974), houve o auge da ação dos instrumentos de repressão e tortura instalados a partir de 1968. Os famosos “porões da ditadura” ganhavam o aval do Estado para promover a tortura e o assassinato no interior de delegacias, quartéis e presídios. O primeiro ano do governo Médici caracterizou-se por uma intensa radicalização dos movimentos de esquerda que haviam optado pela luta armada contra o regime instituído em 1964. Após o primeiro seqüestro de um diplomata estrangeiro — o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick —, a polícia e as forças armadas redobram suas atividades, concentrando os esforços no combate às organizações armadas. A partir de 1969, o comando das operações repressivas foi assumido em São Paulo pela Operação Bandeirantes (Oban), oficialmente lançada em 19 de julho com a função exclusiva de prender “terroristas e subversivos”. Nos primeiros meses do governo, a Oban foi institucionalizada através de uma circular secreta intitulada “Instruções sobre segurança interna”, passando a se chamar Centro de Operações para a Defesa Interna (CODI). Outros CODIs foram também criados no I, III, e IV exércitos. Tal como a Oban, os CODIs tinham a função de “coordenar as atividades dos diversos órgãos encarregados da repressão à subversão e ao terrorismo”. Fonte; Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC/FGV.

nomeação, através de dois decretos publicados no Diário Oficial, ele afastou dez cientistas do IOC. No primeiro decreto, datado de 2 de abril de 1970, Haity Moussatché, Herman Lent, Moacyr Vaz de Andrade, Augusto Cid de Mello Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Fernando Braga Ubatuba e Tito Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti foram inclusos no artigo 4º do Ato Institucional nº 5, que determinava a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de dez anos. No Diário Oficial do dia 6 de abril, um novo decreto determinou a aposentadoria dos oito cassados pelo primeiro decreto e de Masao Goto e Domingos Arthur Machado Filho, incluídos apenas no artigo 6º, parágrafo 1º do AI-5, que determinava a demissão ou aposentadoria de qualquer empregado público pela Presidência da República.¹⁹⁵ A situação ficou ainda pior em outubro de 1969, quando foi baixado o Ato Complementar nº 75 que proibia as instituições públicas ou privadas que recebessem subvenções do Estado de contratarem professores atingidos pelos atos institucionais.¹⁹⁶

A capacidade de Rocha Lagoa como cientista é questionada a todo instante por Herman Lent, que o descreve como um médico medíocre, desprovido de qualquer credencial como pesquisador. Em razão disso, sua nomeação foi recebida com enorme surpresa pelos seus colegas de Instituto.¹⁹⁷

A cassação dos dez cientistas de Manguinhos trouxe grandes prejuízos à instituição. Diversas linhas de pesquisa foram extintas; estagiários e alunos dispensados; laboratórios foram destruídos; coleções de insetos e helmintos existentes desde os primeiros anos do IOC dispersadas; acordos de colaboração com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a Escola de Medicina e Cirurgia, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Fundação Escola de Saúde Pública e as universidades federais do Rio de Janeiro e do Paraná foram encerrados. Embora afirme que o IOC sofreu os maiores prejuízos com a cassação e deslocamentos de cientistas como Laerte Manhães de Andrade, Jorge Guimarães, Mario Vianna Dias e Charles Esberard para outras instituições, Herman Lent ressalta que a maior injustiça cometida pelo episódio foi o impedimento de prosseguir com suas atividades científicas no Brasil.¹⁹⁸

Oito anos se passaram. E é possível, de cabeça fria, raciocinar sobre o acontecido. A esses homens de 60 anos ou mais, que realmente nunca precisaram justificar-se e, para quem, contudo, a reparação moral não deixa de ser importante, me parece necessário prestar atenção. Eles foram mostrar sua

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio-garrastazu>.

Acesso em

17/11/2016.

¹⁹⁵ Cf. Ato Institucional nº 5, do dia 13 de dezembro de 1968.

¹⁹⁶ MOTTA. *As universidades e o regime militar. op. cit.*, p. 173.

¹⁹⁷ LENT. *O Massacre de Manguinhos, op. cit.*, p. 19

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 63

capacidade em países distantes, na Venezuela, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, na França, em Moçambique, em atividades nacionais não governamentais. Eles deixaram discípulos que isso apregoam de cabeça erguida e também receberam de alguma forma a herança da perseguição imposta. Como tantos outros, aposentados de suas cátedras e laboratórios.¹⁹⁹

No momento em que foi cassado, Haity Moussatché desenvolvia com sua equipe de pesquisadores um trabalho sobre hormônio dos insetos em colaboração com professores da Faculdade de Farmácia da UFRJ, e outro sobre os componentes químicos do veneno da cobra cascavel. Além desses, também outros dois trabalhos sobre reações anafiláticas e farmacologia de produtos naturais também foram interrompidos. Já Fernando Ubatuba preparava uma pesquisa sobre o metabolismo das bactérias e auxiliava o Serviço de Saúde Animal do Ministério da Saúde na criação de um laboratório de controle de medicamentos veterinários. O entomologista Souza Lopes participava de uma pesquisa sobre insetos, juntamente com pesquisadores da Universidade de Honolulu. Com sua saída de Manguinhos, apenas três grupos se dedicavam a especialidade no Brasil – USP, UFPR e Museu Nacional – este último receptor da coleção entomológica do cientista.

Em entrevista concedida em 1978 ao jornalista Maurício Dias, da revista *Isto é*, Rocha Lagoa negou qualquer envolvimento nas punições aos cientistas de Manguinhos. Segundo ele, ao assumir o ministério já existiam duas comissões de inquérito investigando a atuação dos cientistas, ambas instauradas na gestão de Raimundo de Britto. Essa declaração, anos após a cassação dos cientistas, não corresponde à realidade dos fatos ocorridos entre 1964 e 1970. A documentação produzida pelos órgãos do sistema de informação do regime desmascara o papel tecnicamente “burocrático” assumido por Rocha Lagoa, e expõe sua participação fundamental no processo de perseguição aos cientistas do IOC.

¹⁹⁹ *Ibidem*, p. 66

Capítulo 3: A ciência sob a vigilância do regime militar

No capítulo anterior, tratamos do período entre 1964 e 1970, em particular dos embates travados entre os cientistas e a direção do Instituto Oswaldo Cruz, e nos inquéritos na esfera civil e militar instaurados nos primeiros meses do novo regime. No entanto, a movimentação nos bastidores do governo entre os órgãos de segurança e informação não foi abordada. Esses órgãos produziram um vasto conjunto de documentos, destacando-se as fichas, os prontuários individuais e coletivos, relatórios administrativos de atividades, ofícios, comunicados, informes e informações etc. Incontestavelmente, os acervos desses órgãos são fontes importantes para o estudo do regime militar. Para entendermos o aparato de segurança e informação montado pelos militares a partir de 1964 é fundamental o estudo dos órgãos que procederam, desde o início do século XX, as primeiras investigações e controle sobre a sociedade civil.

3.1 As polícias políticas e o controle do Estado sobre os cientistas do IOC

A polícia política surge formalmente em 1933 a partir da criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPPS), porém a “polícia investigativa” – assim chamada pelo historiador Marcos Bretas – tem sua origem na primeira década do século XX. Com o fracasso da Polícia Militar na tentativa de conter a população da cidade do Rio de Janeiro durante a Revolta da Vacina em 1904, o governo iniciou uma reforma estrutural no corpo policial, que resultou na criação do Corpo de Investigação e Segurança Pública da Polícia Civil, órgão subordinado diretamente ao chefe de polícia do Distrito Federal²⁰⁰. Composto nos primeiros anos por 80 agentes sob a supervisão de um inspetor, o órgão adquiriu status de Inspetoria a partir da publicação do Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920. Pelo novo regulamento, entre as oito seções pertencentes à Inspetoria, a única sob a responsabilidade imediata e a direção exclusiva da Inspetoria era a de Ordem Social e Segurança Pública, que tinha como competências

velar pela existência política e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos a manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades do anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos²⁰¹

²⁰⁰ Sobre a Reforma de 1907 e informações sobre os órgãos que antecederam a DESPPS, cf. BRETAS.

²⁰¹ Regulamento da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920.

À Seção de Arquivo Geral e Informações cabia reunir os dados sobre os indivíduos, sistematizar e catalogar os respectivos prontuários, além de informar e esclarecer as autoridades sobre antecedentes individuais. Desde o século XIX, a Polícia Civil mantinha sob sua guarda um conjunto de registros criminais que auxiliavam o trabalho investigativo. A repartição responsável por efetuar a identificação obrigatória de todos os detidos na capital federal era o Gabinete de Identificação e de Estatística – que teve suas funções expandidas após a reforma de 1907 – que atuava sob a fiscalização direta do chefe de polícia. Em cada delegacia de polícia havia a presença de um identificador – funcionário do Gabinete – que tinha como incumbência tomar as impressões digitais dos detidos e preparar os prontuários, a fim de facilitar os pedidos de informações a respeito dos antecedentes criminais²⁰². Havia, já nesse período, uma preocupação por parte das autoridades policiais da difusão das informações entre as diferentes repartições da polícia do Distrito Federal. Para tornar o sistema eficiente, cada delegacia produzia um livro de registro geral que compilava as informações dos criminosos e contraventores da sua zona de jurisdição, formando assim um cadastro que, por meio de uma turma especial de identificação subordinada ao diretor do Gabinete, era disseminado às demais delegacias²⁰³.

Em 1922, imediatamente após a posse do novo presidente da República, Artur Bernardes, a Inspetoria de Investigação transformou-se na 4ª Delegacia Auxiliar, mudança significativa para o cargo de inspetor, que passou a ser um assistente direto do chefe de Polícia. A ampliação da importância desse órgão foi uma das respostas do Estado para enfrentar o clima de grande agitação operária entre os anos de 1917 e 1920 e a intensa participação política da população nas grandes cidades²⁰⁴. Portanto, os principais alvos de investigação e controle da 4ª Delegacia Auxiliar eram as associações operárias, anarquistas, comunistas, além de brasileiros e estrangeiros que atuavam no movimento operário²⁰⁵. Como visto no capítulo anterior, o anticomunismo tomou forma desde os anos 20 a partir da criação

²⁰² Segundo o decreto nº 6.440, o Gabinete era o responsável por organizar uma galeria de ladrões conhecidos, para uso privativo das autoridades policiais. Nessa galeria figuravam apenas os indivíduos que tinham ao menos duas condenações passadas por crime contra a propriedade. É importante ressaltar que os indivíduos nessas condições poderiam requerer a retirada de seus retratos da galeria após comprovarem sua reabilitação.

²⁰³ Artº 129 do Decreto nº 6.440 de 30 de março de 1907.

²⁰⁴ Após assumir em novembro de 1922, apenas 4 meses após as primeiras rebeliões militares, Artur Bernardes nomeou o marechal Carneiro da Fontoura, então comandante da região militar do Rio de Janeiro e responsável por abafar a rebelião ocorrida em Copacabana conhecida como 18 do Forte. Cf. BRETAS.

²⁰⁵ Os relatórios anuais elaborados pelo chefe de Polícia, Coriolano de Góes, expõem a maior intensidade do trabalho realizado pela Seção de Ordem Política e Social. Segundo os dados levantados por Bretas, cerca de 2249 dossiês sobre questões políticas e sociais, 1231 sobre sociedades recreativas e 144 organizações de classe foram abertos. Entre 1927 e 1928 foram realizadas 1750 prisões e feito acompanhamento de 125 tentativas de greves, 195 conferências e 160 comícios, além de conduzir 461 vigilâncias secretas. Cf. BRETAS, p.79.

do PCB e teve papel importante na história política brasileira. A ascensão do comunismo no país e o contexto internacional de expansão de governos autoritários na Europa reforçaram a percepção do governo da importância da criação de um órgão de polícia melhor estruturado no âmbito federal.

Nesse contexto, o governo de Getúlio Vargas criou a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPPS) em substituição à 4ª Delegacia e promulgou a primeira Lei de Segurança Nacional do país, responsável por definir os crimes contra a ordem política e social. Em 1935, organizações como a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) ganhavam apoio social e ameaçavam a manutenção no poder do governo varguista. A definição de ordem política pela Lei de Segurança Nacional era resultado da “independência, soberania e integridade territorial da União, bem como da organização e atividade dos poderes políticos estabelecidas na Constituição”. No mesmo artigo da lei, a ordem social relaciona-se aos

direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal; ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho; à organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos e reciprocamente²⁰⁶.

O caráter sigiloso das atividades da DESPPS era usado como justificativa para que as modificações na estrutura e na competência do órgão não constassem no Decreto nº 24.531, de 2 de julho de 1934, que aprovou novo regulamento para os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal. O documento era bastante minucioso sobre todos os demais órgãos da administração policial, e não acrescentou qualquer informação sobre a estrutura da DESPPS. A fonte principal de informações sobre o órgão está nas portarias e nos relatórios de atividades anuais, principalmente os relativos ao período de 1939 a 1943.²⁰⁷

A partir da análise do relatório relativo ao ano de 1941 foi possível remontar a estrutura e competências da DESPPS entre 1933 e 1937. A delegacia especial, liderada pelo capitão Felisberto Batista Teixeira, contava, além do Gabinete, Secretaria e Cartório, com a Seção de Segurança Política (S-1); Seção de Segurança Social (S-2); Seção de Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições (S-3); Arquivo Geral (S-4); Gabinete Técnico e Sala de Detidos. A Seção de Segurança Política era a responsável pela repressão ao integralismo e às manifestações políticas de direita, incumbindo-se também da redação do Boletim Reservado e do Boletim de Ocorrências e Trânsito de Passageiros; da organização de fichários nominais,

²⁰⁶ Artº 22 da Lei nº 38 de 4 de abril de 1935.

²⁰⁷ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícias Políticas. Setor Administração 1-G, 1-cont. e 1-I (BR RJAPERJ POL).

fotográficos e residencial; da garantia pessoal do presidente da República. À Seção de Segurança Social cabia a repressão ao comunismo e às ideologias de esquerda, competindo-lhe realizar sindicâncias, garantir o funcionamento dos estabelecimentos industriais e comerciais no caso de greves, controlar sindicatos e entidades associativas e conceder licença prévia para a realização de assembleias sindicais.

Num primeiro momento de atuação, o foco das investigações realizadas pela DESPS recaiu sobre os movimentos integralistas e de esquerda. Em especial após a chamada Intentona Comunista, intensificou-se a repressão do governo aos que participaram do movimento insurgente de 1935. Esse acirramento da repressão do governo não se limitou aos participantes, estendendo-se àqueles que possuíam vínculos, fossem eles reais ou presumidos, com o Partido Comunista e o comunismo internacional²⁰⁸.

Datam desse período inaugural de atuação da DESPS, e posteriormente da Divisão de Polícia Política e Social (DPS)²⁰⁹ – que veio a substituir a DESPS, os primeiros registros com referências aos cientistas do IOC, cassados anos mais tardes, nos arquivos da polícia. O primeiro deles refere-se ao então jovem médico Haity Moussatché, nascido na Turquia e naturalizado brasileiro, que, segundo consta nos registros policiais, foi preso e conduzido à delegacia por levar consigo boletins e jornais de propaganda comunista em março de 1933, sendo liberado somente no dia seguinte.²¹⁰

O segundo registro nos arquivos do DESPS tem sua origem num procedimento usualmente utilizado pelos órgãos policiais e militares. Em documento timbrado do Ministério da Guerra, o capitão-médico Humberto Perretti solicita assistência e o auxílio da delegacia para a averiguação da possível existência de elementos que poderiam indicar a atuação do médico Masao Goto em atividades contrárias ao interesse nacional. A desconfiança por parte do encarregado pela sindicância se deve ao fato de Goto ser filho de japoneses e o Brasil estar em guerra declarada aos países do Eixo. A solicitação de auxílio, classificada como secreta, foi prontamente respondida pelo chefe da Seção de Segurança Social, Seraphim Braga, que levantou todas as informações relativas à vida pessoal e profissional de Goto. O parecer indicou a estreita relação entre o médico e a embaixada nipônica através de sua amizade com o professor Bruno Lobo, amigo particular do embaixador japonês. O documento conclui que

Embora nada de concreto se tenha apurado contra o sindicato, do ponto de vista político-social, mesmo durante a sua vida de estudante, deve deduzir-se que, sendo Masao, filho de japoneses e elemento conexo à Embaixada

²⁰⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, 1996, p. 23.

²⁰⁹ Aqui consideramos os registros entre os anos de 1933, criação da DESPS, e 1945, fim do Estado Novo.

²¹⁰ APERJ. Fundo DOPS/RJ. Prontuário nº 9.384 (BR RJAPERJ DRJ).

japonesa, possui ele as fundamentais características étnicas do japonês, bem como as tendências políticas dos filhos do Sol Nascente²¹¹

No contexto da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, marcado num primeiro momento pela ruptura das relações diplomáticas, e posteriormente pela declaração de guerra aos países do Eixo, criou-se um novo foco de investigação²¹². As “ideias exóticas” propagadas pela esquerda e a ascensão dos governos nazifascistas europeus que ameaçavam a soberania nacional permaneciam como a preocupação central do governo, porém agora o grande número de descendentes alemães, italianos e japoneses no país chamou a atenção dos órgãos policiais. O raio de atuação da polícia foi ampliado e a necessidade de coordenação das ações entre as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) espalhadas pelo país e a DESPS, localizada no Distrito Federal, tornou-se evidente.²¹³

A reforma na estrutura policial de 1944 transformou a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública, o DFSP, órgão subordinado diretamente ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e responsável pela cooperação com os serviços de polícia estaduais, especialmente tratando-se de assuntos de interesse à segurança nacional²¹⁴. Em substituição à DESPS foi criada a Divisão de Polícia Política e Social, a DPS, cuja finalidade era de “prevenção e repressão dos crimes e atividades contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social”²¹⁵, em perfeita sintonia com as determinações colocadas em práticas pela Lei de Segurança Nacional vigente²¹⁶.

Ao longo dos anos, a estrutura do novo órgão consolidou-se a partir da atuação dos serviços de Investigações (S.Iv) e de Informações (S.I.), unidades administrativas que funcionavam sob a coordenação das delegacias de Segurança Política e de Segurança Social, que formavam a espinha dorsal da organização²¹⁷. O Serviço de Investigações dividia-se em setores especializados de apuração de crimes contra a ordem política e social, com ênfase especial na vigilância ao movimento operário, crescente desde o início do século. Por sua vez,

²¹¹ APERJ. Fundo DOPS/RJ. Informação nº 921 de 16 de novembro de 1943, localizada no Prontuário nº 4.314 (BR RJAPERJ DRJ).

²¹² Por conta da participação do Brasil na guerra, alguns setores do governo, sobretudo o militar, esperavam um aumento das ações de espionagem e sabotagem de agentes do Eixo no país. Portanto, pretendia-se criar uma polícia política que garantisse a continuidade do regime afastando as ameaças internas – comunistas e integralistas, mas também as externas – nazistas.

²¹³ APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança, op. cit.*, p.24.

²¹⁴ Artº1 e 2 do Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944.

²¹⁵ Artº12 do Decreto-Lei nº 17.905, de 27 de fevereiro de 1945.

²¹⁶ Artº1 da Lei nº 38 de 4 de abril de 1935.

²¹⁷ REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional. A Polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.114.

ao Serviço de Informações competia organizar toda a rotina burocrática da Divisão; o processamento de informações a fim de serem disseminadas e/ou utilizadas pelos agentes policiais, e os serviços de inteligência²¹⁸.

Um dos setores pertinentes ao Serviço de Informações era o de Arquivo. Nesse setor competia aos funcionários a responsabilidade de abrir prontuários nominais, fichas e dossiês, e arquivar a documentação oficial produzida como leis, decretos, regulamentos, Diário Oficial e Boletim de Serviço. O setor mantinha ainda um serviço de recortes de jornais, que organizava coletâneas e os agrupava em dossiês específicos.²¹⁹ Desde os primórdios da polícia política esse setor tem papel fundamental no procedimento de investigação dos agentes policiais. A partir da organização, catalogação e preparação das informações coletadas pela polícia, o Arquivo era o grande depositário de informações acerca de indivíduos, movimentos políticos e sindicais processados ou sob a suspeição de atividades nos crimes contra a ordem social e a segurança do país. Outra divisão subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública, a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras em seu regimento também expunha sua preocupação com a contínua atualização do “fichário de capturas recomendadas; do fichário de pessoas que interessassem ao DFSP; do fichário e a galeria fotográfica de indivíduos expulsos do território nacional e dos reconhecidos como nocivos à ordem pública e aos interesses do país; do fichário das pessoas autorizadas a ingressar nos locais de embarque e desembarque”²²⁰.

Do ponto de vista administrativo se mantêm os registros por “suspeição política”, sempre acrescidos de novas informações, e também os próprios suportes onde se dava o fichamento dos adversários reais ou imaginários dos governos que se instalaram após 1945. Por prosaico que pareça, a novidade é a continuidade²²¹.

Com o fim da Segunda Guerra e do Estado Novo, a sociedade brasileira vivenciou, a partir de 1946, um breve período democrático. A nova Constituição, promulgada em 1946, apresentou características próprias de um regime democrático ao conferir liberdade de expressão aos cidadãos e o direito de se reunirem em associações, sindicatos etc. No entanto, na análise de Reznik, esse curto período democrático brasileiro no pós-guerra ofereceu as condições perfeitas para a expansão da atuação da polícia política. No contexto autoritário da Guerra Fria, o conceito de “democracia” caracterizou-se pela intolerância e pela exclusão dos

²¹⁸ APERJ. Fundo Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Administração. Pasta 1-B. Portaria nº 2.511 do Chefe de Polícia do Distrito Federal e Portaria Reservada nº 4.333 do Chefe de Polícia do Distrito Federal. (BR RJAPERJ POL).

²¹⁹ REZNIK. *Democracia e Segurança Nacional*, op. cit., p. 115.

²²⁰ Artº10 do Decreto nº 20.532-B, de 25 de janeiro de 1946.

²²¹ APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança*, op. cit., p. 41.

cidadãos da vida política²²². Portanto, cabia ao Estado limitar as liberdades concedidas no período por meio da peça fundamental à manutenção da segurança nacional do país, a polícia política. A Lei de Segurança Nacional, de 1935 e posteriormente a de 1953, responsável por cercear a liberdade de atuação de alguns grupos, era incompatível com os preceitos democráticos da Constituição de 1946:

O dilema que se colocava era como coadunar liberdades civis e políticas com o necessário cerceamento das atividades de alguns grupos. A Constituição de 1946 e a Lei de Segurança Nacional de 1953 foram os instrumentos legais que alicerçaram a ambiguidade das ações do Estado, postas em práticas tanto pelo Executivo como pelo Legislativo e Judiciário (...) estávamos numa democracia em tempos de Guerra Fria²²³.

A polícia política tornou-se o pilar essencial da segurança nacional, não apenas no Brasil, como também nos países alinhados aos princípios difundidos pelos Estados Unidos na política de contenção às doutrinas socialistas na América Latina. Segundo Reznik, o debate sobre a segurança nacional no Brasil pós-1945 esteve relacionado à independência, à soberania nacional, ao desenvolvimento e ao bem-estar da nação. Qualquer ação que ameaçasse esses preceitos deveria ser contida.²²⁴

A ela [polícia política] foi designada a função de identificar e capturar o inimigo, além de atuar na prevenção de possíveis tentativas de derrubada do regime. A manutenção da ordem e da paz social foi entregue nas mãos da polícia política que ganhou cada vez mais autonomia e poder dentro do sistema governamental²²⁵.

A DPS passou a ser reconhecida como o órgão do governo federal responsável pela função de polícia política. O reconhecimento se deu pelos mais diferentes órgãos da estrutura municipal, estadual e federal. As demais polícias estaduais, secretarias estaduais, ministérios e empresas públicas e privadas requisitavam serviços e orientação da divisão além de colaborarem na troca de informações. Essa “federalização” da polícia política resultou na formação de uma vasta rede nacional com o intuito de prevenir e reprimir os crimes contra a ordem política e social²²⁶. No entanto, o alcance de suas ações diretas restringia-se aos limites do Distrito Federal e tinha o combate ao comunismo como principal item de sua agenda de políticas públicas de segurança.

²²² REZNIK. *Democracia e Segurança Nacional*, op. cit., p. 20.

²²³ *Ibidem*, p. 130.

²²⁴ *Ibidem*, p. 25.

²²⁵ CAMARGOS. *Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o Dops mineiro na ditadura militar*, op. cit., p. 71.

²²⁶ REZNIK. *Democracia e Segurança Nacional*, op. cit., p. 154.

O relativo êxito eleitoral do PCB nas primeiras eleições democráticas²²⁷ foi visto por diversos setores do governo, sobretudo o militar, como uma ameaça à ordem política. A ascensão do partido, que voltara à legalidade em 1945, intensificou as atividades da DPS. O chefe do Serviço de Informações, Renato Lahmeyer, em relatório destinado ao diretor da divisão, major Aduato Esmeraldo, apresentou o crescimento das atividades do serviço no ano de 1947. Havia tramitado pelo protocolo do órgão de polícia política 21.802 documentos, dentre os quais 9.284 eram atestados de ideologia, e os “fichários preventivos” haviam sido “enriquecidos” de 50 mil fichas, “quase que em sua totalidade de elementos vermelhos”.²²⁸ Os “fichários preventivos” eram compostos de fichas com resumo das atividades políticas de civis e militares, entidades civis, publicações e periódicos, e comitês do PCB. Localizadas nas unidades administrativas responsáveis pelas investigações, essas fichas agilizavam o trabalho dos investigadores, evitando o exame destes da enorme quantidade de dossiês existentes no Arquivo.

O cancelamento do registro do partido pelo Tribunal Superior Eleitoral, em maio de 1947, sob a argumentação de ser um instrumento da intervenção soviética no país, não diminuiu o ritmo de trabalho da DPS. O temor das autoridades policiais e do governo era de que, na clandestinidade, a ameaça de infiltração das ideias comunistas na sociedade se tornasse ainda mais real. A intensificação do controle sobre os indivíduos e associações é constatada pelo relatório de 1948, responsável por indicar a abertura de 56.001 fichas, outras 24.456 atualizadas pelo Serviço de Investigações, 3.080 detenções e 15.748 visitas realizadas aos sindicatos²²⁹.

A preocupação de uma possível infiltração comunista levou a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça a realizar um estudo visando criar uma estratégia de combate às atividades comunistas em todo o país, por meio de uma reunião de esforços entre órgãos públicos e entidades privadas. A DPS, como órgão central da polícia política, controlava rigorosamente as atividades suspeitas realizadas por diversas associações civis ligadas ao PCB. Esse controle se deu a partir de intensa coleta de informações sobre

²²⁷ Após anos na ilegalidade, o PCB obteve seu registro eleitoral em 1945. No mesmo ano, o partido apoiou a candidatura de Iedo Fiúza para as eleições presidenciais e elegeu 14 deputados federais e Luís Carlos Prestes como senador para a Assembleia Nacional Constituinte. Nas eleições municipais de 1947, o PCB elegeu a maior bancada na Câmara de Vereadores do Distrito Federal, contribuindo para ser o terceiro partido mais votado em todo o país.

²²⁸ APERJ. Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Setor Administração, Pasta 2. Relatório do ano de 1947, enviado ao diretor da DPS pelo chefe do Serviço de Informações. (BR RJAPERJ POL).

²²⁹ APERJ. Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Setor Administração, Pasta 2. Relatório do ano de 1948, enviado ao diretor da DPS pelo chefe do Serviço de Informações. (BR RJAPERJ POL).

associações de bairro, movimentos contra a carestia, organizações de defesa dos direitos civis etc.

O Comitê Nacional do partido, desde seu retorno à legalidade, estimulava sua militância a criar e participar de organizações que explorassem o descontentamento das massas urbanas e disseminassem as ideias propagadas pelo PCB. A resposta da Polícia Política a essa estratégia tomava por base o argumento de que, se o PCB possuía uma célula em cada segmento da sociedade, a Polícia Política teria de responder à altura, infiltrando o maior número possível de informantes e investigadores nessas associações.²³⁰

Desde sua fundação, o PCB utilizou a imprensa como instrumento valioso de divulgação de suas ideias e propostas. Os periódicos de cunho comunista tornaram-se uma das maiores fontes de preocupação para a DPS. No auge de sua atividade política, o PCB chegou a publicar oito jornais diários e diversos semanários em diferentes capitais brasileiras, entre os quais *A Classe Operária*, *Folha do Povo*, *Imprensa Popular* e o de maior relevância – *Tribuna Popular*, cuja tiragem diária de 50 mil exemplares assemelhava-se aos dos maiores jornais. Além dos periódicos, o partido fundou 24 editoras, sendo a Editorial Vitória a mais importante delas, responsável pela circulação de 57 mil volumes de livros em seu primeiro ano²³¹.

O telegrama de apoio e solidariedade a Luiz Carlos Prestes, assinado por alguns pesquisadores do IOC, foi publicado nas páginas do *Tribuna Popular*, em abril de 1946. Como visto no capítulo anterior, a desconfiança sobre a presença de ideias comunistas e atividades subversivas no Instituto teve sua origem na divulgação do referido telegrama, porém a relação entre os cientistas e os periódicos comunistas não se limitou a esse acontecimento.

Segundo consta nos registros policiais, cinco dos dez cientistas cassados de Manguinhos enviaram mensagem de congratulações ao mesmo *Tribuna Popular*, pela passagem do primeiro aniversário do “matutino comunista”²³², “intransigente defensor da causa democrática, tenaz lutador pelos direitos da classe trabalhadora e que não tem medido sacrifícios no combate constante ao imperialismo”²³³. Na mensagem, os cientistas

²³⁰ APERJ. Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Setor Administração, Pasta 3. Relatório reservado do Secretário da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. (BR RJAPERJ POL).

²³¹ GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1955)*. Rio de Janeiro: Aperj, 2009, p. 126.

²³² Termo utilizado pela DPS ao referir-se ao periódico.

²³³ *Tribuna Popular*, 26 de maio de 1946. Além de Augusto Perissé, Herman Lent, Hugo de Souza Lopes, Haity Moussatché e Moacyr Andrade, assinam a nota: Aloísio Neiva Filho, Luiz Fernando Gouveia Labouriau e Ernani Martins da Silva, todos também signatários do supracitado telegrama de apoio a Prestes.

reconhecem o imperialismo como a real ameaça permanente à soberania do país, concepção divergente da propagada pelos órgãos de segurança nacional, que apontavam o comunismo como ameaça.

Uma das funções importantes dos periódicos era de convocar a militância a comparecer às reuniões e encontros articulados pelo Comitê Metropolitano do Rio de Janeiro. Por meio dessas convocações, as células reuniam seus membros, secretários e demais interessados a fim de discutir as questões pertinentes ao partido. No período da legalidade do PCB, essas convocações eram feitas abertamente, o que facilitava o trabalho de controle por parte da polícia política que, por meio de seus setores de Investigação e Informação, mantinha-se vigilante. Nas pesquisas realizadas foi possível identificar ao menos duas convocações envolvendo os cientistas cassados do IOC. Em abril de 1946, dias após a divulgação do supracitado telegrama, o cientista Augusto Perissé foi convocado a comparecer à reunião do Comitê Distrital da Zona Leopoldina, localizado em Bonsucesso. Identificado como membro da célula Pavlov, Perissé foi convocado juntamente com o seu companheiro de IOC, Ernani Martins, outra figura constante nos registros policiais. Além deles, outros representantes de cinco células constam no chamado²³⁴. Pelos registros, Augusto Perissé pertenceu aos quadros do PCB desde maio de 1945, tendo figurado inclusive como candidato ao cargo de fiscal eleitoral do partido. Tanto nos Inquéritos Policiais Militares como no depoimento concedido no período de sua reintegração, Perissé não omitiu sua atuação política dentro do PCB no período de sua legalidade²³⁵.

Outro cientista cassado e filiado ao PCB foi Moacyr Vaz de Andrade. Entusiasmado com o discurso proferido pelo secretário geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, Moacyr filiou-se ao partido ainda em 1945, alocado na célula João das Botas pertencente ao então Ministério de Educação e Saúde²³⁶. Posteriormente, com o desmembramento do ministério, passou a fazer parte, assim como Perissé, da célula Pavlov, associada ao Instituto. Como membro do partido, Moacyr foi convocado junto a outros “camaradas” a comparecer à sede do Comitê Distrital de Bonsucesso a fim de “entender-se com a Comissão Organizadora” do Comitê Metropolitano do PCB dias após a apreensão de material em ação policial²³⁷. A documentação produzida pela DPS comprova, por meio de material apreendido, a atuação de Moacyr nas atividades da célula Pavlov. Entretanto, não é possível afirmar o elo entre a apreensão e a

²³⁴ *Tribuna Popular*, 26 de abril de 1946.

²³⁵ Depoimento de Augusto Perissé, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

²³⁶ Depoimento de Moacyr Vaz de Andrade, Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1988.

²³⁷ *Tribuna Popular*, 24 de setembro de 1946.

convocação, ocorrida 24 dias depois. O fato é que o chamado demonstra o grau de importância da atuação do cientista nas ações do partido.

Tanto Moacyr quanto Perissé participaram ativamente do PCB em seu período de legalidade, porém ambos não foram presos e tampouco encaminhados às delegacias para averiguações como Masao Goto. Segundo o próprio, seu vínculo com partido era por meio da atuação de sua esposa, Arcelina Mochel, vereadora do PCB no Distrito Federal²³⁸. A celebração do casamento consta nos registros policiais da DPS como um “grande acontecimento social promovido por comunistas na sede da Associação Brasileira de Imprensa”²³⁹, porém os mesmos registros expõem a ativa participação do cientista na estrutura do PCB inclusive no período de ilegalidade.

Após o levantamento dos antecedentes criminais que resultou no parecer elaborado pelo chefe da Seção de Segurança Social, Goto passou a ser acompanhado com maior atenção pelas autoridades policiais, sendo detido ao menos por duas vezes, uma em 1948 para averiguações, e outra em 1956 em seu laboratório de análises clínicas, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Nesta última prisão, em cumprimento ao mandado de busca domiciliar, a Seção Trabalhista da DPS recolheu farto material “subversivo” e copiosa documentação pertencente ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Em razão dessa apreensão, o cientista e seu sócio Candido de Oliveira e Silva foram incurso nos artigos 9 e 10 da Lei de Segurança Nacional de 1953, após dois meses de investigações realizadas pela Delegacia de Segurança Social, responsável pelo inquérito. Desse material constavam documentos datilografados e manuscritos, contendo orientação emanada dos órgãos de direção do extinto Partido Comunista e que, “embora redigidos de maneira velada, não conseguem ocultar sua verdadeira fonte, bem como os seus desígnios reais”²⁴⁰. Grande parte do material dizia respeito ao jornal *Imprensa Popular*, identificado pelos investigadores como órgão subordinado ao PCB, e cuja função era de difusão das “palavras de ordem que os próceres vermelhos dirigem aos seus correligionários”, não restando qualquer dúvida de que

o jornal *Imprensa Popular*, como outros órgãos congêneres, faz parte da imensa rede de instituições que, sob a égide do Partido Comunista do Brasil, funciona nos diversos pontos do país, na condição de “frentes legais” da abjeta corrente político partidária. Basta a simples leitura de um dos documentos supra referidos para que – apesar de ter sido rigorosamente observada, na

²³⁸ Mesa Redonda com Sebastião de Oliveira, Masao Goto e Moacyr Vaz de Andrade. Memória de Manguinhos, Fiocruz/COC, 1986.

²³⁹ APERJ. Fundo DOPS/RJ. Prontuário nº 4.314 (BR RJAPERJ DRJ).

²⁴⁰ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Relatório do Inquérito 179/56 da DPS, assinado pelo delegado da Segurança Social, Edgard Pires de Sá (BR RJAPERJ POL).

redação dos mesmos, a conhecida técnica comunista de usar apenas as iniciais quando são referidos o Partido, seus órgãos e dirigentes – se chegue à conclusão indubitável de que as atividades da imprensa comunista são determinadas e controladas pela direção do Partido, o que lhe imputa, clara e insofismavelmente, a condição de subsidiária da entidade política de existência ilegal.²⁴¹

O relatório do inquérito seguiu, junto às folhas de antecedentes políticos sociais dos investigados, para o juiz da 10ª Vara Criminal do Ministério Público. Infelizmente não foi possível obter maiores informações sobre a conclusão do processo, porém tudo nos leva a acreditar que não fora levado adiante, sendo, portanto, arquivado. Isso porque não consta na documentação produzida por qualquer órgão de segurança e informação ou da própria polícia política menção ao processo.²⁴²

A atuação de Goto como membro do partido era acompanhada de perto pela DPS. Ao longo do período da ilegalidade do PCB, a divisão apurou o comparecimento do cientista a diversos eventos considerados “suspeitos”, como o ocorrido na sede da Comissão de Defesa do Petróleo em homenagem a memória de Ernani Martins²⁴³, uma solenidade da Liga Antifascista da Tijuca e às reuniões de membros do PCB realizadas na sede da ABI²⁴⁴.

Uma das demandas mais frequente no trabalho da DPS era de solicitação de verificação dos antecedentes político-sociais de indivíduos. O Serviço de Informação da DPS era o responsável por verificar a presença de informações relativas ao solicitante em seus arquivos e produzir uma espécie de certidão reunindo todos os dados levantados. Caso necessário, além da verificação, a DPS instaurava sindicâncias a fim de melhor apurar essas informações. O cientista Herman Lent passou por todo o processo, desde a solicitação ao parecer da divisão. No entanto, no caso do cientista, a sindicância foi solicitada pelo próprio ao diretor da DPS.

Por intermédio do embaixador do país, a Universidade do Chile convidou Herman Lent a realizar estudos sobre os insetos hematófagos no país em 1951. No entanto, com base em comunicação do Departamento Federal de Segurança Pública, a direção do Instituto Oswaldo Cruz negou ao cientista a permissão para viajar. A decisão gerou surpresa a Lent, visto que dois anos antes havia sido autorizado a viajar à Argentina e ao Paraguai em missão

²⁴¹ *Ibidem*.

²⁴² Há menção somente à apreensão e à incursão dos acusados nos artigos da Lei de Segurança Nacional.

²⁴³ Segundo consta no informe de apuração das atividades político-sociais de Herman Lent, elaborado pelo Serviço de Investigação, Ernani Martins faleceu em um acidente durante uma viagem de estudos empreendida a Goiás. O informe afirma que, para a surpresa da direção do IOC, Ernani carregava em sua bagagem farto material de propaganda comunista.

²⁴⁴ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Prontuário nº 4.314 (BR RJAPERJ DRJ).

científica. Alegando nunca ter sido filiado ou ter praticado atividades político partidárias de qualquer natureza, Lent solicitou a instauração de uma sindicância²⁴⁵. O próprio ministro da Educação e Saúde, Simões Filho, em memorando confidencial destinado ao chefe do DFSP, solicitou em caráter urgente ser informado se “ainda persistiam os motivos pelos quais esse Departamento, em recente oportunidade, teria julgado inconveniente a saída do Brasil” do cientista²⁴⁶.

Os investigadores da DPS procederam a uma intensa sindicância, que incluiu a coleta de informações nos arquivos policiais, interrogatórios e depoimentos de pessoas que mantinham ou mantiveram relações pessoais ou profissionais com Lent. Foram ouvidos pelos investigadores três funcionários do IOC: o doutor Laerte de Andrade, que trabalhou por três meses com Lent, e os funcionários Rubens Alves Barreto e Luiz Roberto. Segundo os registros, Laerte de Andrade deu ótimas referências sobre o cientista, em contrapartida os outros dois funcionários declararam que Lent era “adepto do credo comunista”²⁴⁷. Outras duas declarações importantes foram dadas por Arthur Hehl Neiva, ex-diretor da Administração do DFSP, e pelo professor do Colégio Pedro II Waldemiro Potsch. As declarações feitas por escrito endereçadas ao diretor da DPS, major Hugo Bethlem, negam a participação de Herman Lent em qualquer “atividade de caráter político-social subversiva”. Waldemiro Potsch, defendido por Lent na ocasião de disputa acadêmica com Olympio da Fonseca, atribuiu a “mesquinha vingança pessoal, de pessoa interessada, a pecha de comunista lançada contra Lent”, referindo-se ao então diretor do IOC²⁴⁸. Ambos são identificados pelo parecerista como “insuspeitíssimos” e “ferrenhos adversários da ideologia comunista”, portanto, seus depoimentos eram isentos de julgamento²⁴⁹.

O setor 1 do Serviço de Investigações, responsável pelo exame das atividades do cientista, apurou a existência dentro do IOC, principalmente no laboratório de Helminologia, de um grupo composto por cerca de dez médicos que formavam uma célula ligada ao PCB. Esta célula seria a responsável pela elaboração do telegrama de apoio e solidariedade enviado a Luiz Carlos Prestes à época da legalidade do partido. O responsável pelo setor, João

²⁴⁵ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Prontuário nº 12.615 (BR RJAPERJ DRJ). Carta enviada por Herman Lent ao diretor da Divisão da Polícia Política e Social, Major Hugo Bethlem, em 3 de setembro de 1951.

²⁴⁶ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Prontuário nº 12.615 (BR RJAPERJ DRJ). Memorando do ministro Simões Filho ao General Cyro Rezende, chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública, em 10 de setembro de 1951.

²⁴⁷ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Prontuário nº 12.615 (BR RJAPERJ DRJ). Nota sobre o Caso do Dr. Herman Lent, 26 de outubro de 1951, DFSP.

²⁴⁸ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Prontuário nº 12.615 (BR RJAPERJ DRJ). Carta enviada por Waldemiro Potsch ao diretor da Divisão da Polícia Política e Social, Major Hugo Bethlem, 19 de novembro de 1951.

²⁴⁹ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Prontuário nº 12.615 (BR RJAPERJ DRJ). Parecer da Sindicância da DPS.

Martinho Netto, menciona no relatório um caso curioso, provavelmente constante nos depoimentos dos funcionários Rubens Barreto e Luiz Roberto:

A fim de se dar uma ideia mais esclarecedora da convicção e entusiasmo favoráveis ao credo vermelho do grupo em lide, basta citar-se o fato de que faziam reuniões constantes, em local retirado, mas dentro dos limites do próprio IOC e, nos dias de pagamento dos funcionários, o grupo se encarregava de fazer coleta de dinheiro para subvencionar o PC do Brasil, dando a eles a denominação de “caneca do Prestes” ao objeto em que era guardado o dinheiro proveniente da arrecadação²⁵⁰

Netto identifica ainda Masao Goto e Ernani Martins como pertencentes ao “grupo da caneca” e que, sob a orientação de Aloísio Neiva Filho, era realizado “amplo trabalho doutrinário comunista” durante a legalidade do PCB.

Fora do âmbito do Instituto, o setor apurou que Herman exerceu a função de presidente da Sociedade de Medicina de Niterói por oito meses no ano de 1939. Os investigadores ouviram o depoimento de um dos associados, João Gomes da Silva, que, segundo o redator do informe, afirmou ser de conhecimento de todas as pessoas de relações com o cientista a sua posição ideológica de adepto do “socialismo vermelho”. No entanto, em carta enviada ao cientista, João Gomes afirma ter sido interrogado por um agente do DFSP e pontua todas as questões que lhe foram feitas. Gomes teria negado a participação de Lent em qualquer organização comunista e ao ser questionado sobre as razões para a desconfiança em torno dessa questão, teria respondido

Na minha opinião pessoal, essa desconfiança advém do fato do Dr. Herman Lent ter ideias socialistas, mas que nada tem de comum com o comunismo, embora se preste a confusão por indivíduos não afeitos aos problemas de Política e Sociologia²⁵¹.

Apesar de o informe concluir que deveriam “ser negadas as possibilidades de empreender viagens de caráter científico”, o parecer final do delegado José Piconelli, da Delegacia de Segurança Política, desconstrói a sindicância realizada pelo setor do Serviço de Investigações por falta de clareza nas informações transmitidas. O informe não define a data da atuação e existência da referida célula no IOC, o que ao ver do parecista não comprova a ocorrência de crime, podendo ela ter funcionado no período da legalidade do PCB, visto que o próprio Aloísio Neiva Filho fora exonerado do Instituto em 1946. Além disso, não consta nas averiguações qualquer atividade ou manifestação de convicção política por parte de Lent e

²⁵⁰ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Prontuário nº 12.615 (BR RJAPERJ DRJ). Informe do chefe do setor 1, João Martinho Netto, ao chefe do Serviço de Investigações, Cecil Borer.

²⁵¹ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Prontuário nº 12.615 (BR RJAPERJ DRJ). Carta enviada por João Gomes da Silva a Herman Lent em 11 de outubro de 1951.

tampouco indício de ter pertencido à célula. Junto a esses questionamentos, as cartas de Arthur Hehl Neiva, irmão de Aloísio, e Waldemir Potsch tiveram um grande peso na decisão do delegado Piconelli. Em informação prestada pelo chefe de Polícia da DFSP, Cyro Riopardense Rezende, ao ministro Simões Filho, em resposta à sua solicitação supracitada, concluiu-se que

O Dr. Herman Lent era considerado suspeito de “simpatizante comunista” e coordenador de uma célula que deveria ter funcionado no próprio Instituto sob a direção do Dr. Aloísio Neiva Filho. Em seu requerimento e declarações prestadas na DPS nega, terminantemente, qualquer participação em atividades comunistas, mesmo de caráter intelectual, com exceção de um telegrama coletivo assinado por inadvertência e solidariedade a colegas. As sindicâncias realizadas não conseguiram comprovar essas suspeitas e se de um lado elas foram mantidas por algumas pessoas ouvidas, de outro, várias pessoas de idoneidade prestaram declarações por escrito a favor do interessado. Nestas condições, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que este Departamento não vê inconveniente na viagem do Dr. Herman Lent, com o fim de realizar estudos científicos no Chile a convite da Universidade desse país²⁵²

O parecer favorável possibilitou a realização da viagem, mas mais do que isso, tornou-se um documento importante para Lent por isentá-lo de ter cometido qualquer crime que ameaçasse a segurança nacional. As chamadas “atividades subversivas” nas quais Lent esteve supostamente envolvido ocorreram no período de funcionamento legal do PCB. Por falta de prova ou talvez pelo afastamento do próprio cientista das ideias propagadas pelo partido, não foi possível enquadrá-lo nos crimes contra a segurança nacional. Numa democracia em tempos de Guerra Fria, o Estado poderia exercer o controle sobre o indivíduo sob o argumento do anticomunismo, porém, sem provas, não poderia prendê-lo. Situação que mudaria em 1964 com a institucionalização de um “Estado de Segurança Nacional”²⁵³.

A fim de construir provas junto à Delegacia Especializada de Costumes e Diversões do DFSP, Domingos Arthur Machado Filho solicitou à DPS que averiguasse seus antecedentes e emitisse o atestado negativo de ideologia. Até 1952, o atestado ideológico era obrigatório para a admissão de funcionários ao serviço público e tornou-se um ícone do regime autoritário do Estado Novo e repudiado pelos grupos políticos que entendiam o documento como um forte instrumento de controle legal pelo Estado²⁵⁴. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União estabeleceu o veto à exigência do atestado ideológico

²⁵² APERJ. Fundo Polícias Políticas. Prontuário nº 12.615 (BR RJAPERJ DRJ). Documento enviado pelo General Cyro Rezende, chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública a Simões Filho, ministro da Educação e Saúde, em 19 de dezembro de 1951.

²⁵³ REZNIK. *Democracia e Segurança Nacional*, op. cit., p. 180.

²⁵⁴ REZNIK. *Democracia e Segurança Nacional*, op. cit., p. 153.

como condição de posse ou exercício de cargo ou função pública, porém a DPS permaneceu emitindo os atestados para outros fins. Nas sindicâncias que se procederam sobre os antecedentes de Domingos nada que o comprometesse politicamente foi apurado. Domingos era apontado como assinante do *A Classe Operária*, periódico ligado ao PCB, porém os investigadores isentam o cientista e afirmam saber como “agiam, e ainda agem, os comunistas enviando ‘graciosamente’ exemplares de suas publicações subversivas a quaisquer indivíduos, indistintamente, a fim de angariarem novos ‘assinantes’”. Além do mais, a sindicância apurou que Domingos mantinha havia muitos anos relações pessoais com dois funcionários da divisão²⁵⁵. O cunhado Rômulo Barbosa Furtado, investigador da seção de Vigilância, e o detetive Sobrinho, da seção Trabalhista, afirmaram serem próximos de Domingos e terem residido na mesma casa do cientista. Assim como ocorreu com Lent, as declarações de pessoas identificadas com o combate ao avanço das ideias comunistas foram fundamentais para atestarem negativamente em favor dos cientistas. Na análise de Patto, esse tipo de arranjo foi bastante utilizado por aqueles que desejavam contornar os efeitos da repressão:

Era natural e conforme os costumes do país recorrer às relações sociais naquelas circunstâncias, e muitos dos que tiveram a chance fizeram-no. Em geral, os parentes e amigos os ajudavam embora discordando de suas ideias políticas, por entender que o vínculo pessoal falava mais alto que considerações político-ideológicas, mesmo que isso representasse algum risco (...) os dados indicam que os privilégios e as desigualdades característicos das estruturais sociais brasileiras foram reproduzidos também na esfera da repressão política: os membros das elites sociais tinham mais chances de obter punições leves que os pobres²⁵⁶.

Com a mudança da capital federal para Brasília em 1960, parcela expressiva do funcionalismo público federal optou por permanecer na cidade do Rio de Janeiro, no novo estado da Guanabara. O DFSP transferiu-se para a nova capital desfalcado da Divisão de Polícia Política e Social, que manteve sua sede física e arquivos na antiga capital sob a subordinação do Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP).

Situação interessante essa em que um órgão estadual cumpria funções ‘federais’, pois aparentemente pouco mudara na sua rotina. Continuou mantendo contatos com todo o país e investigando os mesmos objetos de antes. Mais do que isso, manteve a exata estrutura e boa parte de seus investidores. Na verdade, para além da rede de informações estabelecida nacionalmente, aprofundou seus vínculos com as delegacias e distritos policiais na cidade do Rio de Janeiro/estado da Guanabara. O enorme material que provém destas últimas demonstra que as atribuições da DPS estavam devidamente rotinizadas e enraizadas em toda a polícia carioca, isto é, era

²⁵⁵ APERJ. Fundo DOPS/RJ. Prontuário nº 47.144 (BR RJAPERJ DRJ). Parecer assinado por José Pereira Vasconcelos, chefe da Seção Trabalhista, destinado ao chefe do Serviço de Investigação em 12 de outubro de 1956.

²⁵⁶ MOTTA. *As universidades e o regime militar*, op. cit., p. 318.

reconhecido que ocorrências relativas a ‘atividades subversivas’, estrangeiros, ou tráfico de drogas deveriam ser desviadas para aquela divisão²⁵⁷

Em abril de 1962, Cecil Borer elaborou o *Plano para Desenvolvimento das Atividades de Polícia Política e Social*²⁵⁸, que expôs os problemas enfrentados pelo órgão a partir da transferência da capital e propôs medidas para elevar o nível técnico e operacional da instituição. Segundo o diretor, conferir às polícias estaduais a competência de atuarem em crimes contra o Estado e a sua ordem política e social aumentaria as responsabilidades dos estados pela manutenção da segurança. A própria União não disporia de uma polícia que resguardasse todo o território nacional desse tipo de crime. Devido à falta de estrutura administrativa e organizacional, os estados seriam sujeitos passivos diante dos crimes políticos cometidos em seus territórios.

O *Plano* enfatizou que o Rio de Janeiro permaneceria como a capital de fato do país, devido à sua importância política e cultural. O Comitê Central do PCB, de onde se propagariam as suas atividades nos meios militares, estudantis, sindicais, femininos e políticos, e de onde receberia apoio diplomático era sediado na cidade, portanto o centro de irradiação comunista do país se estabeleceria na antiga capital. A preocupação do diretor da DPS era de que a divisão não estaria aparelhada para realizar esta vigilância, tanto em recursos humanos como materiais, levando-se em conta ainda a expansão do comunismo após a Revolução Cubana.

A subordinação provisória da DPS ao DESP durou até 1962, após a promulgação pela Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara da Lei nº 263, de 24 de dezembro do mesmo ano²⁵⁹. Por esta Lei, a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) foi extinta e criado em seu lugar o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/GB), cujo superior hierárquico era a Secretaria de Segurança Pública do Estado, nova denominação dada à Secretaria Geral do Interior. O DESP também foi extinto e a Secretaria de Segurança Pública ficou subordinada diretamente ao governador do estado, sendo nomeado para o cargo de Secretário de Segurança, o coronel Gustavo Borges. Essas mudanças não alteraram o reconhecimento institucional do DOPS/GB pela burocracia estatal. O DOPS/GB permaneceu como o órgão de referência para as polícias dos demais estados, centralizando as informações de ordem política

²⁵⁷ REZNIK. *Democracia e Segurança Nacional*, op. cit., p. 179.

²⁵⁸ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Setor DOPS. Notação 75. (BR RJAPERJ POL).

²⁵⁹ Essa lei estabeleceu normas relativas à Reforma Administrativa do estado da Guanabara. A partir dela foi criada a Secretaria de Segurança Pública

e social provenientes de todo o país até a institucionalização do “estado de segurança nacional” pelos militares em abril de 1964²⁶⁰.

3.2 O aparato de segurança e informação do regime militar.

Poucas semanas após assumir o controle sobre as decisões administrativas do país em 31 de março de 1964, o “Comando Supremo da Revolução” criou o Serviço Nacional de Informações. Desde o governo do presidente Juscelino Kubitschek, o órgão que assessorava o presidente da República e vinculava-se ao Conselho de Segurança Nacional era o Sistema Federal de Informação e Contrainformação, o SFICI, que superintendia e coordenava as atividades de inteligência de interesse para a Segurança Nacional²⁶¹. De atuação discreta durante sua existência, o SFICI acabou sendo incorporado ao SNI pelo governo militar que considerava pouco funcional o papel meramente consultivo do organismo e ambicionava a formação de um sistema de informações afinado com a Doutrina de Segurança Nacional e capaz de desenvolver sua autonomia burocrática²⁶².

O novo serviço tinha como finalidade superintender e coordenar as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessassem à segurança nacional, por todo o território nacional²⁶³. A chefia do serviço foi entregue ao general Golbery do Couto e Silva²⁶⁴, que assessorava diretamente a presidência da República na orientação e coordenação dessas atividades e procedia a coleta, avaliação e integração das informações em proveito das decisões presidenciais e dos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional²⁶⁵. O chefe deveria estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais, com entidades paraestatais e autarquias, além de poder solicitar a colaboração de entidades privadas. Com a prerrogativa de ministro do Estado, a chefia poderia requisitar funcionários e

²⁶⁰ REZNIK. *Democracia e Segurança Nacional*, op. cit., p. 180.

²⁶¹ O SFICI foi concebido sob forte influência norte-americana no contexto internacional da Guerra Fria. Em 1956, quatro funcionários brasileiros foram enviados aos EUA para treinamento de capacitação junto à CIA e ao FBI, como parte da estratégia de fortalecimento das estruturas da Organização dos Estados Americanos (OEA). Mais informações sobre o SFICI, cf. MATHIAS, ANDRADE.

²⁶² FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Editora Record : Rio de Janeiro, 2005.

²⁶³ Art. 2º da Lei nº4.341, de 13 de junho de 1964.

²⁶⁴ O general Golbery do Couto e Silva permaneceu à frente do Serviço Nacional de Informação de 13/06/1964 a 15/03/1967, substituído pelo general Emílio Garrastazu Médici (1967-1969).

²⁶⁵ O Conselho de Segurança Nacional teve como órgãos antecessores o Conselho de Defesa Nacional (1927-1934) e o Conselho Superior de Segurança Nacional (1934-1937). Durante o regime militar tornou-se o “órgão de mais alto nível de assessoramento direto do presidente da República, na formulação e execução da política de segurança nacional”, conforme o decreto-lei nº900, de 29 de setembro de 1969. Cf. BRASIL. Arquivo Nacional. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

propor a designação de oficiais das Forças Armadas para trabalhar no serviço, além de classificar os assuntos como secreto e ultrassecreto de acordo com o Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interessam à Segurança Nacional²⁶⁶.

Além da Chefia, com seus assistentes e gabinete no Distrito Federal, o SNI compreendia uma Agência Central e também agências regionais com sede nas capitais dos Estados ou em cidades importantes. Nos primeiros meses do recém-criado serviço, a Agência Central instalou-se no Rio de Janeiro, no antigo estado da Guanabara, absorvendo assim o Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), até então integrante da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. O SFICI, criado em 1946, portanto no período democrático, teve seu corpo de funcionários civis e militares incorporado ao SNI, transformando-se na maior agência regional do país²⁶⁷.

A Agência Central era dividida em três seções – que também faziam parte da estrutura das regionais –, são elas: Seção de Informações Estratégicas, responsável pela pesquisa e busca de informações e reunião dos dados colhidos e dos estudos realizados; a Seção de Segurança Interna, que identificava e avaliava os antagonismos – existentes ou em potencial – que afetassem a segurança interna, propondo a difusão dos dados recebidos; e a Seção de Operações Especiais, que realizava a busca especializada de informes e participava do planejamento das operações. A Agência Central ligava-se às agências regionais e também às Divisões de Segurança e Informação (DSI) dos ministérios civis e das Assessorias de Segurança e Informação (ASI), pertencentes aos organismos e empresas do governo federal²⁶⁸. Essa articulação entre o poder central e as estruturas federais e regionais permitia a formação de uma rede de poder que facilitava a troca de informações entre os diferentes órgãos pertencentes a essa estrutura nacional. No entanto, nos primeiros anos do novo regime, essa articulação se deu de maneira precária e pouco ágil. A Comunidade Setorial de Informações dos Ministérios Civis, composta pelas Seções de Segurança, não era integrada aos outros órgãos de informações que faziam parte do SNI.

As SSN eram órgãos diretamente subordinados aos respectivos ministros de Estado, criadas para atuar em atividades relacionadas à segurança nacional, em cooperação com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. À época de sua criação, competia à

²⁶⁶ Art. 3º da Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964.

²⁶⁷ Num primeiro momento, de 1946 a 1956, a preocupação das autoridades era de criar os marcos conceituais da atividade de inteligência. O principal fruto desse período foi a aprovação do “Regulamento para a Salvaguarda de Informações que interessam à Segurança Nacional” (RSISN), primeira legislação voltada à proteção das informações sigilosas produzidas pelo governo brasileiro. A partir de 1956, o SFICI se consolidou como órgão de inteligência de estrutura técnica, administrativa e operacional bem definidas.

²⁶⁸ LAGÓIA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.29.

SSN do Ministério da Educação e Saúde estudar os problemas da segurança nacional relacionados à educação e à saúde; estabelecer o programa de ação e as medidas a serem tomadas pelo ministério em tempos de guerra e de paz; coordenar as atividades de todas as instituições públicas ou particulares existentes no país responsáveis pela execução de serviços de educação ou de saúde e assegurar as relações entre o ministério com a Secretaria Geral de Segurança Nacional, o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e os demais ministérios quanto aos assuntos que cabiam à pasta. A Seção de Segurança Nacional do então Ministério da Educação e Saúde foi organizada a partir do decreto nº 2.036, de 11 de outubro de 1937 como órgão complementar ao Conselho de Segurança Nacional.

A partir da criação do SNI, as autoridades observaram a necessidade de integração do Sistema Nacional de Informações (SISNI) à Comunidade Setorial dos ministérios civis, formada pelas Seções de Segurança Nacional instaladas desde o final dos anos 30.²⁶⁹ Até então, as atividades de informação e contrainformação eram realizadas pelo EMFA, pelos estados-maiores dos ministérios militares e pelas seções de segurança nacional. Sob a coordenação do SNI, a solução encontrada para integrar o Sistema de Informações dos ministérios civis ao SISNI foi transformar as Seções de Segurança Nacional em Divisões de Segurança e Informações²⁷⁰.

As Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos ministérios civis foram estabelecidas pelo Decreto-Lei nº200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispôs sobre a organização da administração federal e estabeleceu diretrizes para a Reforma Administrativa²⁷¹. Em julho de 1967, as Seções de Segurança Nacional dos ministérios civis foram formalmente transformadas em Divisões de Segurança e Informação, sem, no entanto, sofrerem alterações de suas atribuições como órgãos complementares ao Conselho de Segurança Nacional. Essa transformação possibilitou a ampliação da atuação do órgão, que passou a responder não apenas ao CSN, mas também ao SNI, integrando definitivamente o SISNI. Os generais Costa e Silva, então presidente da República, e o chefe do Gabinete Militar, general Jayme Portella de Mello, são apontados por Carlos Fico como os responsáveis pela ampliação das atribuições das DSI:

Portella teve o cuidado de afirmar os poderes do Conselho de Segurança Nacional, que secretariava, em detrimento do próprio SNI. O fato é que o SNI

²⁶⁹ REZNIK. *Democracia e Segurança Nacional*, *op. cit.*, p. 40. A SSN/MS foi a primeira a ser organizada, em 1937. Entre agosto e outubro de 1939, as demais SSN nos ministérios da Justiça, da Fazenda, das Relações Exteriores, da Viação e Obras Públicas e do Trabalho, Indústria e Comércio tiveram seus decretos aprovados. No ano seguinte, o ministério da Agricultura também passou a contar com uma SSN.

²⁷⁰ ISHAQ; FRANCO. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional, *op. cit.*, p. 35.

²⁷¹ Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

estava à frente do setor de informações desde sua criação, em 1964. Quando reformulou o Conselho de Segurança Nacional, em 1968, Portella manteve o *status* das Divisões de Segurança e Informações (DSI), que substituíam as seções de segurança nacional, como ‘órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional’. Com isso, ele estabeleceu uma ascendência sobre os órgãos de informações que, segundo a lógica do próprio regime, deveria caber ao SNI²⁷²

As DSI, assim como suas antecessoras, eram os órgãos centrais de informações de seus respectivos ministérios, responsáveis pela investigação de funcionários, entidades e demais pessoas que mantinham relações profissionais com órgão público em que estavam instaladas, com o objetivo de excluir da administração pública os setores, grupos ou indivíduos, assim como seus simpatizantes, que fizessem oposição ao governo ditatorial.²⁷³

A estrutura das divisões era a mesma independente do ministério civil aos quais eram vinculadas. O diretor era nomeado pelo Presidente da República, por indicação do ministro de Estado da pasta, após aprovação de seu nome pelo Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional. Para ser indicado ao cargo máximo do órgão era exigido ser diplomado pela Escola Superior de Guerra, se civil, ou oficial superior da Reserva das Forças Armadas, de preferência com Curso de Comando e Estado-Maior. Nas entidades vinculadas aos ministérios – autarquias e empresas públicas – foram instaladas as Assessorias de Segurança e Informações²⁷⁴ (ASI), subordinadas diretamente às DSI. Os dirigentes das ASI tinham por obrigação fornecer às suas respectivas DSI, dados, informações e esclarecimentos que lhes fossem solicitados, observando o disposto no Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos (RSAS)²⁷⁵. Além das ASI, as DSI contavam com as seções de Informações (SI/DSI), de Estudos e Planejamentos (SEP/DSI), e a Administrativa (SA/DSI), chefiadas por indivíduos – civis ou militares – indicados pelo ministro após terem seus nomes propostos pelo diretor da Divisão²⁷⁶.

²⁷² FICO. *Como eles agiam*, op. cit., p. 78.

²⁷³ ISHAQ; FRANCO. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional, op. cit., p. 35.

²⁷⁴ Consta no Regulamento de 1968 o nome como Assessoria Especial (AESI), por vezes é tratada assim.

²⁷⁵ ISHAQ; FRANCO. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional, op. cit., p. 35. O conjunto dos documentos produzidos, tanto pelas DSI quanto pelas ASI, reúne informações sobre a vida funcional dos servidores públicos do período. Estas informações, complementadas pelos registros do SNI e demais serviços secretos pertencentes ao SISNI, embasaram as sugestões de atos administrativos encaminhados pela DSI ao Ministro ou pela ASI ao dirigente do órgão ou entidade na qual estava instalada.

²⁷⁶ Guia de Arquivos e Fundos Documentais do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH).

O Sistema Nacional de Informações (SISNI) contou com cerca de dezesseis órgãos especializados e era formado por três grandes subsistemas, sob superintendência do SNI²⁷⁷:

- a) Subsistema Setorial de Informações dos Ministérios Militares, composto pelo o CIE (Centro de Informações do Exército²⁷⁸), o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica²⁷⁹), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha);
- b) Subsistema Setorial de Informações dos Ministérios Civis, composto pelas Divisões de Segurança e Informações (DSI) presentes nos ministérios e pelas Assessorias de Segurança e Informações (ASI);
- c) Subsistema Setorial de Informações Estratégico Militares, coordenado pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), composto pela Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20), a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (2ª/EME) e a Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª/EMAer)²⁸⁰.

Além desses órgãos, fizeram parte da rede formada pelo SISNI, os serviços secretos da Polícia Federal, da Polícia Militar e as Delegacias Especializadas de Ordem Política (DEOPS)²⁸¹.

3.3 Os bastidores do Massacre: o processo de cassação na trama dos órgãos de repressão

A Doutrina de Segurança Nacional teve seus princípios formulados e desenvolvidos dentro da Escola Superior de Guerra, criada em 1949 à semelhança estrutural da National War College, escola de formação militar norte-americana responsável pelo desenvolvimento da doutrina, cuja principal concepção era a de que sem um forte esquema de segurança interna seria impossível o desenvolvimento econômico de um país. Portanto, a Escola Superior de Guerra – responsável por reunir intelectuais, militares e membros das elites civis – buscava, por meio dos cursos oferecidos, estudar as condições econômicas, políticas e sociais do Brasil vislumbrando a elaboração de um projeto de formação e manutenção de um Estado forte²⁸².

²⁷⁷ FICO. *Como eles agiam*, op. cit., p. 80.

²⁷⁸ Criado em maio de 1967 pelo decreto nº60.664, iniciou suas operações somente em 1970.

²⁷⁹ Criado em maio de 1970 pelo decreto nº66.608, sob o nome de Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica, em substituição ao núcleo de serviços de informações da Aeronáutica.

²⁸⁰ Segundo Lagôa, até 1964, as Forças Armadas dispunham de serviços secretos setorializados, encarregados da espionagem clássica, que faziam parte das segundas seções das Forças Armadas. Com exceção da Marinha, que tinha seu próprio centro de informações – o embrionário CENIMAR, as demais forças militares não tinham constituído seus órgãos de inteligência, p. 33.

²⁸¹ LAGÔA. *SNI: como nasceu, como funciona*, op. cit., p.35.

²⁸² CAMARGOS. *Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o Dops mineiro na ditadura militar*, p.81.

O desenvolvimento da doutrina na ESG esteve intrinsecamente relacionado ao contexto internacional da Guerra Fria, responsável pelas transformações significativas nas Forças Armadas latino-americanas e no conceito de segurança nacional. A partir da bipolarização mundial – de um lado os países alinhados ao discurso norte-americano em defesa da “democracia” e do capitalismo como sistema econômico, e do lado oposto os comprometidos com a União Soviética e o “comunismo internacional” –, as Forças Armadas latino-americanas abandonaram o caráter nacionalista e passaram a combater a “subversão”. O conceito de “defesa nacional”, concebido como proteção ao território e suas fronteiras de ameaças externas, foi ampliado, e diante da “ameaça comunista”, o inimigo passou a ser uma ideia, presente internamente, e não mais o exército de outro país. Essa mudança de concepção foi determinante para a formulação de novas estratégias de combate ao avanço das ideias de esquerda.

Para conter o avanço desse “inimigo” e se manter no poder, os militares procuraram exercer um excessivo controle na vida da sociedade civil. Isso acarretou um grande investimento no setor de informações que, em alguns casos, além da coleta e processamento da informação também ficou responsável por exercer a repressão²⁸³.

A suspeição sobre a sociedade levou o governo a empregar medidas visando impedir uma possível articulação de seus “inimigos internos”. Para isso, as informações exerceram papel fundamental para a manutenção da segurança nacional:

O papel das informações de segurança é essencial para esclarecer o governo quanto à realidade da situação, à verdade dos fatos e às características e intensidade das manifestações e do efeito dos antagonismos e pressões, bem como à estimativa dos acontecimentos futuros. Um sistema de organização permanente de informações de segurança, adequadamente estruturado e dotado de pessoal especializado, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna²⁸⁴.

Com o sistema de informações estabelecido, as atividades das polícias políticas estaduais foram reorientadas. O DOPS/GB assumiu um papel secundário na investigação e repressão política na imensa estrutura coordenada pelo SNI. No contexto da comunidade de informações, o DOPS/GB adquiriu como funções primordiais a coleta e a disseminação de informes, o levantamento de provas, a instrução de inquéritos e a prisão de suspeitos. O papel de interpretar as demandas do regime e elaborar políticas e estratégias de combate à

²⁸³ QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan-jun 2012, pp. 19-41, p.22.

²⁸⁴ Manual básico da ESG, p. 438. *Apud* Alves, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 72

“subversão” cabia ao recém-criado órgão federal e aos órgãos de inteligência militares²⁸⁵. À Divisão de Informações do DOPS/GB competia:

Coletar, fichar, anotar e arquivar os informes obtidos pelos órgãos de busca do DOPS ou constantes da correspondência sigilosa; realizar a coleta complementar, preparar pedidos de busca; elaborar informações; instruir pedidos de passaportes e de ‘vistos’ de saída do território nacional; fornecer certidões negativas de antecedentes políticos e sociais; realizar as atividades administrativas concernentes.²⁸⁶

Por meio da Ordem de Serviço “N” nº1, de 31 de dezembro de 1968, o diretor da Divisão de Informações estabeleceu o processamento das informações entre as unidades internas do DOPS. A determinação era de que todo o documento encaminhado à divisão deveria ser registrado no protocolo e enviado ao diretor. Até então, apenas os informes de caráter sigilosos destinavam-se ao diretor por serem considerados prioridades pela divisão. Os informes eram simples observações sobre qualquer questão relevante ao sistema que, por mais completos que fossem, deveriam ser associados a outros e analisados a fim de esclarecer hipóteses, responder às questões formuladas ou compor um quadro real.

O informe é coisa diversa da informação. A informação é conhecimento, o mais completo, exato e atual possível, adquirido através de um processo de elaboração mental. Resulta a informação de conhecimento de conhecimentos parciais – os informes – e de dedução lógica e inteligente daquilo que eles contém²⁸⁷.

A partir do exame dos informes, os agentes elaboravam as informações. Portanto, a informação era o conhecimento de um fato ou situação, resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados ao referido fato ou situação, sempre atendendo a uma necessidade de planejamento, execução ou acompanhamento de atos decisórios²⁸⁸. Essas informações eram difundidas pelos diversos órgãos da comunidade de informação, permitindo uma constante comunicação entre eles. Contudo, Samantha Quadrat destaca a disputa pela informação por parte desses órgãos. As informações consideradas mais importantes muitas vezes não eram disseminadas a outros órgãos e tampouco ao SNI, a quem cabia coordenar o processo²⁸⁹.

²⁸⁵ APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança*, op. cit., p. 26.

²⁸⁶ Decreto “E” nº 3002, de 15 de agosto de 1969 *Apud* APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança*, op. cit., p. 27.

²⁸⁷ CASTELLO BRANCO, Zonildo. *Segurança Nacional e subversão: Dicionário teórico e prático*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 1977, p. 185.

²⁸⁸ Manuel de Informações *Apud* FICO. *Como eles agiam*, op. cit., p. 95

²⁸⁹ QUADRAT. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), op. cit., p. 30.

As informações e as fontes passavam pelo procedimento de qualificação a fim de verificar a veracidade de seus conteúdos e a idoneidade da origem da informação. O procedimento de qualificação ensinado pelos cursos da ESG era conhecido como o sistema letra-número, que classificava a veracidade do conteúdo da informação com as notas 1 a 6, e a fidedignidade da fonte pelas letras A a F.²⁹⁰

Qualificação das fontes

Notas	Fidedignidade da informação	Notas	Veracidade da informação
A	Fonte absolutamente idônea	1	Informe confirmado por outras fontes
B	Fonte usualmente idônea	2	Informe provavelmente verdadeiro
C	Fonte razoavelmente idônea	3	Informe possivelmente verdadeiro
D	Fonte sempre idônea	4	Informe duvidoso
E	Fonte inidônea	5	Informe provável
F	Não pôde ser julgada a idoneidade	6	A veracidade do informe não pode ser julgada

Fonte: Elaboração própria, a partir de QUADRAT, 2012.

Entre 1964 e 1970, diferentes órgãos de segurança e informação acompanharam as atividades dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz. O controle sobre essas atividades produziu uma quantidade significativa de atestados, fichas, prontuários, correspondências, ofícios, relatórios, informes, informações etc. que nos permite traçar o caminho percorrido pelos cientistas até a cassação em abril de 1970. Após a conclusão dos inquéritos – que nada provaram contra os cientistas na esfera civil e militar – o regime manteve o controle sobre as atividades “subversivas” ocorridas no IOC, como afirmam os documentos secretos produzidos pelos diferentes órgãos de informação. É bem verdade que por vezes os cientistas foram convocados a comparecer nesse período à Seção de Segurança Nacional do MS e posteriormente à Divisão de Segurança e Informação, a fim de prestarem esclarecimentos sobre declarações concedidas aos jornais ou por se posicionarem de forma contrária à administração do IOC. Porém, o trâmite da cassação se apresentou nos bastidores, por trás das

²⁹⁰ *Ibidem.*

denúncias oriundas do próprio Instituto aos órgãos de segurança e informação, nas trocas de informações entre os órgãos pertencentes ao sistema.

Por vezes, a articulação entre os órgãos do SISNI originou a instauração de inquéritos e investigações com a finalidade de apurar as denúncias feitas por informantes. Citada anteriormente, a investigação aberta em janeiro de 1966 pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Saúde a fim de averiguar a participação de cientistas do IOC nos planos de criação de um novo ministério teve início meses antes a partir de um informe colhido pelo Centro de Informações da Marinha. Em outubro de 1965, o CENIMAR encaminhou o informe secreto à SSN/MS e à Agência do Rio de Janeiro do SNI para que se procedessem a avaliação e a possível investigação por parte dos demais órgãos. Avaliado com grau “B” de confiança e “2” quanto à veracidade, o informe teve seu conteúdo investigado pelo já mencionado responsável do Setor de Informações da SSN/MS, o tenente Hilton Queiroz Actis. Nele, o Cenimar afirma ter conhecimento da coleta de assinaturas realizada pelo cientista Haity Moussatché entre seus colegas para um manifesto em prol dos “professores e alunos comunistas da Universidade de Brasília”. Além disso, o informante do Cenimar afirma existir no IOC uma feroz campanha contra o diretor Rocha Lagoa, que, “apesar de ter suas falhas administrativas e ter sido um mau pesquisador, é anticomunista”²⁹¹.

A SSN/MS respondeu prontamente ao informe do CENIMAR. Menos de uma semana após o primeiro contato, a Seção afirmou que tanto o Serviço Nacional de Informações quanto o Conselho de Segurança Nacional tinham o conhecimento da situação vivida pelo Instituto Oswaldo Cruz de “infiltração comunista” em seus quadros. A presença de agentes da Seção infiltrados no IOC é assumida pelo órgão ao afirmar o acompanhamento de perto da atuação das células comunistas João das Botas e Ivan Petrovich Pavlov que funcionavam clandestinamente. Ao fim, o informe reitera a necessidade de punições pelos órgãos superiores hierarquicamente aos envolvidos com o comunismo para “melhor atender aos interesses da Segurança Nacional”²⁹². Porém, para se substanciar de argumentos que pudessem convencer o ministro da Saúde a dar prosseguimento a possíveis punições, a SSN/MS compilou em um documento uma série de denúncias envolvendo os cientistas.

O documento afirma que o “notório comunista” Haity Moussatché colheu assinaturas no IOC em apoio aos professores e alunos da UnB, cujo quadro faziam parte os professores José Reynaldo Magalhães e Jorge de Paula Silva Guimarães – presos e demitidos por

²⁹¹ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Informe Secreto nº1821, de 25 de outubro de 1965 (ARJ-ACE-5216-69).

²⁹² Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Informe nº58/65, de 1 de novembro de 1965 (SSN/MS). A ficha ideológica de Haity Moussatché seguiu em anexo (ARJ-ACE-5216-69).

“atividades subversivas”, que mantinham vínculos com Walter Oswaldo Cruz e o próprio Haity. Além disso, afirma o documento que Haity, Herman e Walter,

com a conivência de outros servidores, têm participado sempre de atuações subversivas dentro de sua possibilidade, no âmbito e fora da repartição onde servem, com inequívocos reflexos prejudiciais ao bom andamento do estabelecimento, apesar das medidas acauteladoras tomadas pela instituição²⁹³.

O documento menciona ainda representações elaboradas por esses cientistas e enviadas ao ministro da Saúde, à Academia Nacional de Ciências e ao CNPq, de “caráter nitidamente subversivo da administração pública”. Os “elementos subversivos” são acusados de publicar em órgãos da imprensa artigos difamatórios no intuito de induzir a opinião pública contra a orientação governamental vigente no IOC. Haity, Lent e Walter são considerados “mentores da agitação e subversão que ocorrem no estabelecimento, sendo cada um deles guia e mentor de um pequeno número de correligionários”. Moussatché seria o guia de José Reynaldo Magalhães, Nelson Monteiro Vaz, Annie Abdulafaia Dannon, Braulio Magalhães Castro e Maria da Glória Guia. Por sua vez, Herman Lent lideraria Tito Cavalcante, Sebastião José de Oliveira, Hugo de Souza Lopes, José Juberg e Domingos Arthur Machado. Finalmente, Walter seria o líder constituído por Aurélio Osmar Cardoso de Oliveira, Leopoldo de Meis, Mécia Maria de Oliveira e Paulo Dietrich, todos pertencentes ao seu laboratório de Hematologia. Masao Goto, Moacyr Andrade, Fernando Ubatuba e Arlete Ubatuba também são classificados como “notórios comunistas, porém sem desenvolverem atividade de agitação ou subversão nos últimos meses”. O documento julga que “somente o afastamento definitivo do IOC desses mentores traria o necessário saneamento do órgão”. Sugere ainda que os biólogos licenciados do IOC e presentes na UnB sejam transferidos para outra repartição. Quanto aos demais membros mencionados, após o afastamento dos mentores, sejam realocados em diferentes setores para que fiquem dispersos na repartição ou fora dela²⁹⁴.

Como vimos no capítulo anterior, o documento em momento algum tem seu produtor identificado. Não consta assinatura ao fim do documento, porém tudo nos leva a crer que o informante acompanhava de perto os passos dos cientistas dentro da instituição. Tampouco no informe secreto enviado pela SSN/MS ao ministro da Saúde Raimundo de Britto sugerindo o afastamento definitivo de Moussatché, Lent e Walter, com base no artigo 1 do Ato

²⁹³ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Resposta ao pedido de Informação nº37/65 da SSN/MS, de 10 de novembro de 1965, em referência ao Informe Secreto nº1821 do CENIMAR. (ARJ-ACE-5216-69).

²⁹⁴ *Ibidem*.

Institucional nº3, o nome do responsável pela coleta dessas informações é mencionado²⁹⁵. No entanto, a colocação de uma frase num interrogatório durante a investigação pelo tenente Actis poderia nos levar a crer que o papel de informante era realizado pelo diretor do IOC, Rocha Lagoa. No documento-denúncia, o informante afirma que os “grupos subversivos” buscavam a centralização dos órgãos de pesquisa do país num único ministério, o ministério das Ciências e Tecnologia, visando com isso influir nas diretrizes da política científica do país. Convocado para esclarecimentos na sede da SSN/MS, Herman Lent fora apresentado à frase presente *ipsis litteris* no documento-denúncia. Ao atribuir a frase a Rocha Lagoa, o tenente Actis permitiu a identificação da autoria do documento, porém Lent e os demais cientistas possivelmente não tomaram conhecimento da existência do mesmo.

O penúltimo passo do trâmite desse processo foi o encaminhamento ao ministro da Saúde, por parte da SSN/MS, das fichas ideológicas dos cientistas, levantadas conforme os dados coletados principalmente nos arquivos da polícia política²⁹⁶. Municiada das fichas ideológicas das atividades consideradas subversivas, a SSN/MS distribuiu as informações coletadas pelo Setor de Segurança da Agência do estado da Guanabara ao órgão central, o SNI, para proceder aos possíveis atos punitivos aos cientistas²⁹⁷.

Essa suposta ameaça de infiltração comunista no Instituto Oswaldo Cruz motivou a instauração do Processo de Sindicância nº408/66 pela SSN/MS a fim de apurar as atividades subversivas praticadas na instituição. À época da investigação, os cientistas foram à imprensa denunciar o processo “inquisitório” a que estavam sendo submetidos pela SSN/MS e questionar a designação de um oficial de patente inferior, o tenente Actis, como encarregado da apuração²⁹⁸. O processo apurou que o grupo, liderado por Haity e Herman, atuava de longa data no Instituto, aproveitando-se dos auxílios financeiros oferecidos como incentivos à pesquisa científica.

Esse grupo, usando de linguagem ofensiva e depreciativa, atuando sempre à margem da ordem jurídica, tem procurado internamente tumultuar os trabalhos da Instituição, dificultando a execução das ordens administrativas, e

²⁹⁵ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Informe Secreto nº58/65, de 16 de novembro de 1965 da SSN/MS ao ministro da Saúde, Raimundo de Britto. (ARJ-ACE-5216-69).

²⁹⁶ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Informe nº65/65, de 19 de novembro de 1965 da Seção de Segurança da Agência do Rio de Janeiro ao Setor de Informações da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Saúde. As fichas levantadas foram as de Herman Lent, Walter Oswaldo Cruz, Aurélio Osmar Cardoso de Oliveira, Sebastião José de Oliveira, Hugo de Souza Lopes, Tito Cavalcante, Domingos Arthur Machado, Masao Goto, Moacyr Vaz de Andrade, Arlete Ubatuba, Fernando Ubatuba e Bechara Daher Neto. Com a exceção de Haity Moussatché, cuja ficha já havia sido enviada – e Augusto Perissé, os dez cassados encontram-se nessa lista. (ARJ-ACE-5216-69).

²⁹⁷ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Informe nº69/65, de 24 de novembro de 1965 da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Saúde ao ministro da Saúde, Raimundo de Britto (ARJ-ACE-5216-69).

²⁹⁸ *Última Hora*, 11 de fevereiro de 1966.

desvirtuando a atenção dos dirigentes com longas petições insultuosas; externamente, revela o processo de pressão consistente em tentar orientar a opinião pública nacional contra os diretores ocasionais, contra qualquer programação por estes acolhida, tudo com processos engenhosos que se valeram através da Imprensa²⁹⁹.

Os duros termos presentes no processo não foram suficientes para convencer o ministro Raimundo de Britto a aplicar medidas punitivas aos investigados, porém a direção do IOC continuou acompanhando de perto as atividades dos cientistas e a intensa comunicação com os organismos de segurança e informação e com o ministro da pasta.

Após um ano de calma aparente, 1967 iniciou com a morte repentina de Walter Oswaldo Cruz logo nos primeiros dias do ano. A morte de Walter, apontado como um dos principais líderes do grupo considerado subversivo, contribuiu para o arrefecimento das manifestações e reuniões entre os cientistas do IOC. A Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Saúde, em substituição a SSN/MS, mantinha contato constante com o diretor Rocha Lagoa. Ao longo do ano, o chefe da DSI/MS, general Armando Barcellos, recebeu diversos informes de Rocha Lagoa, receoso de uma possível rearticulação dos cientistas “a despeito de sua enérgica atuação” a frente do Instituto. Parte do próprio diretor a sugestão de serem “retomadas as investigações da apuração sumária, visando uma análise mais aprofundada das causas que intranquilizam a administração daquela Casa, com graves repercussões na própria Segurança Nacional”³⁰⁰.

Talvez a prova mais contundente da atuação ostensiva de Rocha Lagoa no processo que originou a cassação dos cientistas seja o informe, em caráter especial, endereçado ao então ministro da Saúde, Leonel Miranda. O documento elaborado pela direção apresenta as mudanças realizadas no Instituto no âmbito científico, acadêmico e administrativo desde a posse, em junho de 1964³⁰¹. O intuito era fornecer ao governo federal a possibilidade de antepor-se à “organizada campanha de descrédito desencadeada por pessoas que perderam privilégios, ilegais e imorais, com a Revolução de Março de 1964”. Rocha Lagoa referia-se a dois fatos que já eram de seu conhecimento, sem ainda terem sido divulgados ou publicados, graças ao trabalho de investigação dos órgãos competentes. O primeiro deles foi a carta enviada por Herman Lent ao comandante da Escola Superior de Guerra, o general Augusto Fragoso, a respeito da conferência “O Panorama da Saúde e o Brasil” proferida por Rocha

²⁹⁹ Arquivo Nacional. Fundo da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Resumo das atuações dos funcionários do IOC extraídos do Processo SSN/MS nº408/66. (BR DFANBSB AAJ-IPM-0137-D)

³⁰⁰ Arquivo Nacional. Fundo Conselho de Segurança Nacional. Informação nº28/67, de 31 de julho de 1967. (BR DFANBSB N8-0-PRO-CSS-0130-0007).

³⁰¹ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Informe Especial, de 1 de dezembro de 1967, do Diretor do Instituto Oswaldo Cruz ao Ministro da Saúde. (ARJ-ACE-5216-69).

Lagoa na sede da ESG. A carta, considerada de conteúdo insultuoso e ofensivo ao conferencista, apontava uma série de erros que teriam sido cometidos por Rocha Lagoa. A respeito de sua representação entregue ao comandante, Lent afirma:

Nunca foi minha intenção escrever nada que pudesse ser hostil à Escola Superior de Guerra, nem mesmo sequer pensar em termos impróprios a respeito dessa instituição. Considerei, ao contrário, que ela merecia que eu fizesse a seu Comandante a contribuição construtiva que lhe dirigi. E a forma por que o fiz, transmitindo-lhe através de seu filho, refletia exatamente a minha preocupação em deixar inteiramente em suas mãos a opção que desejasse tomar³⁰²

Sob a ameaça de ser incurso na Lei de Segurança Nacional, Herman optou por não publicar a carta-resposta, em caráter confidencial, do general Fragoso. O aparente recuo do cientista não se configurou com as declarações publicadas por ele, Haity Moussatché e Tito Cavalcante à revista *O Cruzeiro*, poucas semanas depois. Na reportagem, os cientistas destacam o atraso da pesquisa científica no país, a defesa da criação do Ministério das Ciências e a preocupação com o êxodo de cientistas. Sobre as dificuldades encontradas na carreira científica, Moussatché aponta para

(...) as dificuldades gerais que, nem sempre, se prendem às deficiências de verbas concedidas às nossas instituições. A má distribuição nos gastos deve ser considerada. Outra dificuldade: a impossibilidade de adquirir-se no Exterior a aparelhagem especializada inexistente no país. Falta-nos número suficiente de elemento humano de categoria para os diversos encargos que exige o funcionamento de um laboratório de pesquisa científica. Há as dificuldades locais, peculiares a cada instituição, departamento, seção ou laboratório (...) oriundas, muitas vezes, de uma *administração extremamente centralizada*, na mão de um diretor que tem o poder do sim ou do não. Outras vezes, a instituição tem de atender a uma massa de trabalho rotineiro, utilizando grande parte do pessoal disponível e dos recursos materiais, o que *transforma o trabalho de investigação científica em mero apêndice nos objetivos da instituição*. Esta instituição, assim, quase que apenas tolera a atividade científica. Este fato decorre, quase sempre, de serem os *cargos de direção ocupados por pessoas não qualificadas cientificamente para exercê-los*³⁰³ (grifos meus).

As críticas à orientação do governo federal em relação às pesquisas científicas, particularmente à direção do Instituto, não foram bem vistas pelos órgãos de segurança e informação. O referido documento elaborado por Rocha Lagoa tem um só objetivo: sugerir a remoção dos “notórios comunistas de alta periculosidade” sob o pretexto de “resguardar o bom nome da Instituição, pois a campanha difamatória em curso pela imprensa e pelo rádio

³⁰² LENT. *O Massacre de Manguinhos*, op. cit., p.42-43.

³⁰³ *O Cruzeiro*, de 13 de Janeiro de 1968.

fere diretrizes governamentais básicas”. Os nomes indicados foram os de Herman Lent, Haity Moussatché, Tito Cavalcante, Sebastião José de Oliveira, Hugo de Souza Lopes, Domingos Arthur Machado Filho e Jorge de Paula da Silva Guimarães³⁰⁴. Com exceção do último, todos estariam presentes na derradeira lista de aposentados pelo regime.

O jogo nos bastidores dessa trama não se restringiu à investigação das atividades político-sociais dos cientistas. Os órgãos de segurança e informação buscaram investigar também as atividades científicas realizadas pelos suspeitos de subversão. Em busca de maiores esclarecimentos sobre a especialidade científica de Herman Lent, Olympio da Fonseca emitiu sua opinião acerca dos trabalhos produzidos por Lent e de sua importância científica no contexto nacional e internacional. A relação conturbada com seu antigo assistente dos tempos de IOC era de conhecimento de todos que viveram a instituição nos anos 1940 e 1950. Notável cientista brasileiro, Olympio desprestigia o trabalho desenvolvido por Lent ao desconsiderar a sistemática botânica como “uma atividade científica de categoria elevada, sendo a única que até hoje exerceu” e quando exigido sobre questões de ordem geral, o cientista “mostra o quão deficiente são seus conhecimentos básicos nas especialidades da entomologia e helmintologia”³⁰⁵. Na guerra contra o inimigo interno, o Estado e seus órgãos do aparelho repressivo e da comunidade de informação buscaram difamar e desqualificar o indivíduo considerado subversivo.

A promulgação do Ato Institucional nº5 em dezembro de 1968, que concedeu poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendeu garantias constitucionais, motivou uma nova tentativa, em princípios de 1969, de afastamento do grupo de cientistas do IOC, cuja “mentalidade e propósitos não se enquadram nos conceitos democráticos que norteiam o nosso povo”³⁰⁶. A possibilidade de aplicação de sanções previstas no AI-5 encheu os olhos de Rocha Lagoa, que viu ali a oportunidade de afastamento e dispersão dos cientistas da instituição.

Enquanto o general João José Neves Rodrigues, designado pelo Ministério da Saúde, avançava no levantamento dos dados de todos os indivíduos suspeitos de atividades subversivas pertencentes ao mesmo, o ministro conduzia a reorganização estrutural do MS³⁰⁷.

³⁰⁴ Jorge Guimarães, servidor transferido do Serviço Nacional do Câncer em 1964, teve sua remoção solicitada por Rocha Lagoa ao ministro da Saúde dias antes do Informe Especial.

³⁰⁵ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Carta reservada, de 25 de março de 1968, enviada por Olympio da Fonseca Filho ao diretor do IOC, Francisco de Paula da Rocha Lagoa. (ARJ-ACE-5216-69).

³⁰⁶ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Ofício, de 13/01/1969, enviado por Rocha Lagoa ao ministro Leonel Miranda. (ARJ-ACE-5216-69).

³⁰⁷ Decreto nº 64.061 de 1 de fevereiro de 1969.

A reforma administrativa foi mais um fator que contribuiu para a oposição entre parte dos cientistas do Instituto e o diretor.

Ao ser elevado ao cargo de supervisor da Entidade de Pesquisas do Ministério da Saúde pelo decreto que dispôs sobre a reorganização do MS, Rocha Lagoa demonstrou preocupação com os rumos do Instituto Oswaldo Cruz a partir da reforma que se procedia em princípios de 1969. O agora ex-diretor temia que o desmembramento do MS contribuísse para a desagregação definitiva do IOC, e não desejando ser o “coveiro” da instituição, solicitou o apoio do corpo técnico³⁰⁸. O anteprojeto proposto por Rocha Lagoa pretendia reestruturar o IOC, transformando-o numa unidade básica de pesquisa do Ministério, agregando outras instituições de pesquisas de menor porte já existentes. A ideia consistia na transformação do IOC em Fundação, com estrutura administrativa e organização técnica modelada em outros institutos de pesquisas médicas internacionais. O anteprojeto era o embrião do que viria a ser a FIOCRUZ³⁰⁹.

Na visão dos cientistas, a Reforma Administrativa Geral do país era a oportunidade de aproximação com a área de ciência e tecnologia, algo desejado desde os anos 1950. No âmbito do Ministério da Saúde, o afastamento das atividades de ensino e de produção permitiria a execução da atividade de pesquisa em “sentido amplo e com indispensável grau de liberdade no campo da investigação médico-biológica, quer com o sentido de ciência básica, quer com significação médico-sanitária ou de medicina aplicada”. Os cientistas enxergavam o Instituto como uma entidade que pudesse unir a pesquisa e o ensino, e para isso o restabelecimento do mandato universitário conferido pela UFRJ seria de grande valia³¹⁰. Muito além das questões políticas-sociais, as diferenças de projetos para o Instituto ficam bem evidentes a essa altura. Os cientistas desse grupo buscavam se distanciar da área de saúde pública em direção à ciência e tecnologia, e Rocha Lagoa e demais cientistas pretendiam transformar o Instituto num órgão centralizador da saúde pública.

Com as informações apuradas em mãos, o ministro Leonel Miranda encaminhou um aviso confidencial ao presidente da recém-criada Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, o general-de-divisão Humberto de Souza Mello, cujo conteúdo tangia as atividades consideradas subversivas de Haity Moussatché, Herman Lent, Jorge Guimarães e Tito

³⁰⁸ LENT. *O Massacre de Manguinhos*, op. cit., p. 43.

³⁰⁹ Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação (Agência Rio de Janeiro). Informe nº448 da Agência do Rio de Janeiro/SNI. (ARJ-ACE-5216-69).

³¹⁰ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Herman Lent. Manifesto enviado ao Dr. Aristίδes Limaverde, do Colegiado de Supervisores, em 17 de março 1969 (BR RJCOC HL-VP-MA-14)

Cavalcante³¹¹. Dias depois foi a vez do chefe da DSI/MS, o general Armando Barcellos, atendendo a solicitação, encaminhar as cópias dos prontuários existentes na divisão de Annie Abdulafaia, Augusto Perissé, Masao Goto e Sebastião de Oliveira³¹².

A Comissão era subordinada diretamente ao Presidente da República a fim e assessorá-lo na salvaguarda da Segurança Nacional. Integrada por representantes das três forças armadas sob a presidência de um general-de-divisão, tinha por finalidade coordenar as atividades de combate à subversão desde a fase preparatória de investigação, realizada por ela ou solicitada a outros órgãos, a fase de repressão, que resultava nos inquéritos, e a fase de conclusão da ação e acompanhamento na Justiça³¹³. A CGIPM foi a responsável pela análise do Relatório do IPM instaurado em 1964 sob a supervisão do general Aluísio Falcão. Após o exame, a Comissão julgou que Haity Moussatché e Herman Lent eram passíveis de enquadramento nos artigos do AI-5

por seus respectivos passados de comunistas militantes, por suas ações subversivas e contrarrevolucionárias, caracterizadas através de assinaturas de memoriais, expedição de telegramas e declarações à imprensa criticando e protestando contra medidas administrativas tomadas pelo Ministério do qual são funcionários e até mesmo contra decisões do Governo Federal e por serem elementos que por suas atividades se constituirão sempre em instrumento de aliciamento à subversão, ao desprestígio e desmoralização da autoridade e da administração pública, concorrendo assim para a criação de clima hostil e prejudicial aos ideais da Revolução de 64³¹⁴.

Sob a mesma justificativa de militantes comunistas com antecedentes, Augusto Perissé, Moacyr Andrade, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira e Fernando Ubatuba também foram considerados passíveis de serem incursos nos artigos 4 (suspensão dos direitos políticos por dez anos), 5 (proibição do exercício do magistério público ou particular em qualquer nível) e 6 (aposentadoria do serviço público) do Ato Institucional nº 5. O único sem antecedentes como militante comunista indiciado por suas “atitudes contrárias à administração pública e ao governo, demonstrando incompatibilidade com ao movimento de março de 1964” foi Tito Cavalcante, enquadrado nos mesmos artigos de seus companheiros.

Quatro meses após o parecer da CGIPM, Francisco de Paula da Rocha Lagoa assumiu o cargo de ministro da Saúde, em substituição a Leonel Miranda. Em seu lugar como Supervisor Setorial de Pesquisas foi indicado o cientista Guilherme Lacorte. Nomeado

³¹¹ Arquivo Nacional. Fundo da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Aviso Confidencial GB nº 428, de 09 de junho de 1969. (BR DFANBSB AAJ-IPM-0286-D).

³¹² Arquivo Nacional. Fundo da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Ofício nº 316, de 13 de junho de 1969. (BR DFANBSB AAJ-IPM-0308-D).

³¹³ Decreto-Lei nº 459, de 10 de fevereiro de 1969.

³¹⁴ Arquivo Nacional. Fundo da Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Encaminhamento nº 12, de 18 de junho de 1969 do Presidente da CGIPM ao Presidente da República. (BR DFANBSB AAJ-IPM-0342-D)

ministro, Rocha Lagoa afastou de suas funções o chefe da DSI/MS, general Armando Barcellos, contrário às punições propostas³¹⁵. O general Barcellos comunicou aos mais de 400 servidores do ministério a dispensa das funções “no interesse da administração”, pelo novo ministro. Em seu pronunciamento, o general prometeu “ir ao SNI, ao CSN e se possível até mesmo ao presidente para contar o que está se passando no Ministério da Saúde”³¹⁶. Ao que tudo indica, o motivo central da divergência do ministro com o ex-chefe da Divisão de Segurança e Informação do ministério girava em torno das punições aos cientistas propostas por Rocha Lagoa. No dia seguinte ao afastamento do general da DSI/MS, Rocha Lagoa encaminhou a exposição dos motivos que o fazia remeter ao Presidente da República a solicitação de sanções punitivas aos cientistas.

Encaminhadas as apreciações ao Presidente da República, este as levou ao Conselho de Segurança Nacional, o mais alto órgão de assessoramento direto da presidência. Em ata da 13ª consulta ao Conselho de Segurança Nacional, datada de 1º de abril de 1970, o Conselho, seguindo a recomendação do ministro Rocha Lagoa, resolveu suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos de Augusto Perissé, Fernando Ubatuba, Haity Moussatché, Herman Lent, Hugo de Souza Lopes, Moacyr Vaz de Andrade, Sebastião José de Oliveira e Tito Cavalcante. A ausência dos nomes de Masao Goto e Domingos Arthur Machado foi justificada anos depois em depoimento por Moacyr Andrade

o que consta é que tanto Goto quanto o Domingos, por um desses acasos, haviam sido médicos das esposas de dois coronéis do serviço de informações, quando viram a lista com os nomes deles, retiraram. Então, saiu a cassação política, por 10 anos, daquele grupo todo. Oito. Mas depois eles não conseguiram escapar da lista da aposentadoria³¹⁷

No dia seguinte à reunião, o Diário Oficial da União publicou a cassação dos direitos políticos dos oito cientistas presentes na ata da consulta do Conselho de Segurança Nacional. No dia 6 de abril de 1970, outro decreto determinou a aposentadoria dos cassados acrescentando os nomes de Masao Goto e Domingos Arthur Machado. No âmbito institucional, Guilherme Lacorte encaminhou aos servidores do IOC uma Ordem de Serviço reiterando a proibição da frequência em laboratórios das divisões científicas, seções e setores dos serviços de administração e técnico-auxiliar, de pessoas que não estivessem autorizadas

³¹⁵ LENT. *O Massacre de Manguinhos*, op. cit., p. 45.

³¹⁶ *Tribuna de Imprensa*, de 4 de março de 1970.

³¹⁷ Mesa Redonda com Sebastião de Oliveira, Masao Goto e Moacyr Vaz de Andrade. *Memória de Manguinhos*, Fiocruz/COC, 1986.

pela diretoria³¹⁸. A punição repercutiu na imprensa nacional³¹⁹. Os cientistas do IOC foram os últimos na área de pesquisa e ensino a sofrerem sanções punitivas previstas pelo AI-5, que durante o ano de 1969 já fora responsável pelo afastamento de parcela considerável do corpo discente e docente das universidades brasileiras. Sobre eles também pesariam, alguns meses depois, as determinações do Ato Complementar nº 75, editado em 20 de outubro de 1969 pela Junta Militar, que proibia professores, funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino público, punidos pelos atos institucionais, a exercer cargos e atividades em estabelecimentos de ensino e pesquisa subvencionadas pelos poderes públicos.³²⁰

Dias após a publicação dos decretos de aposentadoria e cassação, a Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Saúde recebeu um telegrama de ameaça de sequestro dos principais nomes do ministério. Os alvos eram o próprio ministro Rocha Lagoa, seu chefe de gabinete José Fonseca da Cunha, o secretário-geral do ministério Ruy Vieira da Cunha, o supervisor setorial de prevenção e controle de doenças Nilo Chaves de Brito Bastos, o diretor da DSI/MS coronel Amaury Barroso da Conceição, e o supervisor geral de saúde coletiva Aldo Villas Boas. Acompanhada de perto pela DSI do Ministério das Relações Exteriores, a ameaça não se concretizou³²¹.

Os cientistas seguiram os mais variados rumos após a cassação. A impossibilidade de exercer as atividades científicas no país levou parte deles a procurar alternativas no exterior, em universidades e instituições de pesquisas venezuelanas, inglesas e francesas. Aqueles que permaneceram ou retornaram ainda na metade dos anos 70, como Herman Lent, tiveram a oportunidade de prosseguir com suas respectivas carreiras. A Universidade Santa Úrsula, sob a chancelaria da Madre Fátima, foi uma grande receptora dos cassados de Manguinhos para o seu Centro de Ciências Biológicas, abrindo portas para a continuidade das carreiras de Herman Lent, Moacyr Andrade, Domingos Arthur Machado e Souza Lopes³²².

³¹⁸ Casa de Oswaldo Cruz. Fundo Instituto Oswaldo Cruz. Ordem de Serviço nº 17, de 03 de abril de 1970 (BR RJCOO 02-10-05-007)

³¹⁹ Jornal do Brasil, de 04/04/1970, 06/04/1970, 14/04/1970; Tribuna de Imprensa, de 13/04/1970, 14/04/1970; Correio da Manhã, de 03/04/1970, 07/04/1970.

³²⁰ Ato Complementar nº75 de 20 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-75-69.htm

³²¹ Arquivo Nacional. Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Informação nº20/70, de 08 de abril de 1970. (BR DF ANBSB_Z4_SNA_TERR_0024).

³²² Após a cassação, Souza Lopes seguiu para o Museu Nacional, onde permaneceu sem pode ser contratado, graças à relação que mantinha com Dalcy de Oliveira Albuquerque, seu ex-aluno e prestigiado pesquisador da instituição.

A cassação não interrompeu as carreiras dos cientistas, e tampouco cessou o controle por parte dos órgãos de segurança e informação, que mantiveram sob forte vigilância as atividades realizadas na instituição ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Considerações Finais

Em seus depoimentos ao projeto *Memória de Manguinhos*, os cientistas demonstram desconhecer razões concretas que pudessem justificar suas cassações e indicam a perseguição pessoal por parte do diretor nomeado após o golpe de 1964 como fator determinante para tal ação do Estado. A análise desses depoimentos permitiu a identificação dos possíveis motivos que tornaram conflituosa a relação entre parte dos cientistas e a direção do IOC. A falta de consenso entre os pesquisadores do Instituto quanto aos rumos e ao projeto científico que deveria ser posto em prática foi o fator determinante para a desagregação do quadro de funcionários.

Na década de 1930, a reforma administrativa implantada por Getúlio Vargas que pôs fim ao modelo institucional concebido por Oswaldo Cruz impediu o Instituto de produzir e comercializar a vacina da manqueira, responsável por boa parte da sua receita orçamentária. Junto a isso, sua transferência para a órbita do Departamento Nacional de Saúde sufocou economicamente o IOC, que passou a depender do orçamento do ministério para a execução de seus serviços. Outras medidas como a Lei da Desacumulação de cargos públicos e a obrigatoriedade de realização de concursos públicos para o ingresso de novos pesquisadores dificultaram a renovação do quadro de funcionários do IOC. A perda de autonomia administrativa e financeira resultou no crescimento da disputa interna pelos recursos escassos, oriundos do Estado.

A partir da vinculação do Instituto ao Ministério da Saúde em 1953, intensificou-se entre alguns cientistas o desejo de preservação da orientação eminentemente científica do IOC. Para isso, eles defendiam a mudança do IOC para uma nova pasta, a ser criada, o Ministério das Ciências, que abrigaria as instituições voltadas para o desenvolvimento científico brasileiro. A essa altura, o reduzido orçamento disponível ao Ministério da Saúde e repassado ao IOC era destinado em grande parte à área de produção de imunobiológicos a fim de combater as doenças que grassavam no território nacional, como a malária, a varíola, a febre amarela e a febre tifoide. Os pesquisadores que reivindicavam a criação de um novo ministério defendiam a exclusão do setor de produção do instituto, ocasionando uma divisão interna entre os setores de pesquisa e de produção.

A centralização administrativa também pode ser considerada como uma das causas das divergências internas. O Conselho Deliberativo, formado pelos chefes de divisão e de seção indicados pelo diretor, tinha como principal função auxiliar a direção quanto às questões administrativas do Instituto. Instituído pelo diretor Francisco Laranja em 1954, o CD atuou

intermitentemente até 1964. A criação do CD foi uma decorrência da necessidade sentida pelos cientistas de encerrar o *modus operandi* das administrações anteriores. Até então, o diretor era o único responsável pelas decisões institucionais e pela distribuição dos recursos do Instituto, não contando com a participação dos chefes de seção e divisão, tampouco dos demais pesquisadores. A fim de obter recursos para a aquisição de material ou o pagamento de bolsistas, os pesquisadores recorriam aos seus respectivos chefes de divisão e estes faziam chegar as solicitações à direção. Portanto, era de fundamental importância que o pesquisador tivesse prestígio pessoal junto ao diretor. Essa configuração permitiu a pressão dos diferentes grupos de pesquisadores, desejosos de maiores recursos para suas pesquisas e participação nas decisões institucionais, sobre as administrações. Os cientistas cassados foram cooptados por três figuras importantes e de reconhecido prestígio científico entre seus pares: Lauro Travassos, Miguel Ozório e Antônio Eugênio Arêa-Leão, chefes de seus respectivos laboratórios, que exerciam certa influência sobre algumas das administrações que passaram pelo IOC. Por manterem estreita ligação com esses indivíduos, os cassados tiveram a oportunidade de estarem próximos do poder institucional.

Os anos que antecederam o golpe civil-militar foram marcados pela movimentação das diferentes vertentes presentes no IOC para fazer prevalecer seus respectivos projetos para a instituição. De um lado estavam aqueles que defendiam a manutenção do compromisso do IOC com as questões provenientes da saúde pública, do outro, os cientistas que reconheciam a atividade científica como instrumento importante para o processo de desenvolvimento nacional. Com a ascensão dos militares ao poder, os cientistas que permaneceram à margem na instituição vislumbraram a possibilidade de colocarem em prática seu projeto institucional. Sob a direção de Francisco de Paula da Rocha Lagoa, os recursos oriundos de instituições nacionais e estrangeiras de financiamento foram centralizados e distribuídos conforme a orientação do Estado, dificultando a atividade científica de muitos laboratórios que tiveram linhas de pesquisas interrompidas. Embora num primeiro momento, o Estado tenha posto em prática uma série de políticas públicas que orientasse o desenvolvimento científico no país, o Instituto recebeu poucos investimentos federais ao longo dos anos.

Destaco também o papel marcante na história política brasileira do anticomunismo, presente como ideologia, como política governamental e como organizador da prática policial a partir do crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este, logo passou a contar com forte adesão de segmentos da intelectualidade nas áreas da ciência e da cultura. Os órgãos de repressão do Estado atuaram de forma efetiva no controle sobre as atividades praticadas pelos cientistas dentro e fora da instituição desde os anos 1930. A tentativa de

desvinculação do Instituto do Ministério da Saúde foi vista pela direção da instituição como atitude de insubordinação ao ministro, e passível de severas punições. Os cientistas foram acusados de serem subversivos e conspirarem contra o Estado.

O “Massacre de Manguinhos” não foi único episódio de intervenção do regime militar no ambiente de pesquisa e ensino. Nos primeiros anos do novo regime, os militares, a fim de conterem o projeto revolucionário das esquerdas, interviram nas universidades e instituições de pesquisa efetuando prisões, demissões inquéritos e sindicâncias. Promovida pelo Ato Institucional nº 1, a “Operação Limpeza”, assim chamada pelos militares, cassou mandatos e suspendeu os direitos políticos de indivíduos considerados “subversivos”, com “ideias de esquerda”. Entre abril e junho de 1964, o novo regime realizou as primeiras cassações e instaurou os primeiros IPMs visando extirpar a corrupção e a subversão dos órgãos públicos e das instituições de ensino e pesquisa. No ano seguinte, o país testemunhou a demissão em massa de professores da UnB em protesto contra a demissão de docentes acusados de serem responsáveis pela invasão ao campus da universidade. Entre os anos de 1968 e 1973, o AI-5 puniu 168 professores, pesquisadores e intelectuais, entre eles os dez cientistas do Instituto.³²³

Os dez cientistas afastados de suas atividades no IOC representavam à época cerca de 10% dos quadros da instituição. Os prejuízos foram ainda maiores para a instituição. Linhas de pesquisa foram interrompidas, estagiários e alunos dispensados, laboratórios destruídos, coleções de insetos e helmintos dispersadas e acordos de colaboração com instituições de pesquisa encerrados. Os cassados foram acusados de manterem vínculo com o PCB, e de propagarem as ideias comunistas consideradas subversivas pelo regime. No entanto, apenas Augusto Perissé, Moacyr Vaz de Andrade e Masao Goto foram filiados ao PCB durante o período em que teve existência legal.

Esta dissertação pretendeu contribuir para os estudos historiográficos sobre os processos mais diretos de intervenção do regime militar no ambiente da ciência. Em outras palavras, procurou evidenciar a atuação dos órgãos de informação e repressão do Estado no processo de cassação dos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz em detrimento da versão presente nos depoimentos dos cassados, que destaca o caráter pessoal. Os conflitos entre os cientistas de Manguinhos giraram em torno das divergências acerca de um projeto de ciência para o Instituto Oswaldo Cruz e para o desenvolvimento da ciência no país.

³²³ FIGUEIREDO, Marcus Faria. Política de coerção no sistema político brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1977.

Referências

Acervos e instituições:

- Arquivo Nacional (AN);
- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ);
- Biblioteca Nacional (BN);
- Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Fontes Impressas

1) Arquivo Nacional (AN) – Acervo do Projeto Memórias Reveladas

Fundo Comissão Geral de Inquérito Policial Militar (1969-1970).

Fundo Conselho de Segurança Nacional (1934-1990).

Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Saúde (1967-1990).

Fundo Serviço Nacional de Informações (1964-1990).

2) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Fundo Polícias Políticas (1934-1983).

Fundo DOPS/RJ (Prontuários-RJ e Fichas Verdes).

3) Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1953;

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 24 de junho de 1964;

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1965;

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1965;

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1965;

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1965;

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1965;

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1965;

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1970;
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 7 de abril de 1970;
O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1968;
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 4 de abril de 1970;
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1967;
Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1978;
Tribuna de Imprensa, Rio de Janeiro, 4 de março de 1970;
Tribuna de Imprensa, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1970;
Tribunal Popular, Rio de Janeiro, 16 de março de 1946;
Tribunal Popular, Rio de Janeiro, 17 de abril de 1946;
Tribunal Popular, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1946;
Tribunal Popular, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1946;
Tribunal Popular, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1946;
Última Hora, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1966.

4) **Casa de Oswaldo Cruz - Departamento de Arquivo e Documentação (DAD/COC)**

Fundo Instituto Oswaldo Cruz;

Fundo Augusto Perissé;

Fundo José Jurberg;

Fundo Herman Lent;

Fundo Sebastião de Oliveira;

Fundo Walter Oswaldo Cruz;

Fontes orais

1) **Acervo de depoimentos do Projeto Memória de Manguinhos**

ANDRADE, Moacyr Vaz de. Moacyr Vaz de Andrade. Depoimento, 1988. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1988.

ANDRADE, Moacyr Vaz de; GOTO, Masao; OLIVEIRA, Sebastião José de. Mesa Redonda sobre o 'Massacre de Manginhos'. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1986.

CAVALCANTI, Tito. Tito Cavalcanti. Depoimento, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1986.

CUNHA, José Fonseca da. José Fonseca da Cunha. Depoimento, 1988. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1988.

HASSELMANN, Sylvia. Sylvia Hasselmann. Depoimento, 1987. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1987.

LOPES, Hugo de Souza. Hugo de Souza Lopes. Depoimento, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1986.

MACHADO, Domingos. Domingos Machado. Depoimento, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1986.

MOUSSATCHÉ, Haity. Haity Moussatché. Depoimento, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1986.

OLIVEIRA, Sebastião José de. Sebastião José de Oliveira. Depoimento, 1987. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1987.

PERISSÉ, Augusto. Augusto Perissé. Depoimento, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1986.

UBATUBA, Fernando. Fernando Ubatuba. Depoimento, 1986. Rio de Janeiro, FIOCRUZ/COC, 1986.

2) **História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos/CPDOC**

DIAS, Mário Ulysses Viana. Mário Viana Dias (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 70p.

FONSECA FILHO, Olympio Oliveira Ribeiro da. Olympio da Fonseca (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 138p.

LENT, Herman. Herman Lent (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 88p.

LOPES, Hugo de Souza. Hugo de Souza Lopes (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. 80 p.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1988

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. DOPS: a lógica da desconfiança. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, 1996.

_____. Os arquivos das polícias políticas: reflexos da nossa história contemporânea. Rio de Janeiro: Faperj, 1994.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 19, n. 2, abr-jun. 2012, pp. 581-610.

AZEVEDO, Nara. Ciência e tecnologia em saúde no Brasil: a biotecnologia na Fiocruz. 354f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2000.

AZEVEDO, Nara; HAMILTON, Wanda. A febre amarela no Brasil: memórias de um médico da Fundação Rockefeller. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.3, nov. 98, pp. 733-754.

AZEVEDO, Nara; GADELHA, Carlos Augusto Grabois; PONTE, Carlos Fidelis; TRINDADE, Cláudia; HAMILTON, Wanda. Inovação em Saúde: dilemas e desafios de uma instituição pública. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, 424 p.

AZEVEDO, Nara; GADELHA, Carlos Augusto Grabois. Inovação em vacinas no Brasil: experiência recente e constrangimentos estruturais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.10, n.2, 2003, pp. 697-724.

BARBOSA, Xênia de Castro; ALCÂNTARA, Mauro Henrique de; AGUIAR, Verônica Aparecida Silveira (org.). *História, memória e direitos humanos: 50 anos da ditadura militar no Brasil*. Salvador: Editora Pontocom, 2014

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos, do sonho à vida: a ciência na Belle Epoque*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 1990.

BENCHIMOL, Jaime Larry (org.). *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

BENCHIMOL, Jaime L.; TEIXEIRA, Luiz Antônio. *Cobras, lagartos e outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantã*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Casa de Oswaldo Cruz, 1993.

BRETAS, Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRITTO, Nara (Coord.). Memória de Manguinhos: acervo de depoimentos. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: COC, 1991.

BRITTO, Nara; GOLDSCHMIDT, Rose; HAMILTON, Wanda. Massacre de Manguinhos, nunca mais! Estudos de História e Saúde, n. 2, 1990.

CALAÇA, Carlos Eduardo. Vivendo em Manguinhos: a trajetória de um grupo de cientistas no Instituto Oswaldo Cruz. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v.7, Rio de Janeiro, fev. 2001, pp. 587-606.

CAMARGOS, Julia Letticia. Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão, o Dops mineiro na ditadura militar (1964-1973). 142f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2012.

CARLOTTO, Maria Caraméz. Veredas da mudança na ciência brasileira: discurso, institucionalização e práticas no cenário contemporâneo. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLO BRANCO, Zonildo. Segurança Nacional e subversão: Dicionário teórico e prático. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Segurança Pública, 1977.

CORADINI, Odair Luiz. Grandes famílias e elite profissional na Medicina no Brasil. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v.3, Rio de Janeiro, nov 1996, pp. 425-466.

COSTA, Elaine Kabarite; GUIMARÃES, Maria Cristina S.; SILVA, Cícera Henrique da. Cientometria: a produção científica de Haity Moussatché. Transinformação, Campinas v.27, n.1, jan.-abr. 2015.

COSTA, Jane et al., Coleção entomológica do Instituto Oswaldo Cruz: resgate de acervo científico-histórico disperso pelo Massacre de Manguinhos. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.2, abr.-jun. 2008, pp.401-410.

SCOREL, Sarah. "História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à Reforma Sanitária". In: GIOVANELLA, L; SCOREL, S.; LOBATO, L.V.; NORONHA, J.C.; CARVALHO, A.I. (Org.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012

FERNANDES, Ana Maria. A construção da ciência no Brasil e a SBPC. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/ANPCS/CNPq, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Editora Record : Rio de Janeiro, 2005

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985)*. *Boletim Informativo e Bibliográfico das Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 28, 1989.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Carnaval e festas comunistas no Rio de Janeiro (1945-1958)*. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, nov. 2011, pp. 239-257.

GOMES, Arlindo Fábio; FERREIRA, Luiz Fernando; GADELHA, Paulo; HAMILTON, Wanda. *Haity Moussatché: homenagem ao guerreiro da ciência brasileira*. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v. 5, n. 2, out. 1998, pp. 443-491.

GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1955)*. Rio de Janeiro: Aperj, 2009.

HAMILTON, Wanda. *'Massacre de Manguinhos': crônica de uma morte anunciada*. *Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz*, v.1, nº1, Novembro de 1989, pp.7-17.

HAMILTON, Wanda; FONSECA, Cristina. *Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953*. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v.10, n.3, Rio de Janeiro, set./dez. 2003.

HOCHMAN, Gilberto. *Vigiar e, depois de 1964, punir: sobre Samuel Pessoa e o Departamento Vermelho da USP*. *Ciência e Cultura*. v. 66, n. 4, 2014, pp. 26-31.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. *Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul-dez 2008, pp. 29-42.

JUNQUEIRA, Pedro Clóvis. *Walter O. Cruz (1910-1967)*. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*. Vol. 24, nº2. São José do Rio Preto. Abril/Junho, 2002.

LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LENT, Herman. Walter Oswaldo Cruz: sucesso e fracasso de um cientista. Rio de Janeiro, 1967.

_____. O massacre de Manguinhos. v. 7, Coleção Depoimentos. Rio de Janeiro, 1978.

MAIA, Elias da Silva. Algumas iniciativas da ditadura militar brasileira em relação à Ciência e Tecnologia: os mecanismos nos anos de autoritarismo. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, Rio de Janeiro. Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. São Paulo: EACH/USP, 2012. v. 1. p. 01-12.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de Oliveira. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, jul-dez 2012, pp. 537-554.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *Ciência e Estado – A Política Científica no Brasil*, São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 315f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), São Paulo, 2000.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Revista Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, pp. 30-67.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTOYAMA, Shozo (org.). *Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. *Revista Contemporânea: historia y problemas del siglo XX*, 2/2, 2011, 209-217.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; PIRES-ALVES, Fernando A.; NUNES, Tânia Celeste Mattos. “Educação e trabalho em saúde: as bases de um campo de conhecimento”. In: PINTO, Isabel et al.(orgs.). *Trabalho e educação na saúde: produção técnico-científica*. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012.

PONTE, Carlos Fidelis. *Pesquisa versus Produção em Manguinhos: constrangimentos e perspectivas de desenvolvimento tecnológico em uma instituição pública*. 239f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

PONTE, Carlos Fidelis; NASCIMENTO, Dilene R. “Os anos de chumbo: a saúde sob a Ditadura”. In: PONTE, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialê. *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz; Escola Politécnica de Saúde - Fiocruz, 2010.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan-jun 2012, pp. 19-41.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional. A Polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ROMANI, Jacqueline Pitangui. “O Conselho Nacional de Pesquisas e a institucionalização de pesquisa científica no Brasil”. In.: Schwartzman, Simon et al. (Org.). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982.

SANTOS, Sérgio Gil Marques dos Santos. *Estado, ciência e autonomia: da institucionalização à recuperação de Manguinhos*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon et al., *Ciência e Tecnologia no Brasil: Uma nova política para um mundo global*”. In.: Schwartzman, Simon (coord.), *Ciência e tecnologia no Brasil: Política Industrial, Mercado de Trabalho e Instituições de Apoio*. Rio de Janeiro, FGV, 1995

SOUZA, Letícia Pumar Alves de. *A ciência e seus fins: internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953)*. 310f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.